

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

INFÂNCIAS POSSÍVEIS

Ser criança na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista

Patrícia dos Santos Begnami



São Carlos
2014

INFÂNCIAS POSSÍVEIS

Ser criança na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista

Patrícia dos Santos Begnami

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo.

São Carlos
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

B417ip

Begnami, Patrícia dos Santos.

Infâncias possíveis : ser criança na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista / Patrícia dos Santos Begnami. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
286 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Antropologia urbana. 2. Infância. 3. Crianças. 4. Adultos. 5. Favelas. 6. Condomínios. I. Título.

CDD: 307.76 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

Via Washington Luis, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE

Patrícia dos Santos Begnami

13/03/2014

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Clarice Cohn
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento
Universidade de São Paulo / USP

Prof. Dr. Alexandre Barbosa Pereira
Universidade Federal de São Paulo / UNIFESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 13/03/2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela

Profa. Dra. Clarice Cohn

Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

Prof. Dr. Alexandre Barbosa Pereira

Homologado na CPG-PPGAS na

_____ª Reunião no dia ___ / ___ / ____.

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
Coordenador do PPGAS

Para minha mãe, Ana Luiza

AGRADECIMENTOS

Chegar aqui não foi fácil. Não foi fácil pelas dificuldades intrínsecas à própria elaboração do texto, pois escrever é algo muito difícil e também pelo fato de trabalhar enquanto realizava o doutorado e escrevia o texto. E, quando não estava trabalhando, eu tinha uma bebê para cuidar, a Manuela, que demandava quase que todo o meu tempo enquanto estava em casa. Foi muito difícil conciliar essas tarefas. Chegar até aqui representa para mim, uma conquista. Nesse sentido, para iniciar e concluir esse trabalho foi preciso o apoio e a paciência de muitas pessoas as quais eu gostaria de agradecer.

Para iniciar os agradecimentos, exponho minha gratidão aos adultos e às crianças do Gonzaga e do condomínio Jardim Paulista que permitiram que eu “invadisse” as suas rotinas, tornando assim, essa pesquisa possível.

Ao meu orientador, Kike, meus sinceros agradecimentos. Gostaria de agradecer pela paciência, pelo respaldo, pelas críticas, pelas leituras cuidadosas do texto, pelas dicas preciosas e pela amizade ao longo desses anos de orientação. Obrigada Kike, com todo meu carinho.

Ao Jorge Mattar Villela, por compartilhar a sua sabedoria. Agradeço pelos apontamentos, críticas e sugestões feitas no exame de qualificação e à possibilidade de estagiar na disciplina Pesquisa Social. Jorge, muito obrigada por todas as críticas, desde as acadêmicas quanto as pessoais!

À Clarice Cohn, querida. Agradeço pela acessibilidade, pela possibilidade de diálogo e pela ótima companhia em diversos congressos. Agradeço também pelas importantes contribuições no exame de qualificação que mostraram os caminhos para a composição desse texto. Clarice, obrigada por me apresentar a antropologia da criança!

Ao Alexandre Barbosa e à Silvana Nascimento por terem aceitado participar da banca. Obrigada.

Ao pessoal do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Antropologia da Criança (LEPAC), coordenado pela Clarice Cohn, pelas profícuas discussões sobre as temáticas da infância e da criança e pelos compartilhamentos das angústias, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos professores do PPGAS da UFSCar que me ensinaram antropologia.

A todos aqueles que ao longo desses anos fizeram críticas, sugestões e comentários sobre este trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado durante um período do trabalho.

Aos secretários do PPGAS que fizeram sempre o possível para atender as minhas demandas e para sanar as minhas dúvidas. Obrigada.

À minha amiga Fernanda Fazilari por proporcionar boas discussões longe da academia.

Aos meus amigos de longa data, Lucila Tonelli Alves, Marina Novo e Antonio Roberto Guerreiro Júnior, que mesmo distantes sempre se fizeram presentes.

Aos meus amigos da FHO-UNIARARAS. À Simone Ramalho pelas discussões teóricas e pelo apoio nos momentos difíceis da elaboração desse texto. Agradeço também as conversas e o apoio diário dos meus queridos amigos Eliane Buzon, Erika Buzo Martins, Fabiano Santos e Maria Clara Gonçalves que tornavam o trabalho muito mais divertido.

E, para o final deixei os agradecimentos mais difíceis, aqueles que não podem ser traduzidos e, tampouco expressados em palavras... Os agradecimentos para aqueles a quem nunca conseguirei agradecer o suficiente. Agradeço aos meus pais por estarem o tempo todo ao meu lado, incondicionalmente.

Pai, obrigada pelo incentivo aos estudos desde a época em que eu ainda era pequena e por ser um exemplo em minha vida. Obrigada também por aprender a se interessar pelo meu trabalho.

Mãe, muito obrigada por tudo! Pelos ensinamentos diários, pelo ombro amigo, pelos carinhos, pelos abraços... e obrigada por cuidar tão bem da minha filha enquanto eu trabalhava e escrevia esse texto. Sem você eu jamais chegaria até aqui.

Agradeço também as minhas irmãs, Débora e Isabela, pela ajuda com os cuidados da minha filha quando eu estava ausente. Obrigada por vocês a amarem tanto...

Agradeço a Manuela, minha filha, por ter trazido a alegria em todos os segundos da minha vida.

Agradeço meu marido, Diogo, por seu carinho, seu amor e companheirismo em todos os momentos e por acreditar que eu seria capaz de concluir essa etapa, quando eu mesma já não acreditava. Diogo, obrigada pela paciência diária e por compreender a minha “ausência”, pois mesmo estando perto, eu estava longe...

Quando uma criança diz com toda a convicção que “viu” alguma coisa ou que algo “aconteceu” é logo chamada de mentirosa se o que ela afirma ter visto ou acontecido não se enquadra na lógica do razoável.

Dalmo Dallari, Os direitos da criança (1986: 62).

RESUMO

Esta tese procura contribuir para os debates antropológicos sobre as noções de infância e criança no âmbito da antropologia urbana e da antropologia da criança. Pela etnografia com crianças em dois contextos sociais distintos - a favela do Gonzaga (São Carlos-SP) e no condomínio Jardim Paulista (Araras-SP) -, problematizo as particularidades e a pluralidade dos modos de ser criança através das experiências e das vivências desses agentes em tais espaços urbanos. O objetivo é refletir sobre a multiplicidade de noções de infâncias possíveis, atentando para as formas como tais noções estão articuladas a diferentes ideias de famílias, casa, rua, riscos e agências possíveis.

Palavras-chave: infâncias, crianças, adultos, favela do Gonzaga, condomínio Jardim Paulista.

ABSTRACT

This study aims to contribute to the anthropological debates regarding the notions of childhood and child in the scope of urban anthropology and anthropology of children. Through ethnography with children in two different social contexts - the Gonzaga favela (São Carlos-SP) and the Jardim Paulista condominium (Araras - SP) - I analyze the particularities and the plurality of the ways of being a child through the experiences and life of these agents in such urban spaces. The goal is to speculate on the multiplicity of possible childhood notions, paying attention to the ways in which such notions are linked to different definitions of families, house, street, risks and possible agencies.

Key-words: childhoods, children, adults, Gonzaga favela, Jardim Paulista condominium.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem aérea do Gonzaga.....	29
Figura 2: Vista da encosta do Gonzaga.....	30
Figura 3 e 4: Folheto divulgado pela PROHAB na inauguração do Jardim Gonzaga.....	41
Figura 5: Imagem aérea do condomínio Jardim Paulista.....	52
Figura 6: Imagem da rua em que eu ficava a maior parte do tempo com as crianças.....	72
Figura 7: Desenho de tatuagem de borboleta e de casa.....	76
Figura 8: Desenho de carro de corrida.....	77
Figura 9: Desenho de Pipa.....	77
Figura 10: Carta entregue a mim.....	78
Figura 11: Desenho do mundo.....	78
Figura 12: Desenho de coração.....	79
Figura 13: Desenho de homem assaltando banco para comprar maconha.....	79
Figura 14: Desenho de tatuagem.....	80
Figura 15: Carta entregue a mim.....	80
Figura 16: Desenho de natureza.....	81
Figura 17: Desenho de pipa, mas a criança não gostava de pipa.....	81
Figura 18: Placa interna do condomínio.....	86
Figura 19: Desenho do mundo visto por uma criança.....	96

Figura 20: Representação sobre mim.....	96
Figura 21: Outra representação minha.....	97
Figura 22: Desenho da natureza.....	98
Figura 23: Desenho de cachoeira.....	98
Figura 24: Desenho da praia.....	99
Figura 25: Imagem da divulgação da RecreAAAção.....	141
Figura 26: Imagem do Gonzaga ocupado por veículos policiais.....	192

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Capítulo 1 - Os percursos da pesquisa.....	28
1.1: A favela do Gonzaga.....	29
1.2: O condomínio residencial Jardim Paulista.....	52
Capítulo 2 - Conhecendo “de perto” e “de dentro” a favela do Gonzaga e o condomínio Jardim Paulista.....	61
2.1: Os primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa: as crianças da favela do Gonzaga.....	63
2.2: Os primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa: as crianças do condomínio Jardim Paulista.....	84
2.3: Para além dos desenhos.....	102
Capítulo 3 - Possibilidades comparativas: ser criança na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista.....	106
3.1: Os sentidos e significados possíveis de “proteção”.....	109
3.2: Casas e ruas possíveis.....	122
3.3: Jogos e brincadeiras das crianças.....	132
3.4: Famílias possíveis.....	154
3.5: Violências e Riscos.....	181
3.5.1: Riscos e corporalidade.....	199
3.6: Compartilhar do mundo adulto.....	206

Considerações Finais.....	222
Referências Bibliográficas.....	227
Anexos.....	242
Anexo I: Algumas imagens da quadra poliesportiva da favela do Gonzaga e seu entorno.....	242
Anexo II: Fotos da ocupação e do processo de urbanização do Gonzaga: décadas de 70, 80 e 90.....	248
Anexo III: Representações midiáticas: algumas reportagens veiculadas na mídia jornalística de São Carlos sobre a favela do Gonzaga.....	259
Anexo IV: Termo de consentimento para os pais.....	267
Anexo V: Algumas fotos do álbum de família de dona Mariza e seu Tônico.....	268
Anexo VI: Imagens do clube e da Recreação que as crianças do condomínio frequentavam.....	280
Anexo VII: Algumas imagens relacionadas à adultização das crianças.....	284

Introdução

Essa pesquisa pretendeu ampliar o debate antropológico sobre as noções de infância e criança. As análises foram feitas a partir da antropologia urbana, entretanto, com o foco de atenção de análise nas crianças, ampliando assim o escopo temático da antropologia urbana sobre as formas de lazer, trabalho, sociabilidade, espaço público, grupos juvenis (Magnani; Mantese, 2007). Analisei como esses recortes temáticos se articularam às vivências e às experiências das crianças em dois contextos distintos, a favela do Gonzaga e o condomínio Jardim Paulista, para entender como esses espaços urbanos eram ocupados (ou não) pelas crianças. Para isso essa pesquisa se centrou num esforço etnográfico de observação das situações cotidianas das crianças e dos adultos nesses dois contextos.

A favela do Gonzaga está localizada na cidade de São Carlos (SP) e de acordo com os dados e critérios da prefeitura da cidade, das representações midiáticas e da imagem construída a partir das classes privilegiadas, é considerado como um bairro pobre e violento e que abrigaria a maioria dos criminosos da cidade. Na época de seu “surgimento” o bairro foi ocupado na forma conhecida de favela dentro da lógica de ocupação dos terrenos “invadidos”¹. Atualmente o bairro é denominado na prefeitura municipal como Jardim Gonzaga, isso porque já passou por alguns processos de

¹ Para saber sobre ocupações urbanas consultar Bonduki e Rólnik (1982).

urbanização, com asfaltamento das ruas, saneamento básico, demolição dos barracos de madeira e construção de casas de alvenaria. Entretanto, ainda é chamado pelos moradores de favela do Gonzaga, ou simplesmente como Gonzaga. Nesse sentido, optei pelo uso da denominação local: favela do Gonzaga ou somente Gonzaga.

O primeiro contato com o bairro ocorreu em 2004 e se cessou no início de 2012. Nesse sentido, aparecem no texto dados da pesquisa realizada entre 2004 e 2005, que resultou na monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais², dados de uma nova pesquisa realizada entre 2006 e 2008 que resultou na dissertação de mestrado em Antropologia Social³ e dados da pesquisa realizada entre 2009 e 2012⁴ enquanto eu cursava o doutorado⁵. A partir das pesquisas realizadas na graduação e no mestrado, percebi que havia no Gonzaga uma relação extensiva entre dois universos geracionais, o adulto e o infantil, que revelava como as crianças estavam comprometidas com a configuração e com as práticas sociais no bairro e que isso estava representado, reproduzido e produzido no comportamento e na sociabilidade mais geral. Nesse sentido, na favela do Gonzaga, o universo das crianças estava intimamente associado ao universo dos adultos.

² Monografia intitulada “*A experiência da infância e da juventude no Jardim Gonzaga: práticas de lazer e sociabilidade num bairro periférico de São Carlos*”, orientada pelo professor Dr. Luiz Henrique de Toledo. A pesquisa contou com o apoio financeiro do PIBIC/CNPq de agosto de 2004 a julho de 2005.

³ Dissertação intitulada “*Pelos olhos das crianças: uma etnografia da favela do Gonzaga*” que contou com o apoio financeiro da FAPESP de abril de 2006 a março de 2008. Essa pesquisa também foi desenvolvida sob a orientação do professor Dr. Luiz Henrique de Toledo.

⁴ Esses dados aparecem misturados no texto e não de forma separada, pois as pesquisas demonstraram continuidades e não rupturas da etnografia.

⁵ Essa pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES de agosto de 2010 a setembro de 2011.

Entretanto, certas noções em torno dos conceitos de infância e de criança encontradas na favela do Gonzaga pareciam relativizar a experiência e a vivência infantil em outros contextos sociais, tais como nas classes médias e altas, o que levou a pesquisa optar por observar o condomínio fechado Jardim Paulista para entender as experiências infantis em seus contextos específicos, buscando assim problematizar e ilustrar pela etnografia, a noção de infâncias possíveis⁶.

O condomínio Jardim Paulista está localizado na cidade de Araras, interior de São Paulo e é considerado pelos critérios da prefeitura da cidade, como um condomínio de classe média, inaugurado em 1997 e composto por casas construídas em padrões semelhantes. Todo o condomínio é monitorado por câmeras de segurança, com guarita e porteiros 24 horas, com grande área verde, parque de diversão para crianças, praça central, campo de futebol, campo de vôlei, entre outras coisas. É um condomínio residencial, portanto, não há em seu interior estabelecimentos comerciais. A opção por morar em condomínios, de maneira geral, está atrelada às representações que enfatizam a questão da falta de segurança e violência nas cidades (Moura, 2012), dinâmica bem distinta da “opção” por morar na favela do Gonzaga.

Portanto, procurando analisar e problematizar as particularidades e os modos de ser criança nesses contextos distintos é que resolvi desenvolver essa pesquisa em que as

⁶ Maria do Rosário Carvalho (2007) e Angela Nunes (2007) já haviam refletido sobre a noção de infâncias possíveis. As autoras chamaram a atenção para “infâncias possíveis em contextos especialmente adversos” (p. 14). Compartilho essa ideia e venho tentando refinar a noção desde o encontro com o texto.

crianças foram tratadas como sujeitos capazes de representar e significar as suas experiências e vivências, assim como foram consideradas como atores e agentes sociais que significam o seu mundo social, que o apreendem e o representam a sua maneira, dentro de suas possibilidades atreladas aos seus contextos sociais. Afastando-me assim, da antiga ideia das crianças como meras reprodutoras sociais e seres passivos dos processos de socialização (Durkheim, 1978).

Entretanto, nessa pesquisa as crianças não foram analisadas em um universo a parte, mas em suas relações com os adultos, em suas socializações pelos adultos e em suas socializações com as crianças, revelando que em qualquer contexto esses universos geracionais estão em constantes interações e, embora seja mais nítida a influência do universo adulto na vida das crianças, as crianças também influenciam na vida dos adultos.

Além disso, procuro questionar algumas pré-definições corriqueiras em torno do universo das crianças, tais como afirmações que presenciei em campo, como a ideia de que crianças não trabalham, não têm vida social, que carecem de responsabilidades. Ilustrando, pela etnografia, como as crianças constroem suas relações sociais com os adultos e com as crianças, já que a vida social não existe apenas quando se é adulto. Procurei também, problematizar na favela do Gonzaga, como as crianças constroem seus “pedaços” (Magnani, 2003), como vivenciam a sexualidade, como trabalham e

como cumprem com as suas responsabilidades, ressaltando a ideia da existência de crianças e de infâncias possíveis.

Nesse sentido, objetivo da pesquisa é refletir sobre a noção de infâncias possíveis nesses dois contextos sociais distintos (favela e condomínio) e problematizar que juntamente com essa noção estão articuladas às noções de famílias, casa, rua, riscos e agências possíveis. Para essa reflexão me baseei nas discussões da antropologia urbana e nos debates da antropologia da criança.

Atualmente não é necessário recolocar o debate de como as crianças se tornaram interlocutoras ou sujeitos sociais das pesquisas e nem o porquê elas entraram na pauta das preocupações da antropologia (Cohn, 2000; 2005a, Nunes, 2002; James; Prout, 1990; Christensen; James, 2000) porque a antropologia da criança tem demonstrado a legitimidade das crianças como sujeitos, na produção de conhecimento e problematizado que a abordagem a partir das crianças não revelam somente “coisas” das crianças, mas contextos sociais mais complexos no qual se inserem, como pude observar nas etnografias na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista.

Convém ressaltar que nesses anos de pesquisa no Gonzaga tive contato com muitas e diferentes crianças e, devido à longevidade da pesquisa, pude acompanhar muitas delas, como passaram da infância para a adolescência e fase adulta e quais rumos tomaram. Nesse contexto tive contato com mais de quarenta crianças ao longo da pesquisa, entretanto, nos encontros em campo umas vinte crianças, meninos e meninas,

estavam frequentemente em minha companhia e as suas idades variavam de três a doze anos⁷. No condomínio Jardim Paulista, do início ao fim da pesquisa, mantive contato com quinze crianças e suas idades variavam de três a dez anos. Nos dois contextos os nomes dos envolvidos na pesquisa estão protegidos para assegurar o anonimato, seguindo o protocolo da maioria dos textos antropológicos.

Entretanto, esse anonimato também ocorreu de maneira diferente nos dois lugares, pois enquanto os nomes dos interlocutores do Gonzaga foram protegidos por pseudônimos⁸, no condomínio Jardim Paulista o uso dos nomes fictícios não foram permitidos pelos adultos pelo receio de uma possível identificação e, para manter a segurança das crianças pediram para que fossem tratados de maneira generalizada; “uma certa mãe”, “as mães”, “uma criança”, “as crianças”. Embora soubesse da dificuldade em expor os dados dessa maneira, especialmente por não existir “o nativo” (Viveiros de Castro, 2002) ou “o morador do condomínio Jardim Paulista”, mantive e cumpri minha palavra no acordo que fiz com cada um dos adultos envolvidos na pesquisa. Procurando assim, legitimar as relações e as negociações travadas em campo.

⁷ Não havia a necessidade de mencionar as idades das crianças, já que pelo debate da antropologia da criança e da infância o importante é o que as crianças e os adultos do local consideram ser criança e, recortar por faixa etária acaba reforçando a ideia de que as crianças são seres em desenvolvimento. Entretanto, citei as idades porque nas apresentações dessa pesquisa, sejam em palestras, congressos e artigos, além de outras sugestões e críticas, não mencionar a idade dessas crianças era sempre questionado. Nesse sentido, as idades foram mencionadas apenas para informá-las aos leitores.

⁸ Há nesse texto, no **anexo V**, imagens de algumas crianças da favela do Gonzaga. Essas imagens foram reproduzidas para cumprir o acordo feito com as famílias que queriam ver os rostos de seus filhos e/ou netos no trabalho, pois participaram dele por muito tempo e estar no texto significava um reconhecimento.

Dessa forma, procurando entender as relações, as experiências e vivências das crianças na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista optei pela pesquisa de campo nos dois contextos, para poder refletir sobre a pluralidade dos modos de ser criança nesses espaços, já que as discussões da antropologia da criança demonstraram que as noções de infância e de criança variam de acordo com os contextos sociais e culturais e que, portanto, não são universais.

Entretanto, foram duas etnografias com posições em campo completamente diferentes, o que refletiu na coleta de dados e estratégias de convívio. Enquanto no Gonzaga eu tive acesso direto às falas das crianças “quase” sem a interferência, mediação e presença dos adultos, no condomínio eu tive acesso às falas das crianças pelas vozes dos adultos que mediram todos os encontros. No Gonzaga eu estive praticamente todo o tempo com as crianças sem a presença de um adulto, porém, essa ausência da presença física não significava a falta de vigilância (Foucault, 2003), pois os adultos sabiam que eu estava no bairro e em companhia das crianças e as crianças comentavam com os adultos sobre aquilo que fazíamos durante os encontros.

Em contrapartida, no condomínio a pesquisa foi controlada e supervisionada pelas mães das crianças, que só permitiram a pesquisa com a condição de estarem presentes. Justamente pelo modo como ocorreram as pesquisas, aparecem no texto, mais dados e narrativas sobre o Gonzaga, tanto pelo tempo de pesquisa quanto pela forma de coleta de dados.

O papel que desempenhei em campo também foi distinto nos dois espaços sociais. No Gonzaga eu era uma espécie de “tia”, uma nomeação genérica atribuída em alguns contextos educacionais e estendido ao plano da sociabilidade. Além disso, “tia” evocava alguma hierarquização, traduzido no plano moral como respeito, embora os contextos relativizem e tornem mais plástico os usos da nomeação, como veremos mais adiante.

Nesse sentido, no Gonzaga, eu era a “tia” que tomava conta e cuidava das crianças, alguém que desenhava e que brincava com elas. Para essas crianças eu era um adulto diferente e era diferente porque brincava. Porém, no condomínio eu não poderia ser classificada como um adulto atípico por brincar com as crianças, já que na maioria das vezes as crianças brincavam com os adultos e não com outras crianças.

Dessa forma, para as crianças do condomínio eu era a pesquisadora, o que revelava a posição de distanciamento entre nós, ao mesmo tempo em que a denominação tia e adulto diferente revelavam mais proximidade no Gonzaga. Nesse sentido, o texto mostra também que em campo a condição de antropólogo é vivenciada como uma presença “possível”, construída e mediada pelos interlocutores e pelos modos como interagem com o pesquisador e, penso que, parte do conteúdo colhido, tanto no Gonzaga quanto no condomínio Jardim Paulista, contrastam essa experiência em campo.

Assim, o que a princípio se apresentava como um “problema” metodológico possibilitou um rendimento analítico, pois essa diferença na coleta de dados revelava a noção de infâncias possíveis e proteções possíveis, mostrando que o ser criança e as preocupações que envolviam tal condição eram distintas nos dois lugares.

Pois, enquanto no condomínio as mães se preocupavam com o anonimato, com a ameaça do reconhecimento das crianças na pesquisa e queriam “escondê-las” no interior do texto, na favela do Gonzaga as crianças reivindicavam reconhecimento no texto, assim como os adultos. Operacionalizados em dinâmicas distintas, os dois campos me levaram para além das crianças e, para tornar mais clara essas relações e as dinâmicas distintas, foram exploradas em detalhes as possibilidades comparativas entre os modos de ser criança nesses contextos.

Esse texto foi dividido em três capítulos. No capítulo 1 descrevo a favela do Gonzaga e o condomínio Jardim Paulista e apresento os motivos e as indagações que me levaram a estes dois contextos sociais e também problematizo a opção pelas estratégias indiretas de aproximação com os moradores nos dois espaços urbanos, buscando pela legitimação das entradas em campo.

Assim, na primeira parte do capítulo apresento as trajetórias e os caminhos indiretos para entrada no Gonzaga e as impressões e as representações das pessoas “de fora” em relação ao bairro, que o classificam de maneira preconceituosa, criminalizando-o, assim como os seus moradores. Para entender essas imagens

construídas em torno do bairro, analiso a sua história de ocupação, assim como os processos de urbanização. Na segunda parte do capítulo explico como foi possível a minha entrada no condomínio Jardim Paulista atrelada a minha trajetória pessoal. Além disso, faço uma breve discussão sobre como esse modelo de moradia (condomínios) vem aumentando significativamente (Moura, 2012; Barnabé 2007) e como a opção de “viver entre muros” (Saraiva, 2009) é considerada como uma alternativa à insegurança e à violência urbana pelas classes privilegiadas.

No capítulo 2 discuto e analiso as aproximações e as relações desenvolvidas com as crianças e com os adultos da favela do Gonzaga e do condomínio Jardim Paulista e exponho como ocorreram as pesquisas, os dias, períodos e acesso aos lugares. Problematizo a minha entrada e os papéis que desempenhei e representei em campo nesses dois universos sociais. Aponto também as indagações que surgiram ao realizar uma pesquisa com crianças, pois havia o questionamento de como dar “voz” às suas falas e de como fazer uma imersão nesse universo geracional.

Nesse capítulo também apresento algumas reflexões sobre as estratégias de aproximação com as crianças nos dois contextos: a composição de desenhos. Parte desse material foi reproduzida no texto. Além das reflexões sobre a estratégia dos desenhos, problematizo a dinâmica dessas composições nos dois contextos, pois enquanto no Gonzaga as crianças confeccionavam seus desenhos sem a interferência dos adultos, no condomínio os desenhos eram controlados e até mesmo feitos pelos

adultos. A ideia é ir apontando alguns caminhos que levam a noção de infâncias possíveis.

No capítulo 3, exploro as possibilidades comparativas dos modos de ser criança nos dois contextos para articular com o objetivo desse texto. Divido o capítulo em tópicos para dar maior rendimento analítico aos dados etnográficos. Analiso os sentidos e os significados que o conceito de proteção tem nos dois lugares e discuto a ocupação e a não ocupação das ruas pelas crianças, assim como discuto os espaços das casas nos dois contextos.

Faço também uma reflexão sobre os jogos e as brincadeiras das crianças e como nessas dinâmicas é visível a segregação de gênero que marca alguns espaços como espaços de meninos e espaço de meninas e analiso as diferentes organizações familiares dos universos sociais que articulam ora dependência ora independência das crianças, portanto, problematizo algumas possibilidades de agência dessas crianças.

Além disso, reflito como algumas noções de violências e riscos se apresentam para os interlocutores da pesquisa e como essas noções também estão atreladas ao fazer etnográfico. E, por fim, discuto como as crianças da favela do Gonzaga e do condomínio Jardim Paulista compartilham do chamado “universo adulto”. Essas possibilidades comparativas revelam que articuladas à noção de infâncias possíveis, encontramos adultos, proteções, famílias, casas, ruas, riscos e agências possíveis.

Nesta tese não tive a pretensão de encerrar as discussões sobre infâncias e crianças, pelo contrário, procurei ressaltar por meio da etnografia em dois contextos sociais distintos como esses conceitos são flexíveis, assim como as noções de proteção, violência, risco, adulto, família e rua. Portanto, coloco-me em debate com a literatura da antropologia urbana e da antropologia da criança para analisar alguns modos de ser criança.

Capítulo 1 - Os percursos da pesquisa

Neste primeiro capítulo descrevo os motivos e interesses que me levaram a escolher esses dois contextos: a favela do Gonzaga e o condomínio Jardim Paulista. Procurei justificar o porquê dessas escolhas, apontando que a favela do Gonzaga foi escolhida quando cursava uma disciplina em minha graduação em Ciências Sociais na qual desenvolvi um projeto de pesquisa sobre o bairro e a partir dos dados e resultados proporcionados por essa pesquisa, daí fui movida pelo interesse por conhecer um contexto social diferente em que as experiências e vivências das crianças pudessem ser distintas daquelas encontradas no Gonzaga.

Nessa direção, a minha trajetória pessoal me levou ao condomínio Jardim Paulista para poder analisar as particularidades possíveis de ser criança em universos sociais e culturais tão distintos: uma favela e um condomínio fechado. Entretanto a literatura da antropologia da criança e da infância já haviam problematizado as pluralidades da infância e dos modos de ser crianças em contextos sociais diferentes, contudo, busquei conhecer de perto essas dinâmicas a partir da etnografia.

Portanto, nesse capítulo problematizo as estratégias de aproximações indiretas nos dois contextos sociais. A opção pelo caminho indireto ocorreu pela busca por uma legitimação das entradas em campo. Na primeira parte do capítulo descrevo de maneira geral a favela do Gonzaga e os contatos indiretos com a prefeitura, câmara de

vereadores, secretaria de cidadania, pastoral da criança e direção da escola para a entrada no bairro e na segunda parte descrevo também de forma geral o condomínio Jardim Paulista e a possibilidade da realização da pesquisa por intermédio de uma moradora que possibilitou minha entrada no condomínio.

1.1: A favela do Gonzaga



Figura 1: Imagem aérea do Gonzaga. **Fonte:** ROSA⁹, 2008, p. 96.

⁹ As imagens estão disponíveis na dissertação de mestrado de Thaís Troncon Rosa (2008) e foram cedidas por Fátima Piccin, pois pertencem ao acervo da Prefeitura Municipal de São Carlos.



Figura 2: Vista da encosta do Gonzaga. Fonte: ROSA, 2008, p. 96.

A favela do Gonzaga está situada a 5 quilômetros do centro da cidade São Carlos, a qual está localizada no interior de São Paulo, distante 244 quilômetros da capital paulista e tem uma população estimada em 221.950 habitantes de acordo com dados do IBGE de 2010. O Gonzaga é uma favela pequena em extensão, mas com grande densidade demográfica. No bairro podemos encontrar duas escolas, uma destinada a alunos do ensino fundamental e médio e outra para o ensino infantil. Encontramos também três bares, uma mercearia, uma lanchonete na garagem de uma das casas, uma igreja católica, duas igrejas evangélicas, um terreiro de umbanda, um

Posto de Saúde da Família, uma quadra poliesportiva, um parque infantil com balanço e escorregador, duas praças e um campo de futebol¹⁰.

Conheci a favela do Gonzaga em 2004 quando cursava a disciplina Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais, oferecida pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos e ministrada pela professora Dra. Valquíria Padilha. Na época eu cursava o 3º ano de graduação em Ciências Sociais na mesma Universidade. A professora sorteou alguns temas para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que deveria ser elaborado em duplas.

Fiz parceria com a Valeska de Oliveira, pois, por morarmos na mesma república facilitaria o planejamento e as discussões. O nosso tema foi “*Ofertas e Equipamentos de lazer no Jardim Gonzaga¹¹*”. De acordo com as orientações dadas pela professora responsável pela disciplina, era preciso ir ao bairro para conhecer suas características físicas, suas casas, estabelecimentos comerciais e suas ofertas e equipamentos de lazer. Porém, não tínhamos noção da localização do bairro, o que pode parecer ingenuidade de nossa parte, entretanto, vínhamos de outras cidades e conhecíamos o “centro” e o caminho para a Universidade.

¹⁰ A Unidade de Saúde da Família, a quadra, o parque infantil, as praças e o campo de futebol foram concluídos em 2007. No início desta pesquisa todos estavam em fase de construção e atualmente estão mal conservados. Para ver as fotos, consultar **anexo I**.

¹¹ De acordo com a classificação da **Prefeitura da cidade de São Carlos** o bairro é denominado como Jardim Gonzaga, porém, os moradores o chamam de favela do Gonzaga. Optei então pela nomenclatura dada pelos moradores. Neste mesmo capítulo retomarei essa análise de maneira mais cuidadosa.

Nessa época a dona Cida (moradora do Presidente Collor, um dos bairros que compõem o Cidade Aracy¹²) trabalhava na república em que morávamos e escutou nossa conversa com as outras meninas que moravam conosco e disse que poderia nos ajudar, pois sua casa era bem próxima à favela do Gonzaga. Desta forma, dona Cida nos orientou sobre os horários e quais as linhas de ônibus deveríamos “tomar” para chegar ao bairro. Porém, sinalizou sobre os “perigos” da favela, pois, segundo ela, o bairro era perigoso por causa do tráfico de drogas e por abrigar muitos bandidos.

A princípio isso nos assustou um pouco, afinal, era a primeira vez que nos veríamos em campo. Pensávamos sobre o que iríamos encontrar e como faríamos para conversar com as pessoas, assim, toda a leitura antropológica, da qual tivemos acesso até o momento, que descrevia o encontro com o “outro” nos vinha à cabeça. Era o momento de experienciarmos a pesquisa de campo.

Em um sábado à tarde Valeska e eu fomos ao Gonzaga. Seguimos as orientações da dona Cida e embarcamos no ônibus. Logo que entramos pedimos ao cobrador que nos avisassem em qual ponto deveríamos “descer”. Percebemos que ele queria saber o que nós faríamos no bairro e antes de “descermos” ele nos aconselhou a segurarmos

¹² O Cidade Aracy é composto pelos bairros: Cidade Aracy I, Cidade Aracy II, Presidente Collor e Antenor Garcia e é vizinho do Gonzaga. Para saber sobre o Cidade Aracy consultar Milene Ávila (2006) que estudou como os moradores do Cidade Aracy representam a relação entre o bairro e a cidade de São Carlos.

nossas bolsas porque a *“barra era pesada naquele lugar”*¹³. Olhamo-nos, porém, não dissemos nada e começamos nossa caminhada pelo bairro.

Não sabíamos o que fazer, com quem falar e até mesmo o que falar. Resolvemos bater na primeira casa que vimos. Uma mulher nos recebeu no portão e nos apresentamos: dissemos sermos alunas da Universidade Federal de São Carlos e relatamos o motivo de nossa ida ao bairro, mas quem nos recebeu estava em meio a uma reunião da paróquia do bairro e nos pediu licença¹⁴.

Percebemos de imediato que essa não era a melhor forma de abordagem. Resolvemos então entrar em um bar para tomar um refrigerante e tentar conversar com a dona do estabelecimento. Sentamos e esperamos e todos que estavam presentes nos olhavam com desconfiança¹⁵, pois sabiam que não éramos moradoras. Pegamos o refrigerante e começamos a conversar com Zezinha¹⁶, dona do bar. Zezinha nos contou sobre o bairro, os moradores e sua família. Depois de uma longa conversa ela nos levou para andar pelo bairro e para conhecermos alguns moradores, porém, a conversa foi interrompida, pois Zezinha nos disse que era melhor “tomarmos” o ônibus porque o próximo demoraria a passar. Então, nos despedimos e Valeska e eu voltamos cheias de dúvidas e questionamentos.

¹³ Todas às vezes que as palavras aparecerem entre aspas e em itálico, remete às falas dos sujeitos (interlocutores) envolvidos na pesquisa.

¹⁴ Descobrimos depois, conversando com a dona Zezinha, que tínhamos ido à casa de Dona Fabiana, responsável pela paróquia São Francisco de Assis, do Gonzaga.

¹⁵ Ao menos foi essa a sensação que tivemos.

¹⁶ Todos os nomes utilizados neste texto são fictícios.

O que nos intrigou era que partíamos do tema da oferta de equipamentos de lazer no bairro, mas estando ali não os encontramos, ao menos não aqueles que se definem como tal para outros setores da sociedade, tais como cinemas, lanchonetes, clubes, parques, nem equipamentos destinados ao lazer no bairro. Os únicos equipamentos existentes estavam em fase de construção: uma quadra poliesportiva e um parque infantil, iniciativas da Prefeitura Municipal¹⁷.

Porém, convinha refletir se esses equipamentos destinados ao lazer seriam aproveitados pela população local, já que para construí-los a prefeitura precisou ocupar uma parte do bairro muito utilizada pelos moradores, segundo Zezinha. No local destinado aos equipamentos havia um campo em que os moradores se reuniam para partidas de futebol e as crianças para brincar.

Assim, surgiu um primeiro interesse pelo bairro, queria saber sobre o lazer, os passatempos e sobre as formas de sua sociabilidade. Eu queria ir além da pesquisa realizada para disciplina Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. Desta forma, por indicação do professor Dr. Piero Leirner entrei em contato com o professor Dr. Luiz Henrique de Toledo, também do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, que entre outras áreas, tinha como foco de pesquisa a Antropologia Urbana, para me orientar em uma pesquisa sobre o lazer e a sociabilidade

¹⁷ O prefeito Newton Lima, do Partido dos Trabalhadores, que foi prefeito da cidade de 2001 a 2008 foi o responsável por este projeto.

infanto-juvenil¹⁸, que aos poucos e ao longo do campo foi se delineando na pesquisa sobre os modos de ser criança na favela do Gonzaga. Decidimos que eu faria uma aproximação indireta com o bairro, por vias institucionais para poder legitimar minha entrada em campo, o que julgamos importante naquela ocasião.

A primeira ideia foi ir à Prefeitura Municipal para tentar obter algumas informações sobre pesquisas e dados (demográficos, estatísticos etc.) sobre o Gonzaga. Porém, de imediato não havia funcionários dispostos a me auxiliar e justificavam não poder dar nenhuma informação. Entretanto, quando revelei minha inserção institucional como aluna da UFSCar, um funcionário sugeriu alguns caminhos para obter as informações necessárias, pois enfatizou que na prefeitura não havia tais informações.

Segundo o funcionário, o caminho mais viável seria recorrer à Câmara dos Vereadores e procurar os vereadores influentes no bairro. Entretanto, mesmo sendo aluna de Ciências Sociais e tendo interesse por assuntos políticos, não havia ainda da minha parte um envolvimento neste nível com a cidade de São Carlos. Acompanhava as discussões políticas que ocorria em Araras, minha cidade natal.

Realmente eu não sabia quais eram os vereadores que faziam política no bairro, sendo assim, chegando à Câmara dos Vereadores relatei para as secretárias o motivo da minha presença e meu interesse pelo Gonzaga e fui sincera sobre meu desconhecimento

¹⁸ Essa primeira pesquisa resultou em minha monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais: “*A experiência da infância e da juventude no Jardim Gonzaga: práticas de lazer e sociabilidade infanto-juvenil num bairro periférico*”, financiada pelo PIBIC/CNPq entre agosto de 2004 e julho de 2005.

em relação à política de São Carlos. Prontamente as secretárias indicaram quais eram os vereadores¹⁹ mais influentes no bairro e mencionaram que o assessor parlamentar de um deles estava na Câmara e que certamente poderia me atender. Fiquei surpresa com a prontidão com a qual fui recebida, imaginava que o processo de aproximação com os vereadores seria demorado e repleto de burocracias.

Retomando a Câmara dos vereadores, no mesmo momento fui apresentada ao assessor parlamentar que foi muito solícito e se colocou à disposição para me ouvir e responder às minhas perguntas, pois vislumbrava uma possível aliança e mais influência no bairro. De maneira geral, expliquei sobre a pesquisa que pretendia desenvolver no Gonzaga e que gostaria de colher alguns dados e informações acerca do bairro. Na conversa ele frisou as dificuldades enfrentadas pelos moradores, tais como a pobreza, a violência, o tráfico de drogas, o preconceito sofrido por quem mora no bairro, dentre outras coisas.

Classificou o Gonzaga como um “bairro problema” e perigoso, assim como outras pessoas já haviam classificado em outros momentos da pesquisa²⁰. Ele sugeriu me acompanhar até o bairro, pois em sua concepção não era aconselhável eu ir sozinha para desenvolver a pesquisa. Entretanto, não queria que os moradores do Gonzaga me associassem à figura de um político, indivíduo por demais visibilizado e do qual se têm

¹⁹ Os nomes dos vereadores e de seus assessores foram omitidos neste trabalho por questões de autorização. No decorrer da pesquisa pude comprovar a influência destes vereadores na época de eleições em um dos períodos em campo.

²⁰ Apenas lembrando: Dona Cida e o cobrador do ônibus.

opiniões e representações bastante consolidadas. Agradei a disponibilidade, mas respondi que esse trabalho eu gostaria de fazer sozinha. Essa associação entre periferia e política é um tema recorrente na Antropologia, pois a influência política nos bairros considerados periféricos é uma experiência cotidiana e não está apenas atrelada ao período eleitoral, como já analisou Karina Kuschnir (2000) e justamente por isso, o assessor viu que essa “aliança” poderia fortalecer os seus vínculos com o bairro.

Finalizando nossa conversa, o assessor mencionou que eu encontraria material sobre o bairro na Secretaria de Cidadania, que havia desenvolvido um projeto no local: Projeto Programa Habitar Brasil-BID, financiado pelo governo federal com o apoio da Caixa Econômica Federal²¹.

Desta forma, meu próximo passo deveria ser em direção ao contato com a Secretaria de Cidadania²² da cidade de São Carlos. Com o telefone da secretária de

²¹ A CAIXA é o agente financeiro, operacional e responsável pela implementação do programa. Para saber mais sobre este programa pode-se consultar o próprio site do banco.

²² “A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social visa implementar a política de assistência social do município, voltada ao atendimento dos interesses sociais e aspirações da população em situação de risco social; realizar as políticas setoriais visando o combate à pobreza, a garantia dos mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências e a universalização dos direitos sociais; propiciar a participação da população, por intermédio de organizações representativas, na formulação das políticas sociais e no controle das ações; coordenar programas de amparo à família, às mulheres, ao idoso, às pessoas portadoras de deficiência, à população em situação de rua, e a crianças e adolescentes em situação de risco; coordenar as políticas de promoção da igualdade racial e de gênero, bem como de combate a todas as formas de discriminação; coordenar as atividades relativas ao Núcleo de Atendimento Integrado - NAI; gerir o Fundo Municipal de Assistência Social”. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/secretarias-municipais/115251-secretaria-municipal-de-cidadania-e-assistencia-social.html>> (acesso em 25.02.2012).

cidadania em mãos iniciei uma série de tentativas de aproximação e acesso ao material. Ligava e deixava recado, mas não obtinha retorno. Foram três meses de longa espera até que certo dia recebi o telefonema e autorização para ler o projeto.

No dia e horário combinados fui à Secretaria de Cidadania. Quem me recebeu foi a secretária da secretária de cidadania. Ela pediu para que eu contasse um pouco daquilo que pretendia desenvolver no bairro para depois me entregar o material. Novamente ouvi um discurso que estava se tornando comum nesses “caminhos” da pesquisa: a mulher indagou se eu estava preparada para enfrentar o bairro, pois era muito perigoso e violento e que muitas pessoas que tinham trabalhado em projetos destinados a ele desistiram devido ao medo e também porque haviam sido parados pela polícia confundidos com compradores de drogas.

Essa conversa me remeteu ao trabalho de Teresa Caldeira (2000), em que seus entrevistados referiam-se aos moradores de favelas e de cortiços como criminosos, sempre com uma visão estereotipada, preconceituosa, como se todos que morassem em lugares onde há pobreza estivessem inseridos nessa categoria. Pois, para as autoridades e para a própria sociedade o criminoso é quase sempre visto como a pessoa que vem de espaços marginais e que contribui para poluir a cidade, como escreveu Caldeira (2000), pois, “A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como criminosos”. (CALDEIRA, 2000, p.10). O que amplifica os discursos sobre o medo, que se baseiam

nessas suposições, como da funcionária da secretaria de cidadania ao me falar sobre os problemas do Gonzaga, que produziu uma fala simplista e estereotipada sobre o mesmo.

A reprodução deste discurso estava me intrigando e comecei a indagar se essa visão negativa em relação ao bairro era geral, isto é, da maioria da população são-carlense, ou se era própria daqueles que de alguma forma estavam ligados ao “Estado”²³.

Enfim, a secretária me entregou o projeto e me explicou resumidamente que o Programa Habitar Brasil visava à implantação de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais e de recuperação ambiental, além disso, visava intervir nas moradias de risco, remover e remanejar famílias, procurando manter os laços de vizinhança e só pagaria pelas novas habitações àqueles que estivessem em situação irregular, como por exemplo, em áreas invadidas²⁴.

Esse projeto serviu para que eu pudesse entender o processo histórico de formação do Gonzaga, mas apesar de conter muitas informações, faltavam algumas muito óbvias, tais como o número de habitantes do bairro, por exemplo. Segundo o Projeto Programa Habitar Brasil-BID, o Gonzaga é caracterizado como um bairro que está entre a subnormalidade²⁵ habitacional e é também caracterizado como uma periferia e que sofre pela falta de infraestrutura e serviços urbanos, como as carências

²³ Essa indagação me mobilizou a conversar com as pessoas nos pontos de ônibus, nas lojas e nos supermercados para saber a visão delas sobre o bairro.

²⁴ Fui perceber depois, com a pesquisa, que quase todos os moradores se encontravam em situação de moradias irregulares e que a maior parte deles morava no Gonzaga desde a década de 1980.

²⁵ Essa denominação de subnormalidade é dada pelo programa.

do abastecimento de água, coleta de lixo, pavimentação de vias. Além disso, de acordo com o mesmo documento da prefeitura, o bairro tem baixo nível de escolaridade, população com baixa qualificação profissional, relação precária de trabalho, presença de atividades ligadas ao tráfico de drogas e muitas ocupações ilegais de moradias.

O Gonzaga começou a ser ocupado na década de 1970 e para lá se deslocaram trabalhadores não só de São Carlos e cidades vizinhas, mas principalmente oriundos de outras regiões, sendo que todos eram subempregados ou desempregados, sem condições de alugarem casas em outros bairros e assim a ocupação foi se desenvolvendo na forma reconhecida de favela. Segundo dados históricos, recolhidos pela história oral contada pelos moradores mais antigos, o primeiro morador foi o “Seo Gonzaga”, que é conhecido como o fundador, daí o nome da favela. De acordo com esses documentos orais, colhidos por representantes e funcionários da prefeitura da cidade, foi o “Seo Gonzaga” que trouxe os demais moradores e, aos poucos foi constituindo a favela por meio de sua rede de relações. Portanto, de acordo com Thaís Rosa (2008), por volta de 1976 houve a fundação da favela²⁶.

Entretanto, na década de 1980, a favela foi denominada como loteamento popular periférico. E em 1989 iniciou-se um processo de urbanização da área; abertura de vias, divisão de lotes, extensão das redes de água e esgoto. Já na década de 1990 ocorreu uma nova ocupação, mas os novos moradores diziam-se autorizados pelo novo

²⁶ Para visualizar algumas fotos do período de ocupação, consultar **anexo II**.

prefeito a ocuparem todas as áreas livres existentes. Nesta mesma época o loteamento popular periférico passou a ser denominado como bairro: Jardim Gonzaga. Porém, mesmo com a nova denominação o bairro ainda é conhecido como favela do Gonzaga ou simplesmente como “o Gonzaga”.





Figura 3 e 4: Folheto divulgado pela PROHAB na inauguração do Jardim Gonzaga.
Fonte: ROSA, 2009, p. 171.

Ainda uma nova ocupação foi realizada em 1997 e, segundo dados municipais, foi a pior delas do ponto de vista da qualidade de vida, pois foi quando inúmeras famílias se instalaram no limite da encosta²⁷ e em moradias precárias, sem saneamento básico, com o esgoto aberto por muitos metros. Segundo o documento do Programa Habitar Brasil²⁸, atualmente o crescimento populacional acontece mais no sentido do aumento das próprias famílias moradoras do que de novas famílias, até por uma questão

²⁷ Ver imagem na Figura 2.

²⁸ Nesse documento não havia o número de habitantes do Gonzaga. Não encontrei essa informação nem mesmo no site do IBGE.

de falta de condições e de espaço para ocupar, já que praticamente todas as áreas disponíveis estão construídas.

Após ler essas descrições e informações, fui questionar a funcionária sobre alguns dados, sobre o tratamento dispensado em relação ao bairro, sobre a inutilização do campo de futebol de areia e perguntar também sobre a ausência de um antropólogo no projeto. A funcionária não respondeu às minhas indagações e não permitiu que eu tivesse acesso aos demais volumes do projeto, pois havia uma outra aluna trabalhando no projeto. Minha pesquisa na secretaria de cidadania chegara ao fim.

Tal impedimento me levou, finalmente, ao bairro, mas ainda do ponto de vista institucional e optei por procurar a escola mais próxima. Na verdade, era uma abordagem de pesquisa que já havia começado, mas que foi interrompida devido ao telefonema da secretária de cidadania.

Entrei em contato com a diretora da escola dona Aracy Pereira Leite e expliquei um pouco sobre a pesquisa que pretendia desenvolver sobre o lazer e a sociabilidade infanto-juvenil no Gonzaga e perguntei se poderíamos conversar, pois minha intenção era conhecer a dinâmica e vivência das crianças e os jovens do bairro, já que ela era a diretora da escola mais próxima do meu “objeto” de pesquisa. Desta forma, marcamos a conversa.

Assim que cheguei, no dia e horário combinados, a diretora me alertou que poderia falar comigo apenas por alguns minutos. Entretanto, já começava a me

acostumar com essas esquivas que a pesquisa nos proporciona. A diretora começou falando que havia uma evasão escolar muito grande, pois as crianças precisavam trabalhar para ajudar os pais, mas também que havia pouco interesse para os estudos e os pais não incentivavam os filhos, tornando a situação ainda mais complicada, pois de acordo com a sua visão, os pais eram os exemplos para os filhos. Em sua opinião, os alunos iam à escola para “passear”, e que o espaço da escola servia como um tipo de lazer, um local onde podiam arrumar amigos, namorados, já que na escola é permitido namorar, tanto nas aulas como nos intervalos.

Esse discurso da diretora me remeteu ao trabalho de Alexandre Barbosa Pereira (2010), que pesquisou a experiência juvenil de jovens de São Paulo no contexto escolar. Neste texto o autor analisa que as crianças e adolescentes consideravam a escola como um espaço de sociabilidade e não apenas como um espaço do saber, e a prática de ensino era a última coisa lembrada pelos alunos quando o autor indagava aos alunos sobre a importância da escola para cada um deles, reverberando assim, o discurso da diretora.

Voltando à fala desta senhora, ela enfatizou que ocorriam muitas brigas e que os alunos eram muito agressivos ao mesmo tempo em que “muito carentes”. A diretora também reforçava a visão em negativo a respeito do bairro e um dado interessante é que a escola fica a menos de um quarteirão do bairro, onde a maioria dos alunos mora, mas a diretora nunca havia “descido lá”. Assim, deixou muito claro o seu não pertencimento

ao local e a perpetuação do estigma, embora falasse com uma educadora²⁹ presente ao local.

Essa visão em negativo do bairro aparecia tanto na fala daqueles que de alguma forma estavam ligados ao “Estado” como também no imaginário mais amplo da população de São Carlos, pois, conforme salientei em nota, me intrigava o discurso do medo e da evitação em relação ao bairro. Desta forma, em todos os lugares em que eu ia, bares, lojas, supermercados e pontos de ônibus, eu abordava as pessoas perguntando o que elas sabiam e o que pensavam sobre o Gonzaga. As respostas foram muito parecidas e as imagens imediatas retomavam os temas da miséria, pobreza, favela, periferia, tráfico de drogas, bandidos, sujeira, perigo, medo...

Portanto, a favela do Gonzaga é considerada pela população são-carlense como uma favela genérica, noção que se soma às noções de periferia, bairro pobre, “bairro pobreza” e carência. Os dados veiculados pelas estatísticas e pela mídia reverberam as representações que se tecem sobre o local, que é visto como um bairro violento, dominado pelo tráfico de drogas³⁰ e residência da maioria dos criminosos que “atua” na cidade. O bairro assume tais características no imaginário dos moradores da cidade

²⁹ Em outra ocasião, mais precisamente 5 anos após essa conversa, a mesma diretora me convidou para proferir uma palestra para professores e funcionários da escola, a fim de trazer uma outra visão sobre os alunos, para que eu apresentasse como era a vida das crianças na favela: “Ser criança na favela do Gonzaga: abordagens antropológicas”. Entretanto, a mesma visão de atraso, carências e faltas apareceram na fala dos presentes, mesmo após a apresentação dos relatos de campo.

³⁰ Acompanhei as notícias de dois jornais de São Carlos durante quatro anos e todas as reportagens sobre o bairro estavam nas páginas policiais. Para ler algumas dessas reportagens consultar o **anexo III**. Optei por trazer algumas notícias para ilustrar como o bairro é representado na mídia e não para reverberar a mesma visão. Essa imagem, que associa pobreza e criminalidade foi construída pela mídia e também a partir das classes privilegiadas. Não sendo este o meu ponto de vista sobre o Gonzaga.

porque foi ocupado na forma de favela, com seus terrenos sendo invadidos e urbanizados dentro da lógica da autoconstrução destinada aos moradores de baixa renda, imagens, portanto, naturalizadas e reatualizadas, tal como percebi com o passar do tempo em que o bairro também se revestia de o lugar do narcotráfico.

Sendo assim, utilizei a denominação de periferia para o bairro devido à classificação geral em torno do bairro, entretanto, sei que é preciso entendê-la no plural e em suas múltiplas representações e apropriações nativas. Além disso, precisamos deixar de lado a ideia de periferia como algo distante, pois existem “periferias” nos centros das cidades e periferias “periféricas”, além de “periferias” que não são classificadas ou estão sob os estigmas (Goffman, 1988) da pobreza.

Para ilustrar esse argumento, temos o próprio condomínio Jardim Paulista³¹, situado na “periferia” da cidade de Araras, entretanto, o condomínio se distancia dos usos impostos à noção de periferia (faltas, carência, população de baixa renda, baixa escolaridade, etc.). Porém, para o seu entorno imediato, o bairro Jardim Ouro Verde, valeriam tais estigmatizações, pois o bairro é visto como periferia.

Isso me remete a afirmar que periferia não pode ser uma simples referência espacial, se o fosse, o condomínio também seria visto como periferia. Mas a periferia, desta forma, é uma categoria social e um valor. Nesse sentido, a periferia é considerada

³¹ Localização e demais informações sobre o condomínio podem ser encontradas mais adiante, no tópico “*O condomínio residencial Jardim Paulista*”.

como o espaço de exclusão e, em contrapartida, o centro é representado como o espaço de poder, cabendo assim:

[...] diferenciar, no plano analítico, a periferia como área urbana específica e sujeita a distintos graus de segregação (ou, num sentido inverso, de consolidação), como fenômeno social (que, nas últimas décadas, tem envolvido um projeto familiar e comunitário de inserção na cidade, mas com certas rupturas introduzidas por diversos fatores), como um conjunto polifônico de representações nativas. (FRÚGOLI, 2005, p. 146)

Desta forma, o condomínio não recebe a denominação de periferia porque faz parte e compartilha dos espaços de poder.

Embora minha pesquisa trate de um estudo que envolve uma periferia de uma cidade do interior de São Paulo, acredito que poderá ser comparado aos estudos sobre periferias de grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar de alguns autores discordarem, como é o caso de Milena Ávila (2006). Para a autora, as periferias interioranas possuem uma lógica própria e distinta das periferias de grandes cidades, dada à história de implantação desses núcleos habitacionais, seus contingentes populacionais de origem etc. Não sendo, portanto, meras reproduções das periferias metropolitanas, pois nelas não há tanta pobreza e nem excesso populacional, tal como verificado nas periferias das metrópoles.

Porém, penso que podemos encontrar nas periferias de cidades interioranas configurações semelhantes às grandes periferias, no que se refere à sociabilidade, tanto

a adulta como a infantil, às famílias numerosas, às relações de trabalho, tal como sugere a vasta bibliografia da antropologia urbana e conforme poderemos observar ao longo deste trabalho. Convém ressaltar que se as periferias interioranas são ou não reproduções das grandes periferias, há a necessidade de ampliar os estudos sobre o fenômeno da periferia em municípios interioranos, pois há na literatura sócio-antropológica um acúmulo de estudos sobre periferias de grandes cidades, capitais, e pouco sobre as periferias de cidades do interior, como bem ressaltou Eunice Durham³² (1986).

Para finalizar meus contatos indiretos com o bairro, tinha que me aproximar daquele que, no momento, julgava importante, a Pastoral da Criança³³, pois através dela a relação poderia tornar-se direta e meu primeiro passo nessa direção foi ir à casa da Fabiana, a responsável pela igreja do bairro, com quem havia conversado em minha primeira visita ao bairro. Ela poderia apresentar-me a chefe da pastoral, dona Fátima³⁴.

É possível notar aqui a influência e atividade da igreja católica no Gonzaga, pois, tanto Fabiana quanto Fátima eram conhecidas por todos devido a associação e engajamento religioso de ambas as mulheres. Conforme mencionado no início do texto, havia duas igrejas evangélicas no bairro, mas a pentecostal Assembleia de Deus era,

³² A autora fez uma pesquisa em Rio Claro, Marília e São José dos Campos e comparou tais contextos com as periferias das grandes cidades, encontrando muitas aproximações. A grande diferença encontrada foi que nas cidades menores o contraste entre riqueza e pobreza é menos nítido que nas metrópoles.

³³ Entidade mencionada na Câmara dos Vereadores, no projeto Habitar Brasil e pela diretora da escola dona Aracy Pereira Leite.

³⁴ As representantes da Igreja Católica e a própria Fátima se denominava como “chefe” da pastoral.

dentre as protestantes, a com maior número de adeptos. Este dado vai de encontro às análises feitas por Ronaldo Almeida (2004) que através de dados qualitativos e quantitativos percebeu que os templos da Assembléia de Deus estavam muito presentes nos bairros mais pobres, pois, de acordo com o autor, só na favela de Paraisópolis³⁵, na época da pesquisa, tinham oito templos.

Embora existissem dois “lugares de cultos” (Almeida, 2004) no Gonzaga, a influência pentecostal não era tão visível no bairro (mas não que não houvesse tal influência³⁶) quanto à católica. As festas promovidas no Gonzaga, o acompanhamento de crianças e adolescentes e campanhas solidárias eram promovidas por representantes católicos, por isso é que, de início, acabei me aproximando dessas representantes (Fátima e Fabiana) para a minha inserção de fato em campo.

Dona Fátima era uma senhora simpática e prestativa e, quando perguntei se poderia gravar a entrevista ela rapidamente acenou que sim. Contou-me toda a história da Pastoral da Criança, quando surgiu e como funcionava. O intuito maior dessa Pastoral era alimentar as crianças desnutridas ou abaixo do peso e depois que elas

³⁵ Paraisópolis é uma favela localizada na zona sul da cidade de São Paulo. Para entender a dinâmica e as redes sociais desenvolvidas no interior da favela e com o seu exterior, o bairro Morumbi, consultar Almeida e D’Andrea (2004).

³⁶ As atividades pentecostais eram geralmente entre as redes familiares dos fiéis, pois, apesar da Assembléia de Deus ter o maior número de adeptos em relação a outro segmento evangélico no bairro, o templo era pequeno e abrigava no máximo cinquenta pessoas. A pouca visibilidade da influência no Gonzaga também estava relacionada com os responsáveis pelo templo. Esses responsáveis não moravam no bairro e a igreja só funcionava em horário de “culto”.

conquistavam o peso ideal, dona Fátima e suas ajudantes faziam um controle mensal do peso das crianças.

Além disso, a Pastoral oferecia cursos para gestantes, explicando os cuidados com os bebês. Mas disse que apesar da quantidade de adolescentes grávidas no bairro, eram poucas as que queriam alguma informação e, que *“alguém precisava combater as adolescentes, elas engravidavam muito”*.

Disse também que a maioria dos pais não se importava em educar os filhos, porque as crianças acabaram com a igreja, ficavam atirando pedras nas paredes, nos vidros e os pais viam, entretanto não faziam nada. E que além de “bagunceiras”, as crianças eram muito carentes, o que tornava mais fácil minha primeira aproximação com elas e, que as mães em nenhum momento iriam se opor, pois as crianças só ficavam na rua, o que segundo ela era a pior coisa que existia, pois não havia nada pior que as ruas. A chefe da Pastoral reforçava a visão em negativo e midiática em relação ao bairro.

Dona Fátima morava no Gonzaga, mas sua rua até então era a única asfaltada³⁷, o que a tornava “diferente”, segundo a sua própria concepção, pois durante toda a entrevista ela se referia ao bairro dizendo: *“tem de tudo lá em baixo, ladrão, bandido, assassino, traficante, trabalhador, aqui é diferente, né”*. Assim, como a diretora, ela também se referia ao bairro como algo distante, embora pertencendo territorialmente a

³⁷ Isso no momento da primeira conversa, pois atualmente todas as ruas do bairro são asfaltadas.

ele e atuando profissionalmente naquele contexto, sua visão a colocava como alguém fora do bairro. Ela estabelecia uma distância simbólica em relação ao bairro, porque mesmo morando no Gonzaga ela não fazia parte dele. Dizia que a realidade “deles” era muito difícil, mas que muita coisa havia melhorado no bairro e que o novo prefeito³⁸ estava fazendo muita coisa boa, como A Unidade de Saúde da Família (USF), a quadra poliesportiva e o parque de diversão.

Quando estávamos acabando a entrevista ela disse para eu ir à casa de dona Francisca³⁹, uma mulher com muitos filhos, e que não se oporia em permitir minha presença em sua casa, mas que não era para eu prometer nada, porque algumas só permitiriam a pesquisa se eu oferecesse algo em troca.

Dessa forma, depois de ter tido contato com as instituições referidas e com uma moradora do bairro que ocupava certa posição institucional, poderia iniciar a pesquisa de campo com os moradores. Havia obtido informações que se por um lado orientaram este rascunho inicial de etnografia, por outro desorientavam meu olhar ao presenciar reiteradamente as ressalvas sobre o bairro, as visões estigmatizadas e o distanciamento por parte dos representantes institucionais, que sempre enfatizaram os aspectos negativos: a violência, o perigo, o tráfico de drogas, a presença de bandidos.

³⁸ Na época Newton Lima do Partido dos Trabalhadores (PT).

³⁹ Relembrando que nomes dos moradores foram trocados por nomes fictícios.

Finalmente minha aproximação direta com o bairro tornou-se possível por intermédio de dona Fátima, a qual me indicou a primeira família a qual deveria recorrer: a família de Dona Francisca.

1.2: O condomínio residencial Jardim Paulista.



Figura 5: Imagem aérea do condomínio Jardim Paulista. **Fonte:** Google Earth, 2013.

Movida pelo interesse em conhecer um outro universo infantil, motivada pelas indagações proporcionadas pela pesquisa na favela do Gonzaga entre 2004 e 2008, queria interagir com um contexto mais “fechado” e “protegido”, por isso elegi um condomínio fechado como foco comparativo, afim de relacionar dois campos,

observando o lugar que as crianças ocupavam nas esferas das relações, assim como as particularidades de ser criança em universos sociais tão distintos.

A escolha desse condomínio na cidade de Araras se deu devido a minha trajetória pessoal. Havia iniciado o doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal de São Carlos e não tinha bolsa de pesquisa, fato que fez com que eu retornasse à minha cidade natal e à casa de meus pais porque eu não tinha como me manter financeiramente em São Carlos. Associada à volta para casa estava à perda de emprego do meu pai o que fez com que a minha família se unisse para tentar contornar e resolver a situação financeira da melhor maneira possível, já que tinha uma irmã em idade escolar e outra fazendo especialização em uma instituição particular. Assim, precisei ficar em Araras e trabalhar⁴⁰, me impossibilitando de dedicação exclusiva à pesquisa e de analisar outro contexto social na cidade de São Carlos.

Porém, certas ideias em torno do conceito de infância e de criança encontradas na favela do Gonzaga⁴¹ pareciam relativizar a experiência infantil em outros contextos sociais, tais como nas classes médias e altas. Buscando refletir a respeito da noção de infância e de crianças em contextos distintos, procurando discutir o que é ser criança em lugares específicos, optei por pesquisar o condomínio fechado Jardim Paulista para entender essas experiências infantis em seus contextos. Pois, essas questões iam de

⁴⁰ Trabalhei por mais de um ano como ajudante em um salão de beleza e em 2010 comecei a receber o financiamento da CAPES para a realização da pesquisa. Porém, estive com a bolsa por pouco tempo porque optei pelo emprego como professora na FHO - UNIARARAS (Araras-SP).

⁴¹ Isso de acordo com a pesquisa realizada entre 2004 e 2007. Foi em 2008 que iniciei a pesquisa envolvendo o Gonzaga e o Jardim Paulista.

encontro às discussões travadas no grupo de estudo de antropologia da criança⁴² coordenado pela Clarice Cohn.

O Jardim Paulista está localizado na cidade de Araras, situada no interior do estado de São Paulo distante 174 quilômetros da capital e, de acordo os dados do IBGE de 2010 a população de Araras é de 118.843 mil habitantes.

O Jardim Paulista está situado a 4 quilômetros do centro da cidade é um condomínio residencial fechado, de classe média, inaugurado em 1997 e que desde esta época vem sendo altamente valorizado devido a especulação imobiliária, pela grande procura por estes modelos de residência. O condomínio foi construído e planejado pela Construtora Pavan, localizado na mesma cidade e responsável pela construção de outros condomínios residenciais na cidade de Araras.

Assim como ocorreu na cidade de São Carlos, tal como podemos observar na análise de Francisco Barnabé⁴³ (2007) sobre as transformações urbanas e o processo de crescimento dos condomínios residenciais em São Carlos, a cidade de Araras também

⁴² Esse grupo de estudos de antropologia da criança, coordenado pela Clarice Cohn se iniciou em 2009 através de uma disciplina ministrada pela professora no programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Carlos. Porém, com o “fim” do semestre e, conseqüentemente da disciplina, percebemos que os debates haviam apenas começado e sentimos a necessidade de continuar com as profícuas discussões, o que resultou no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Antropologia da Criança da Universidade Federal de São Carlos (LEPAC - UFSCar). Semanalmente nós nos encontrávamos (por um período de um ano) e discutíamos sobre as publicações sobre e com crianças. Esses debates foram fundamentais para as minhas reflexões na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista. Nesse sentido, sou grata aos meus colegas do grupo e em especial à Clarice.

⁴³ O autor analisou as transformações e a rede de relações sociais em dois condomínios residenciais fechados de São Carlos: Parque Faber I e Parque Fehr.

passou por mudanças em relação à ocupação urbana⁴⁴. Foram construídos diversos condomínios⁴⁵ residenciais em regiões distantes do centro da cidade e, isso se deve, como bem ressaltou Barnabé (2007), em parte pela falta de espaços na região central e pelo medo em relação à crescente violência e criminalidade nas cidades, pois “a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social” (CALDEIRA, 2000, p. 09), fazendo com que os habitantes das cidades criem enclaves fortificados para residência, lazer e trabalho, tal como afirma a autora:

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. (CALDEIRA, 2000, p. 27).

Segundo a autora, os condomínios são o modelo de habitação mais desejado pelas classes médias e altas e, os condomínios horizontais são mais atraentes que os verticais, isso porque possuem espaços mais amplos, jardins e quintais. Ainda de acordo com Caldeira (2000), na cidade de São Paulo os condomínios fechados começaram a ser

⁴⁴ Ressalto que o objetivo aqui não foi fazer uma longa reflexão sobre a expansão do modelo desse tipo de habitação nas cidades contemporâneas, pois o objetivo do presente trabalho é analisar o que é ser criança moradora de um condomínio. A ideia foi trazer uma breve reflexão sobre as justificativas pela opção por residir em condomínios fechados, pois ao longo do texto apresentarei as falas e as justificativas dos moradores do Jardim Paulista.

⁴⁵ Cabe ressaltar uma diferença entre condomínios e loteamentos. Em condomínios só há espaços privados, já nos loteamentos há espaços privados e públicos.

construídos nos anos 70 durante a explosão do mercado imobiliário e também pelo apoio do financiamento estatal. Em contrapartida, nas cidades interioranas, essa ocupação remonta às décadas de 1980 e 1990⁴⁶, como analisou Barnabé (2007). Nas cidades maiores do interior de São Paulo, como Campinas, por exemplo, esse modelo de habitação começou a surgir paralelamente ao ano que se expandiu na cidade de São Paulo, década de 1970.

O texto de Marina Saraiva (2009), cujo objetivo foi analisar o modo como a cidade se apresentava para as crianças moradoras de um condomínio de luxo, fez uma reflexão sobre a expansão dos condomínios residências na cidade de Campinas e constatou que esse tipo de residência datava da década de 1970.

Além do discurso sobre o medo da violência, da criminalidade e da busca por segurança, há na literatura corrente o argumento do fortalecimento da vizinhança ao encontro da opção por residir em condomínios e prestígio social. Podemos encontrar no texto de Brasilmar Nunes (1999) essa justificativa, pois segundo o autor, morar em condomínios fechados é resgatar a vida à moda antiga, em que o outro, o vizinho era alguém de confiança e também garantia de prestígio e *status* social perante à sociedade, já que nem todos podem optar por residir em condomínios.

⁴⁶ Nas cidades maiores do interior de São Paulo, como Campinas, por exemplo, esse modelo de habitação começou a surgir paralelamente ao ano que se expandiu na cidade de São Paulo, década de 1970. Para saber mais sobre a expansão dos condomínios residências na cidade de Campinas, consultar Saraiva (2009).

Entretanto essa é uma visão idílica e até mesmo ingênua, pois se retomarmos algumas outras discussões sobre o “viver” em condomínios, tais como Caldeira (2000) Moura (2012), Barnabé (2007) e Saraiva (2009), por exemplo, percebemos que essa representação é muito atrelada às campanhas e propagandas imobiliárias, que buscam vender um estilo de vida e destacar uma diferenciação social sobre esse modelo de moradia.

No Jardim Paulista, a opção por morar em condomínios fechados é justificada, pela maioria daqueles que neles residem, pela busca por proteção, segurança, separação do espaço público e melhor qualidade de vida. A opção por morar em condomínios está muito pautada pela questão da segurança e pela violência nas cidades.

No discurso dos moradores do Jardim Paulista, especialmente daqueles que tem filhos, é perceptível que essa opção era uma “excelente” alternativa, pois não precisariam conviver com o medo da violência e com o perigo do trânsito caótico, isso porque, no condomínio as crianças podiam brincar “livremente”⁴⁷. Fato rapidamente problematizado pela observação em campo, uma vez que no dia-a-dia as crianças pouco ocupavam as ruas, o que, portanto, restringia, ao menos espacialmente, qualquer ideia de liberdade que se incorpora ao discurso propagandístico sobre morar em condomínios fechados.

⁴⁷ De certa forma, grande parte dos moradores do condomínio reproduz os discursos publicitários e imobiliários sobre essa opção de viver.

O Jardim Paulista é um condomínio residencial, não há em seu interior estabelecimentos comerciais, estes se situam na parte externa ao perímetro do condomínio. É composto por 142 casas construídas em padrões semelhantes, cujos preços variam de R\$ 350.000,00 à R\$ 500.000,00⁴⁸. Todo o bairro é monitorado por câmeras de segurança, rodeado por cercas elétricas, guarita e porteiros 24 horas, extensa área verde, parque de diversão para crianças, praça central onde se comemoram as festividades, como festas juninas, campo de futebol e campo de vôlei. Além disso, há no condomínio um controle de entrada e saída de pessoas que deixaria o “perigoso” e o “estranho” do lado de fora, assim:

[...] podemos dizer que a produção do “estranho” funciona inicialmente mediante a imputação de categorias depreciativas a indivíduos desconhecidos, que precisam ser enquadrados em uma classificação específica, para que, assim, eles (os moradores) possam encontrar de maneira objetiva o responsável pela forte sensação de insegurança que os aflige. (BITTENCOURT apud SARAIVA, 2009, p. 34).

A figura do estranho parece desestabilizar os moradores, deixando certa sensação de insegurança. Diante desse fato, é preciso se identificar, dizer “quem”, “aonde” e “motivos” para ser autorizado a entrar em seus domínios. As pessoas que trabalham nas casas do condomínio precisam preencher um cadastro que deve ser

⁴⁸ Pelos valores das casas e por ser um condomínio composto por casas semelhantes é classificado como um condomínio de classe média. Os condomínios de luxo da cidade têm casas a partir de milhão de reais; são eles: Samanta I e II e São Conrado.

assinado pelo proprietário, produzindo um vínculo que expande o possível vínculo empregatício com a família, revelado na relação com a própria casa, ou a certa idealização de que se pertence àquela casa. Nota-se que há alguma noção ampliada de propriedade embutida nessa ideia para além da relação trabalhista, pois o vínculo com a casa, de propriedade dos moradores, parece vazar para o conjunto de empregados.

Neste cadastro deve ser preenchido o nome do autorizado, RG, telefone, função (pedreiro, faxineira, empregada doméstica, jardineiro, babá), horários de entrada e saída e validade do formulário. Desta forma, minha entrada e minha inserção em campo só foi possível por eu conhecer uma moradora do residencial. Conheci Ana quando trabalhava no salão de beleza e em meio as muitas conversas que mantinha com as clientes, contei à ela que fazia doutorado em Antropologia que havia pesquisado e que ainda realizava uma pesquisa com as crianças moradoras de um bairro em São Carlos e relatei o quão difícil estava por encontrar um condomínio em Araras para dar continuidade às minhas pesquisas, pois imaginava que o acesso era bem restrito e eu não conhecia⁴⁹ ninguém que residia nessas condições.

De sobressalto ela contou que morava no condomínio Jardim Paulista e que poderia ser a mediadora do processo para a realização da pesquisa. Desta forma, Ana⁵⁰ conversou com outros moradores a respeito do meu trabalho que, por sua vez,

⁴⁹ Até aquele momento, porque um tempo depois algumas amigas minhas mudaram-se para outros condomínios em Araras.

⁵⁰ Ana sempre residiu na cidade de Araras, era viúva e tinha duas netas e três filhos: uma menina e dois meninos. Sua filha era médica e seus filhos advogados e todos moravam na cidade.

consentiram falar comigo, com a ressalva de que eu fizesse um termo de autorização para que eles assinassem, garantindo que os nomes dos envolvidos na pesquisa não seriam publicados.

Os caminhos para minha entrada no condomínio aparentemente foram mais fáceis que os caminhos percorridos para o acesso ao Gonzaga, porém, em ambos os contextos as estratégias para o desenvolvimento da pesquisa foram, de certa forma, tortuosas, como a quase totalidade das pesquisas de campo.

Se no Gonzaga as mediações institucionais, que se iniciaram ainda no centro de São Carlos na Câmara de vereadores, nublaram minhas percepções e ocultavam em estigmatizações os meus interlocutores, o contexto do condomínio, cujo acesso racionalizado aparentemente franqueava mais rapidamente minha estada por lá, não se mostrou mais transparente na medida em que a vigilância, a noção de propriedade e de que tudo ali tinha dono, e as representações amparadas no medo do que viesse do seu exterior se estenderiam para dentro da dinâmica da etnografia.

Capítulo 2 - Conhecendo “de perto” e “de dentro”⁵¹ a favela do Gonzaga e o condomínio Jardim Paulista.

Depois de percorridos os caminhos indiretos eu finalmente poderia “entrar” nos universos sociais da favela do Gonzaga e do condomínio Jardim Paulista. Entretanto muitos questionamentos rodeavam meus pensamentos: Será que permitiriam que eu “pesquisasse” seus filhos e seus netos? Outra grande questão que pairava era como fazer uma imersão no universo das crianças? Saberá eu lançar mão de estratégias para dialogar com elas? Como dar “voz” às suas falas se eu, um adulto, “falaria” por elas?

Para essas indagações foi fundamental meu contato com os textos da antropologia da criança e da infância, pois, por meio deles percebi que como em qualquer pesquisa, é necessário desenvolver estratégias em campo, estratégias de aproximação com os interlocutores e esforços para mantermos nossas relações em campo.

Embora alguns autores ainda afirmem que são os adultos que escolhem e dão expressão aos pontos de vista das crianças, tal como problematizaram Angela Nunes e Maria do Rosário Carvalho (2007). Entretanto, assim como negociamos com os adultos, negociamos também com as crianças, ademais ter idade próxima dos interlocutores, não significa acesso ao grupo pesquisado e tampouco que não houve uma seleção dos pontos de vistas dos adultos.

⁵¹ Parafraseando o termo utilizado por Magnani (2002).

Nesse aspecto, não penso que esse seja um “problema” exclusivo dos pesquisadores que elegem as crianças como interlocutoras de suas pesquisas. Porque ao estudar os adultos, são também os antropólogos que dão expressão e selecionam pontos de vistas⁵², evidenciando aqui que há uma relação de autoria e autoridade inerente à própria prática antropológica. Pois, por mais que os antropólogos procurem desfazer a imagem de “dominadores” perante seus pesquisados, a relação social ainda continua desequilibrada e hierarquizada, como observou Alba Zaluar (2004), pois mesmos com as aproximações e estabelecimento de redes de amizades, a posição de antropólogo ainda é acionada.

Outros autores, como William Corsaro (2005), por exemplo, mencionaram a diferença etária entre os envolvidos na pesquisa e, apesar de fazerem estudos com crianças, enfatizam haver também grandes desafios nas pesquisas etnográficas envolvendo crianças, pois, “os adultos são percebidos como poderosos e controladores de suas vidas” (CORSAO, 2005, p. 443). Entretanto, me pergunto: o mesmo não vale para as pesquisas com os adultos? Os antropólogos também não são vistos como aqueles que controlam a relação que é estabelecida em campo? Sendo assim, em pesquisas com crianças partilhamos dos desafios da pesquisa de campo e da antropologia, pois, o que se esperar da relação entre pesquisador e pesquisados é uma das grandes questões da área.

⁵² Outro ponto para reflexão é o questionamento se são as crianças que querem se reconhecer nos textos ou se essa é mais uma das preocupações dos adultos.

Nesse sentido, neste capítulo descrevo e analiso as aproximações e as relações desenvolvidas com as crianças e com os adultos da favela do Gonzaga e do condomínio Jardim Paulista. Com as crianças dos dois contextos desenvolvi a mesma estratégia de aproximação: a composição de desenhos. Através da narrativa problematizo como essa dinâmica acontecia de maneira bem distinta nos dois lugares: em um os desenhos eram mais “livres” e confeccionados pelas próprias crianças no outro eram controlados e pré-aprovados pelos adultos e até mesmo feitos pelos adultos.

Portanto, procurando um melhor rendimento dos dados, descrevo e analiso esse contato por meio dos desenhos para ilustrar as diferenças dessas dinâmicas. Para tanto, primeiro analiso essa dinâmica da confecção dos desenhos na favela do Gonzaga, para depois comparar com as dinâmicas das composições no condomínio Jardim Paulista, problematizando assim, a própria coleta de dados nestes dois contextos.

2.1: Os primeiros contatos com os sujeitos⁵³ da pesquisa: as crianças da favela do Gonzaga.

Finalizado minha abordagem indireta para acesso ao Gonzaga, se aproximava o momento em que eu entraria de fato em contato com as crianças: eu precisava procurar pela casa de dona Francisca, conforme a chefe da Pastoral me indicara.

⁵³ Prefiro a denominação de sujeitos da pesquisa a objetos da pesquisa porque “sujeito” parece estar mais associado à ideia da relação que é desenvolvida entre pesquisador e pesquisados e objeto remete a uma não relação, a separação entre os envolvidos em campo em que parece não haver uma interação, em que há um objeto a ser observado e analisado. Nesse sentido, o objeto parece aquele que não exerce influência na pesquisa, associado às primeiras representações positivistas (Comte, 1973).

Ao chegar na favela do Gonzaga é visível a movimentação nas ruas. Crianças brincando, empinando pipa, correndo e passeando, grupos de jovens sentados nos bancos em frente à igreja católica, carros com som ligados, mulheres e homens em frente às casas ou circulando. Assim que cheguei foi possível perceber os olhares em minha direção; olhares desconfiados e curiosos. Passei pelas pessoas e as cumprimentei, mas minha atenção estava voltada às orientações dadas por dona Fátima. Eu buscava, entre as várias casas, aquela que não tinha portão e que ficava à direita da igreja católica. Antes de chamar por dona Francisca me certifiquei com uma senhora que passava em frente a casa se ali era mesmo o local que eu procurava. Havia encontrado.

Bati palmas e uma mulher apareceu, era a Silvana, enteada de dona Francisca. Fui perceber algum tempo depois, quando realizava a pesquisa de campo, que a Silvana era portadora de necessidades especiais, feita de empregada doméstica pelos demais moradores da casa e vítima de abusos físicos por parte de seus familiares⁵⁴. Logo apareceu Francisca e eu fui me apresentando e relatando os contatos anteriores até estar ali, disse algo sobre o projeto de pesquisa... Mas ela não estava interessada naquilo que eu dizia. Apenas falou que eu poderia fazer meu trabalho na área da frente da sua casa e que seria muito bom a minha presença para ajudar a “*tomar conta das crianças*”. Em

⁵⁴ Este fato foi constatado com a internação hospitalar de Silvana. Uma vez tinha ido ao bairro e não a tinha visto, fato inédito, pois todas às vezes Silvana estava na casa ou varrendo, lavando ou passando. Quando questioneei a sua ausência, uma das irmãs afirmou que ela estava internada porque havia caído. Entretanto, os vizinhos contaram outra versão, a de que havia apanhado da madastra. Essas “surras” eram frequentemente ouvidas pelos vizinhos que não denunciavam os maus tratos “*porque ninguém se intrometia na vida de ninguém*”.

contrapartida, pediu para que eu voltasse na manhã seguinte, pois as crianças iam para a escola na parte da tarde. Desta forma, acertamos minha ida para o dia seguinte.

Porém, quando eu estava esperando o ônibus para retornar à minha casa⁵⁵, uma mulher se aproximou e começou a conversar comigo, seu nome era Madalena, moradora do bairro há dezoito anos. Perguntou o que eu fazia no bairro, onde eu morava e depois que dei algumas explicações, comentou muitas coisas sobre o lugar, e a todo momento dizia que faltavam muitas coisas, mas que o bairro havia melhorado muito desde que ela morava ali. Essa afirmação de Madalena era uma visão consensual dos moradores, pelo menos com os quais conversei, pois todos enfatizavam as melhorias conquistadas pelo bairro desde a sua fundação e pelos processos de urbanização.

Por esta conversa percebi que bairro, favela ou Gonzaga, nomenclaturas do lugar, faziam parte de um conjunto de estratégias discursivas políticas que aproximavam ou distanciavam os interlocutores. Nesse momento eu ainda era desconhecida e uma representante da universidade, porém, na medida em fui ficando conhecida ou reconhecida (Magnani, 2003), a denominação bairro foi saindo do horizonte das conversas dando lugar a favela ou simplesmente ao Gonzaga.

Dentre as melhorias citadas, as mais comuns eram: ruas foram asfaltadas, a presença de uma escola voltada para educação infantil, a construção da “*igrejinha*”, que

⁵⁵ Cabe aqui uma ressalva. Eu ia de ônibus ao bairro e todas às vezes que ia “descer” no bairro, os motoristas indagavam se eu ia mesmo “descer” naquele bairro. E o mesmo acontecia com os cobradores do ônibus, pois me perguntavam o motivo de ir tantas vezes ao bairro. Logo, tanto motoristas como cobradores, nutriam certo receio pelo bairro, tal como mencionado anteriormente.

era uma igreja católica em que as crianças tinham aulas de catecismo, a futura Unidade de Saúde da Família (USF)⁵⁶, as casas de alvenaria e até a percepção de que a violência havia diminuído. Isso porque, segundo os moradores com quem conversei, há alguns anos era possível ver assassinatos em plena rua, isso na época de Tico⁵⁷ que era conhecido como o “*chefe*” do Gonzaga⁵⁸.

Enfim, no discurso dos moradores com os quais eu conversei era evidente a fala sobre o progresso e, essa questão do progresso material é um dos pontos tratados no texto de Caldeira (2000), que retoma outras discussões etnográficas para afirmar que a referência ao progresso do bairro em que residem é muito comum e nas falas dos seus moradores.

Após a conversa no ponto e no trajeto do ônibus, Madalena me convidou para ir à sua casa na manhã seguinte, já que havia dito a ela que estaria no bairro para conhecer os filhos e netos de dona Francisca.

Na manhã do dia seguinte voltei ao Gonzaga, mas antes de ir ao encontro da família de dona Francisca, fui à casa de Madalena como havia combinado. Fui bem recebida por todos, que disseram estar à minha espera e me convidaram para tomar café da manhã. A conversa foi se desenrolando de uma maneira bem informal, mas eu não sabia ao certo o que dizer e tinha receio de parecer “curiosa demais”. Perguntei sobre o

⁵⁶ Nesta época a USF não havia sido inaugurado.

⁵⁷ Tico também é um nome fictício, assim como os demais mencionados ao longo da pesquisa.

⁵⁸ Na época dessas conversas Tico estava preso, depois ficou foragido e depois retornou à prisão. Durante o campo no Gonzaga, o seu filho fez parte do grupo de meninos e meninas que tive maior contato.

que eles faziam e se gostavam de morar no bairro. Madalena era empregada doméstica e seu marido era aposentado por invalidez, devido a um atropelamento no próprio bairro, o que o deixou sem condições para trabalhar porque não conseguia caminhar sozinho.

Em resposta a minha pergunta sobre se gostavam de morar no Gonzaga a resposta foi negativa e que fizeram questão de ressaltar que não mantinham vínculos com o bairro, pois só eram amigos de uma família, apesar de morarem no local há bastante tempo, e também disseram não permitir que suas duas filhas brincassem na rua ou frequentassem a casa de ninguém.

Portanto, essa família não mantinha relações de afinidade ou de vizinhança com o bairro e o desejo de se mudar era explícito, tal como ilustra uma das frases de Madalena: *“Morar aqui não é nada bom, mas todo mundo respeita minha família”*. Não encontramos também o pertencimento ao “pedaço” por parte dessa família, já que a noção de pedaço “(...) supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles”. (MAGNANI, 2003, p. 20).

Algo bem diferente do comportamento de Madalena, pois para ela não há “um manejo de um código comum, laços de vizinhança, preferências esportivas e de lazer” (MAGNANI, 2003, p. 21), evidenciando assim um não pertencimento, um não compartilhamento de valores e nem vínculos de sociabilidade. Desta forma, estabelecia uma distância moral em relação à favela do Gonzaga, porque mesmo morando no bairro

ela e a sua família, não traziam em si sinais de pertencimento, conforme nos remete a noção de pedaço. Madalena residia no Gonzaga, mas não adensaria outras relações além do fato de estar residindo por lá.

Assim que saí de sua casa fui à casa de dona Francisca. Conforme fui me aproximando da casa, vi muitas crianças em frente à igreja. Pensei que fosse dia de catecismo, ensaio para missa, ou algo do tipo. Logo avistei dona Francisca. Quando estava bem próxima percebi que ela acenou para as crianças em minha direção. Neste momento as crianças correram ao meu encontro, algumas mais tímidas, outras gritando e sorrindo e falavam comigo sem parar... Dona Francisca contou que havia comentado com outras mães que eu iria com frequência para “brincar” e “tomar conta das crianças”, o que fez com que muitas delas levassem seus filhos até mim, pois algumas mães trabalhavam e na parte da manhã os filhos ficavam sozinhos em casa sob os cuidados dos filhos maiores.

Essas crianças, meninos e meninas, com as quais me relacionei ao longo da pesquisa de campo e que, como disse, somavam vinte crianças, tinham entre três e doze anos e minha presença no Gonzaga havia se tornado uma boa alternativa para as mulheres porque a partir daquele momento elas tinham com quem deixar os filhos, me tornando assim, uma espécie de empregada em que o pequeno contato com os adultos era mediado pelas crianças.

Desta forma, antes mesmo de iniciar minha pesquisa de campo, o papel e a representação sobre mim estava dada de antemão: eu era alguém que estava no Gonzaga para cuidar das crianças e essa representação perdurou até o fim da pesquisa em 2012⁵⁹. Por conta disso, buscando problematizar a longevidade da pesquisa, pude perceber que, de certa forma esse papel também foi percebido pelas crianças, adolescentes e adultos do bairro, pois até certa idade as crianças queriam estar em minha companhia e queriam brincar comigo.

Contudo, após certa idade, por volta dos treze anos, elas se afastavam da minha companhia porque não se consideravam como crianças, o que remetia a classificação do que era ser criança na favela do Gonzaga para as próprias crianças: eu era aquela que cuidava das crianças. Portanto, se não se consideravam mais crianças e não queriam estar em minha companhia⁶⁰.

No período de 2004 a 2012, convivi com várias crianças do Gonzaga, algumas estiveram comigo durante toda a pesquisa, já que quando comecei o campo algumas tinham três anos, entretanto, outras crianças, quando atingiam certa idade não “participavam” mais das brincadeiras e outras entravam para as brincadeiras, sempre

⁵⁹ Nesta época, em 2012, eu havia me tornado também uma amiga de longa data para algumas famílias, embora a condição de “tia” e “professora” permanecesse em alguns momentos. Reverberando assim, a posição ambígua do pesquisador em campo.

⁶⁰ A maioria das crianças que deixaram de “ficar comigo” foi simplesmente pelo fato de não se considerarem mais crianças e eu, era associada ao cuidado dessas crianças. Outras crianças deixaram a minha companhia porque precisaram trabalhar, uma das meninas havia se tornado profissional do sexo e dois meninos tinham se envolvido com o tráfico de drogas, sendo que um deles, até a última vez que fui à campo estava preso.

pelo convite de alguma das crianças que ficavam em minha companhia. Nesse sentido era nítida a circulação de crianças em torno de mim e, conseqüentemente, da pesquisa.

Esse papel de cuidar das crianças foi internalizado por mim, pois eu realmente havia me tornado uma “cuidadora” dessas crianças, afinal, cuidar, no contexto do Gonzaga, era alimentar, dar atenção, brincar, levar à escola⁶¹ e ajudar com as tarefas da escola, o que eu me via fazendo todas às vezes que estava em campo. Os meus encontros e conversas com as crianças se deram sem a interferência dos adultos, conforme enunciado na introdução deste trabalho. No Gonzaga, as crianças foram as interlocutoras da pesquisa e as mediadoras das relações sociais com os demais moradores do bairro. Assim, pelo envolvimento com as crianças da favela do Gonzaga, o campo foi passando de uma pesquisa sobre crianças para uma pesquisa com crianças⁶².

Retornando ao meu primeiro contato com as crianças, dona Francisca permitiu que eu e todas as crianças ficássemos na área da frente de sua casa, local em que boa parte desta pesquisa foi realizada, porque dificilmente eu podia entrar em alguma casa, já que grande parte dos pais das crianças envolvidas na pesquisa comercializavam drogas e, dentro das casas eram onde preparavam os produtos a serem vendidos. Pude ter acesso a essas informações pela dona Mariza e seu Tônico. A casa deles era a única

⁶¹ Deixo claro que a tarefa de levar à escola era como uma companhia para as crianças e não estava atrelada a ideia de proteção e cuidado e de ter um adulto que as acompanhassem, pois as crianças iam também à escola sozinhas.

⁶² Para saber mais sobre essa ideia, compartilhada pelos antropólogos da criança e da infância, ver Christensen; James (2000).

que eu frequentava, isso quer dizer, a casa em que eu podia entrar, e com quem mantive contato e desenvolvi uma amizade ao longo do campo, pois, pela proximidade com as suas netas, que estavam envolvidas na pesquisa, e com uma de suas filhas, minha presença na casa era constante⁶³.

Dona Mariza e seu Tônico moravam no Gonzaga há 30 anos e eram do sul do país. O casal foi para São Carlos e para o bairro para trabalhar na plantação de laranja. Eles tinham nove filhos e doze netos, alguns moravam no bairro e outros no Cidade Aracy. Quando eu estava em suas companhias conversávamos sobre suas infâncias, casamento, sobre os filhos e sobre próprio bairro. Eles também faziam questão de enfatizar que haviam comprado o terreno em que moravam e para provar a afirmação que mostravam uma conta de energia e de água, deixando claro para mim que não moravam em “terreno invadido” como a maioria dos moradores. *“Aqui era muito feio antes, era só barraco de tábuas, só chão..... agora é bonito, asfaltado e não tem mais barraco, só casa de tijolo. Não tinha luz nem água, agora tem tudo”*. Evidenciando assim, a uma visão consensual sobre as melhorias conquistadas pelo bairro.

⁶³ Devido à relação de proximidade desenvolvida com a família, eles pediram para que eu fizesse um álbum de fotografias de seus netos para guardarem como recordação. Pediram o álbum porque sempre me viam com a câmera fotográfica. Para ver algumas dessas fotos, consultar **anexo V**.



Figura 6: Imagem da rua em que eu ficava a maior parte do tempo com as crianças⁶⁴.
Fonte: arquivo pessoal.

Seu Tônico e dona Mariza residiam na mesma rua de dona Francisca. Na casa de dona Francisca moravam quinze pessoas; marido, filhos, noras, genros, enteada, netos e cunhado, além de cachorros, gatos e galinhas⁶⁵. As famílias no Gonzaga eram em sua maioria, extensas, com mais de seis pessoas por residência e as crianças com quem tive contato durante a pesquisa tinham mais que três irmãos, situação bem diversa do condomínio, em que o número de pessoas por residência eram menores, em torno de três pessoas.

⁶⁴ Na foto não percebemos a movimentação de pessoas na rua pelo horário em que foi tirada (mais ou menos 7 horas da manhã) e porque a maior concentração ficava descendo essa rua a partir de sua esquina, em frente à Igreja.

⁶⁵ Apesar de ficar com as crianças em frente dessa casa por alguns anos, eu nunca pude entrar na casa.

Refletindo sobre as estratégias de aproximação com as crianças e retomando algumas análises da antropologia da criança, minha opção, como já anunciei, foi pelos desenhos. Levei lápis, giz de cera, canetas hidrocor, papéis brancos e coloridos, levando em conta as experiências etnográficas de Christina Toren (2002), Margareth Mead (1963) e Clarice Cohn (2005a) (2005b).

Toren (2002), em pesquisa sobre a sociedade Fiji, se utilizou dos desenhos feitos na escola pelas crianças como coleta de dados, a antropóloga mencionava um tema para a confecção dos desenhos, procurando entender e analisar algumas questões pontuais através deles, tal como a lógica da hierarquia social Fiji vista pelo ponto de vista das crianças. Entretanto, Mead (1963) em sua análise sobre a relatividade da experiência infantil em Nova Guiné, apostou na espontaneidade da composição dos desenhos feitos pelas crianças em uma sociedade sem tradição pictórica, problematizando a noção não animista das crianças que desenhavam com exatidão e detalhes precisos, em oposição aos adultos da mesma sociedade e das crianças norte-americanas. Na mesma lógica, afirmou Cohn (2005b) que:

O papel e os lápis permitem às crianças, meninos e meninas, um lugar de experimentação e reflexão, de produção de sentidos e sua expressão – jamais uma experimentação ilimitada, irregrada – mas uma que parte do mundo conhecido e o experimenta, de acordo com as possibilidades que o gênero, a idade e o contexto lhes fornecem (p. 16).

Assim, optei pelos desenhos como estratégia de aproximação, pois a meu ver e pelas análises etnográficas citadas, esses desenhos seriam como uma porta de entrada para as conversas, tais como a concepção de família, de criança, de lazer e para saber como essas crianças vivenciavam o “mundo” e a favela do Gonzaga. Denominei os desenhos como espontâneos apenas para enfatizar que eu não apresentava a temática a ser desenhada⁶⁶, pois sei que esses desenhos não tinham espontaneidade, que não eram “livres”, afinal, eram crianças desenhando para uma antropóloga⁶⁷.

Ressalto que não foi feita uma análise dos desenhos das crianças do Gonzaga e do condomínio Jardim Paulista, isso porque há grandes limites para uma antropóloga fazer esse tipo de análise e interpretação, já que não me municei de técnicas para interpretar desenhos e revelar ou desvelar significados estéticos por meio dos traços e símbolos.

Desta forma, reforço que os desenhos foram utilizados como estratégia de aproximação e como forma de estabelecer as primeiras conversas a partir daquilo que as crianças desenhavam. Estratégia esta que deu certo, pois à medida que desenhavam, elas revelavam seu contexto mais imediato e suas impressões sobre o bairro, família, jogos e brincadeiras e em praticamente todos os nossos encontros as crianças pediam para

⁶⁶ Embora poderá ser visto que a temática dos desenhos se repetia.

⁶⁷ A não espontaneidade desses desenhos poderá ser vista em mais detalhes na abordagem com as crianças moradoras do condomínio.

desenhar. A arte do desenho acabou se tornando um dos nossos passatempos favoritos. Digo nosso, porque eu também entrava na brincadeira a pedido das crianças.

Na favela do Gonzaga nos reuníamos para desenhar em frente à casa de dona Francisca ou em frente à igrejinha. Eu levava todos os materiais e sentávamos no chão para desenharmos. As crianças faziam muitos desenhos e algumas queriam preencher folhas e mais folhas, nem que fosse apenas com um risco de caneta hidrocor. As crianças menores geralmente se sentavam próximas a mim ou de alguma criança maior para tentar copiar o desenho ou para se certificarem se estavam desenhando “bem”.

Pequenos conflitos também ocorriam, pois havia a disputa por material, meninos rasgando desenhos das meninas, tiração de sarro do desenho dos colegas, entre outras coisas. Como ficávamos em um espaço de circulação de pessoas, os adultos que passavam por nós geralmente paravam para conversar por alguns instantes, ou com as crianças ou comigo. Grande parte deles dizia não saber o porquê eu ficava “brincando” com essas crianças, ainda mais sem receber uma remuneração em troca da atividade. Em todas às vezes eu explicava qual era o objetivo da “brincadeira”, relatando sobre o projeto de pesquisa, mas eles não estavam interessados em meus argumentos, afinal, ficar e cuidar de crianças era visto como algo cansativo e penoso.

O primeiro desenho que recebi foi de um homem assaltando um banco para comprar maconha, de acordo com o discurso do autor do desenho. As crianças me entregavam muitos desenhos de corações, pipas, tatuagens e cartas afetivas. Entretanto,

as temáticas desses desenhos se repetiam bastante e, apesar da grande quantidade de desenhos que me foram entregues, eles eram todos muito parecidos. E, é interessante notar que as crianças não desenhavam pessoas e famílias, nem no Gonzaga e tampouco no condomínio. A justificativa, nos dois contextos, foi a de que era muito difícil desenhar pessoas e que certamente o desenho não ficaria bonito⁶⁸.

Apresento a seguir, parte desse material⁶⁹:



Figura 7: Desenho de tatuagem de borboleta e de casa⁷⁰.

⁶⁸ Um pouco mais adiante faço uma reflexão sobre o “belo” nos desenhos e sobre a necessidade dos desenhos se parecerem com a realidade, por meio da análise de Tragante (2007).

⁶⁹ Reforço que os desenhos não foram interpretados e nem serviram como material de análise, mas como forma de aproximação e para porta de entrada para conversas.

⁷⁰ As descrições dos desenhos foram dadas pelas crianças. Quando eu recebia um desenho, perguntava à criança o que ela havia desenhado e anotava aquilo que falavam.



Figura 8: Desenho de carro de corrida.

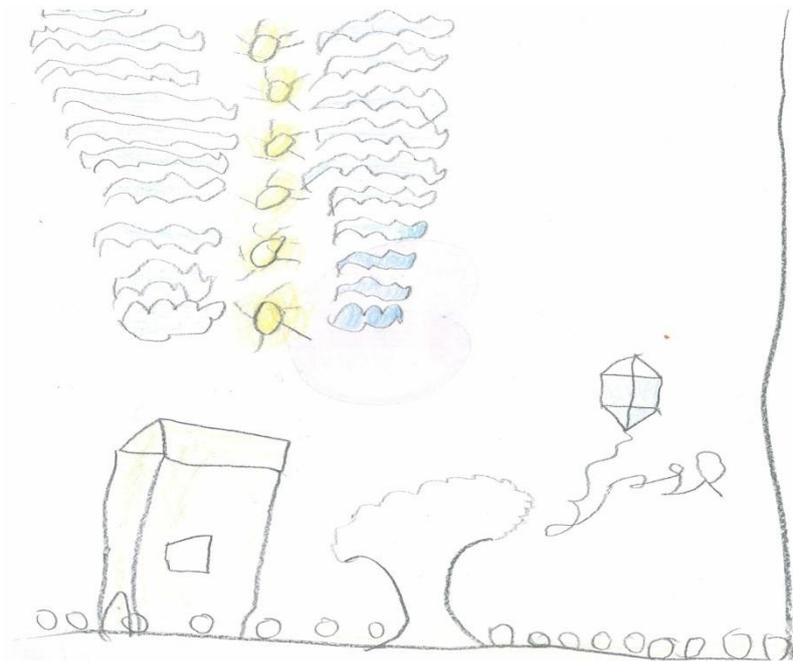


Figura 9: Desenho de pipa.

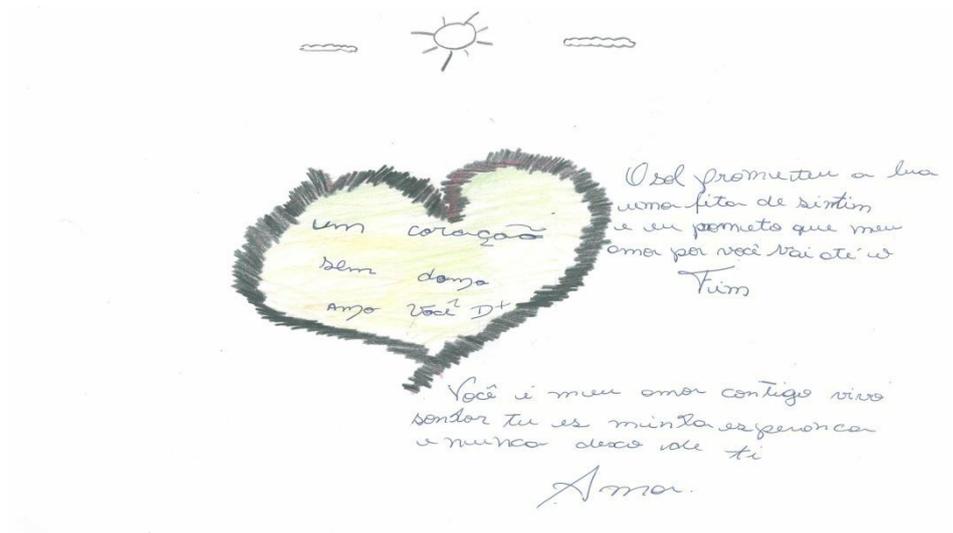


Figura 10: Carta entregue a mim.



Figura 11: Desenho do mundo.



Figura 12: Desenho de coração.

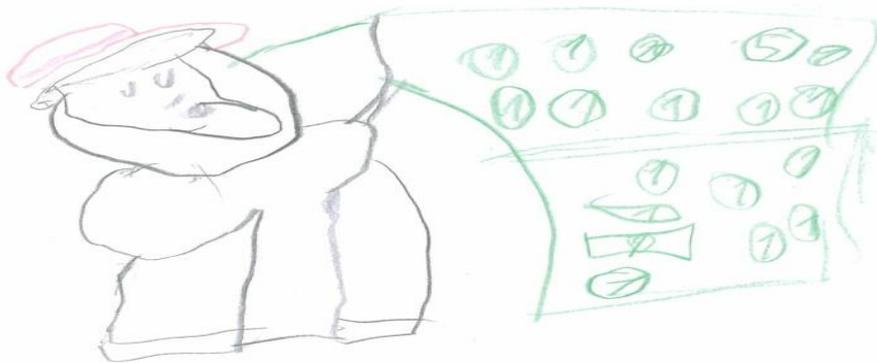


Figura 13: Desenho de homem assaltando banco para comprar maconha.



Figura 14: Desenho de tatuagem.

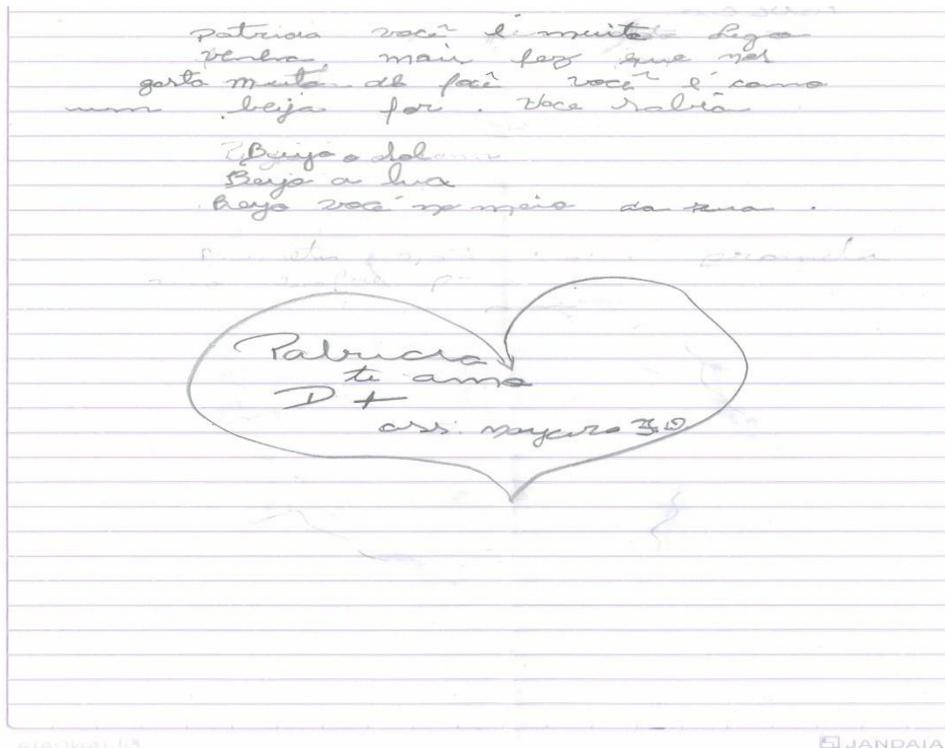


Figura 15: Carta entregue a mim.



Figura 16: Desenho de natureza.



Figura 17: Desenho de pipa, mas a criança não gostava de pipa.

As crianças e eu ficávamos desenhando por bastante tempo e diversas vezes não fazíamos nenhuma outra coisa, nenhuma outra brincadeira a não ser conversar e desenhar. A imersão nesse universo fez com que elas me classificassem como um adulto diferente. Eu era vista como um adulto diferente porque eu brincava. Além de desenhar com elas eu era um adulto que corria na rua, que brincava no parquinho e nas pracinhas; balançava, descia no escorregador e brincava na gangorra. Essa classificação, atribuída pelas crianças me permitiu fazer uma associação com um trabalho de Flávia Pires (2007) em que a grande questão do texto era entender o que se esperar da relação entre adultos e crianças.

Nesse artigo, a autora relata a sua aproximação com as crianças de Catingueira, semiárido nordestino, na Paraíba, problematizando um objeto que fez a aproximação dela com as crianças do local: um sofá. A antropóloga relata que as crianças de Catingueira ficavam pouco nas ruas e frequentavam pouco a casa dos vizinhos, entretanto, frequentavam muito a casa dela por causa do sofá. Pires (2007) era uma adulta que deixava que as crianças pulassem no sofá. A análise da autora é muito interessante, pois este objeto, o sofá, era o que reunia muitas crianças para irem à sua casa e, diversas vezes entravam na casa, pulavam e pulavam no sofá e iam embora.

Assim, além dos desenhos, na favela do Gonzaga, a brincadeira e o ato de brincar se tornou uma via de aproximação, conquista de confiança e também de afeto.

Logo no início da pesquisa fui identificada como “tia” (conforme mencionado anteriormente) e a todo o momento as crianças queriam me beijar, abraçar, pentear meus cabelos e disputar quem andaria nas ruas de mãos dadas comigo. Assim, logo fui aceita e acabei me tornando uma espécie de amiga das crianças, que sempre me queriam por perto.

Esse termo “tia” revelava a consideração por alguém que se estava próximo a elas e com por sustentavam um apego, pois, “tio e tia são comumente utilizados no tratamento com adultos e servem não apenas para diminuir a distância imposta pela idade ou função dessas pessoas, como ademais para estabelecer, com elas, algum tipo de relação preferencial” (MAGNANI, 2003, p. 116).

Entretanto, em alguns momentos o termo “tia” significava um afastamento, como a tia da escola, o tio do ônibus, a tia do bar, a tia da venda... Certa vez, duas crianças estavam brincando com cal e começaram a passar no rosto, afirmando que estavam parecidas comigo⁷¹. Essas duas crianças ficaram andando pintadas de cal pelo bairro mostrando para os moradores a nossa semelhança.

Essa situação pareceu rejeição a mim, pois elas exibiam em seus corpos e nos gestos que acompanhavam a “máscara”, os sinais da diferença e, portanto, rejeitavam aquilo que eu representava, assim como os outros moradores que riam da “semelhança”, evidenciando que “cor surge, assim, a um só tempo, como agência de integração, mas

⁷¹ Isso porque a maioria da população do Gonzaga é composta por afrodescendentes.

também como forma de distinção”. (SCHWARCZ, 2012, p. 54). Pois, por mais que eu fosse considerada como “uma amiga” e tratada com carinho, eu continuava diferente, pelo modo como me alimentava, me vestia, andava e pelos objetos que carregava: máquina fotográfica, gravador, caderno e caneta.

Portanto, o termo “tia” ora revelava uma situação de proximidade ora de afastamento, contudo não deixava de ser uma relação de afetividade e confiança, mesmo entrelaçada por pequenos eventuais conflitos. Relação esta que foi sendo estabelecida de maneira bem distinta no condomínio Jardim Paulista em Araras – SP. Entretanto, havia uma semelhança na relação entre pesquisador e pesquisados, pois a alteridade não se resolvia nos encontros e desencontros com as crianças e com os adultos.

2.2: Os primeiros contatos com os sujeitos da pesquisa: as crianças do condomínio Jardim Paulista.

No condomínio residencial Jardim Paulista foi utilizada a mesma estratégia de aproximação com as crianças: os desenhos. Entretanto, as dinâmicas da composição desses desenhos e de acesso às falas das crianças foram distintas. Conforme mencionei, meu acesso ao bairro só foi permitido porque eu conhecia uma moradora, a Ana, que conversou com outras moradoras do condomínio para eu poder ter acesso ao espaço interno às dependências do mesmo. Antes de ir ao condomínio havia preparado o termo

de consentimento⁷² para que os adultos responsáveis autorizassem a pesquisa com seus filhos e para que eles se certificassem que eu não divulgaria os nomes dos adultos e das crianças envolvidas na etnografia.

Este mesmo termo de consentimento havia sido preparado para os pais moradores do Gonzaga, entretanto nem pais, mães ou responsáveis pelas crianças quiseram assinar o termo, isso porque eles queriam ter seus nomes e os dos seus filhos divulgados na pesquisa; eles queriam ser vistos e ser reconhecidos no texto. Porém, expliquei sobre as questões éticas envolvidas nesse tipo de pesquisa, especialmente as que envolviam crianças, por isso a necessidade de nomes fictícios. Oposto ao Jardim Paulista, aonde havia o desejo de se “esconder” e o medo de ter o nome divulgado, pois, antes de eu conhecer as crianças, as mães pediram para ver o “contrato”.

Ao chegar no Jardim Paulista é preciso se identificar, dizer em que casa vai e quais os motivos da visita. Assim que adentramos ao residencial vemos a seguinte placa:

⁷² Para visualizar o termo de consentimento, consultar o **anexo IV**. Uma cópia do termo ficou comigo e outra com os pais das crianças.



Figura 18: Placa interna ao condomínio⁷³. **Fonte:** arquivo pessoal.

Contudo, não vemos crianças nas ruas nem tampouco adultos. Oposto ao Gonzaga, no Jardim Paulista o silêncio era constrangedor, os barulhos ouvidos eram os de passarinhos, latidos de cachorros e ruídos de motores de veículos e as ruas eram vazias, diferente do que eu imaginava encontrar, já que a própria placa no condomínio anunciava a presença de crianças. Mas, onde estavam essas crianças?

Fui percebendo que a rua era um espaço em que não havia pessoas que nela se fixavam, mas que a rua destinava-se tão somente como espaço de circulação, onde

⁷³ Esta foi a única imagem interna que tive autorização para fotografar e divulgar.

adultos passeavam com seus carrinhos de bebês e levavam as crianças maiores para passearem com seus brinquedos motorizados.

Essa situação fez com que eu me identificasse com os questionamentos de Thaís Mantovanelli (2001) em sua pesquisa com as crianças da Reserva Indígena do Icatu. A autora, familiarizada com as discussões e estudos sobre e com crianças indígenas, esperava encontrar na reserva crianças por toda parte. Entretanto, ao chegar a campo não via crianças em parte alguma e se perguntava: onde estavam as crianças? O que faziam essas crianças do Icatu? Distinto, da maioria dos outros estudos com crianças indígenas, as crianças do Icatu ocupavam os espaços de suas casas e dos seus quintais, estando assim, longe dos olhos dos responsáveis por elas, mas “perto dos ouvidos”. Portanto, será que as crianças do condomínio ficavam em seus quintais? Era o que a pesquisa poderia ou não me revelar.

Passando pela portaria do residencial e pelo aviso da placa, estacionei o carro na porta da casa de Ana⁷⁴. Caminhamos até à frente da casa do síndico, local combinado para a assinatura do termo de consentimento e para explicações gerais sobre a pesquisa. As mulheres fizeram muitas perguntas, o que parecia mais um interrogatório, afinal, eu era a “estranha”, a intrusa no condomínio. Perguntaram de que família eu era, se tinham filhos, marido ou namorado, onde eu havia estudado no ensino infantil, fundamental e médio, minha formação e o local em que trabalhava.

⁷⁴ No início era a Ana quem agendava os encontros com as mães e quem me fornecia informações sobre o condomínio. No residencial, as casas eram ocupadas por aposentados e famílias com crianças.

Convém mencionar que, ao longo da pesquisa no condomínio fui contratada como docente pela FHO-UNIARARAS, o que de certa forma melhorou o meu contato com os moradores, pois a faculdade ficava a três quarteirões do Jardim Paulista e também porque havia quatro professores da mesma faculdade que moravam no residencial. Algumas mães chegaram até a dizer que caso eu divulgasse nomes ou caso se sentissem moralmente afetadas pela pesquisa elas iriam até a faculdade para reclamar com os responsáveis (reitor e pró-reitor), mesmo eu dizendo que não havia vínculos entre a pesquisa e a referida instituição.

Voltando a aproximação com as mães, foram poucas as que autorizaram a pesquisa com seus filhos, entretanto, consentiram com a ressalva de estarem presentes em todos os encontros com as crianças. Nesse momento logo imaginei o quão difícil seria fazer a pesquisa dessa forma, já que o oposto se passava no Gonzaga, em que as mães queriam pouco ou nenhum contato comigo em campo. Entretanto, ao longo dos encontros fui percebendo que essa maneira de coleta de dados e de falas, por intermédio e na presença das mães ou responsáveis⁷⁵, revelava muito sobre o universo das crianças nesse contexto, onde as crianças eram ostensivamente cercadas por adultos.

Combinei com as mães que voltaria no dia seguinte para conhecer as crianças e iniciar o trabalho. Contudo, diferente do que acontecia no Gonzaga, em que eu fazia o campo de manhã, à tarde e algumas vezes à noite. Eu ia ao bairro nos horários em que

⁷⁵ Neste caso, as responsáveis eram as avós, babás e enfermeiras.

as crianças achavam melhor, já que elas eram quem decidiam o dia e horário que “ficariam” comigo; eram elas quem agenciavam nossos encontros e não os adultos. Entretanto, com o aval desses adultos.

Tanto durante a semana quanto aos finais de semana, no condomínio, as mães pediram para que eu fosse à noite, pois era nesse o período em que as crianças estavam em casa, porque nos outros ou estavam nas escolas ou com outros compromissos: aulas de inglês, espanhol, teatro, balé, futebol, Kumon⁷⁶, etc.

No condomínio Jardim Paulista, eu me reunia com as crianças e suas respectivas mães ou responsáveis na varanda das casas. Dentro desse universo pesquisado, todas as mães tinham curso superior⁷⁷, sendo que algumas delas trabalhavam. Entretanto, todas tinham empregadas domésticas e algumas babás e/ ou enfermeiras. Aquelas que não trabalhavam justificaram que a opção por abrir mão da vida profissional tinha acontecido para poder dedicar todos os cuidados em relação aos filhos.

Assim como na favela do Gonzaga, optei pelos desenhos como estratégia de aproximação para que pudéssemos interagir, pois conforme argumentos citados anteriormente, “tendo os desenhos em mãos, o pesquisador pode pedir às crianças que os comentem, ou mesmo que elaborem histórias a seu respeito” (COHN, 2005, p. 46),

⁷⁶ O Kumon é uma rede de ensino privado que pode ser encontrada por todo o mundo. Os alunos podem aprender matemática, português, japonês e inglês e a escola busca que os alunos sejam capazes de aprender por si só. Muitos pais colocam os filhos nessa instituição para terem um reforço escolar e outros para que os filhos aprendam o conteúdo das disciplinas de forma diferente.

⁷⁷ Havia mães que cursaram universidades públicas e particulares. As formações foram em: direito, administração, pedagogia, química, educação física, psicologia e odontologia.

para proporcionar um maior rendimento dos dados. Pois, enquanto as crianças desenhavam poderiam me dar acesso às suas representações de seu mundo imediato, assim como fornecer a maneira como entendiam e davam sentido ao seu contexto social, tal como no Gonzaga. Portanto, levei lápis, giz de cera, canetas hidrocor, papéis brancos e coloridos.

Logo que cheguei, as mães e as responsáveis⁷⁸ pelas crianças foram me apresentar seus filhos, enunciaram nomes, idades e escolas que frequentavam⁷⁹. Durante a pesquisa convivi com quinze crianças, meninos e meninas entre três e dez anos, e os respectivos adultos⁸⁰ que as acompanhavam. A maior parte das mães⁸¹ que participaram da pesquisa tinha apenas dois filhos, algumas um ou mesmo três filhos, não mais que isso, evidenciando que as famílias no condomínio eram pequenas, diferente do Gonzaga.

⁷⁸ No texto as responsáveis eram as babás.

⁷⁹ Todas essas crianças estudavam em escolas particulares, diferente das crianças do Gonzaga, onde todas estudavam em escolas públicas.

⁸⁰ Quando me refiro ao contato com os adultos do condomínio, me refiro a adultos do sexo feminino porque não mantive contato com os maridos ou patrões das mulheres envolvidas na pesquisa. Os homens ficavam dentro de suas casas, quando o campo acontecia no período noturno e trabalhando quando o campo acontecia na parte da tarde, enquanto as mulheres estavam comigo e com as crianças. Essa situação poderia reforçar a ideia de que os filhos devem ficar em companhia das mães e que são elas, as mães, babás e enfermeiras que devem cuidar dos filhos, reforçando o papel feminino em nossa sociedade. Porém, conforme veremos no tópico “*Famílias possíveis*”, esses homens também partilhavam dos cuidados com os filhos. Talvez não quisessem contato por não considerarem relevantes os propósitos da pesquisa ou porque as mulheres não achavam conveniente, pois só haviam mulheres fazendo parte da pesquisa.

⁸¹ As envolvidas na pesquisa pediram para que fossem tratadas por mães e não por pseudônimos pelo receio de uma possível identificação. Como não afetava na análise e sistematização dos dados, atendi ao pedido como uma forma de negociação e estabelecimento de confiança.

Muitos dos adultos e crianças envolvidos não se conheciam e conversaram pela primeira vez entre si motivados ali pela minha presença, evidenciando assim, relações de vizinhança e sociabilidade locais⁸² visivelmente mais tênues, diferente das relações do Gonzaga, tal como mostrará a pesquisa.

Na época em que comecei a fazer a pesquisa de campo no condomínio, em 2009, eu não tinha filhos e as mães reforçaram que minha pesquisa talvez estivesse errada, já que eu não tinha a vivência e experiência da maternidade e, portanto, me faltava o julgamento sobre como elas educavam e cuidavam de seus filhos.

É curioso e revelador como elas compreendiam a pesquisa pelo ponto de vista materno, isso quer dizer, elas achavam que eu estava lá para verificar como suas crianças eram educadas (ou não) e para fazer uma possível avaliação sobre os desempenhos de seus papéis como mães e não para descortinar o universo infantil. Pois, mesmo eu explicando os motivos acreditavam que eu estava no condomínio para avaliar e julgar a postura delas em relação aos filhos.

Ali, surpreendentemente, afirmaram que eu mais parecia com uma mãe na teoria, passando assim, de tia em um contexto para uma potencial mãe em outro. Incomodada, indaguei o que seria ser uma mãe na teoria. As moradoras do condomínio

⁸² Problematização e análise desta constatação no tópico: “*Casas e ruas possíveis*”.

disseram que era um programa de televisão, veiculado em um canal pago, *Discovery Home and Health*, que tinha esse nome, “Mães na Teoria”⁸³.

Neste programa homens ou mulheres se inscrevem para participar porque acreditam que ser mãe e criar filhos é algo simples e que, certamente podem substituir uma mãe por uma semana e ensinar a melhor maneira de educar os filhos (dos outros). Os inscritos são amigos ou parentes das “mães na prática” e não se conformam com as reclamações das mães sobre a falta de tempo para fazer outras coisas relacionadas à privacidade, tais como sair, fazer compras, frequentar salão de cabeleireiro, shows, tudo em virtude do tempo consumido na educação dos filhos. No final de cada episódio os inscritos percebem que essa não é uma tarefa fácil e acabam reforçando alguns estereótipos e concordando que a mãe real é melhor que a mãe na teoria e que só podem afirmar, julgar ou criticar aquilo que conhecem.

E era exatamente isso que as mães do condomínio me diziam; eu pesquisava crianças, mas não tinha ideia do que era “realmente” criar um filho. Quando revelei que havia “cuidado” e “cuidava” das crianças do Gonzaga e que meu marido tinha uma filha e nas férias dela, que não coincidiam com as dele, era eu quem “cuidava”, a situação se transformou.

Revelar que eu era “madrasta” modificou o rumo da pesquisa e das conversas, pois era agora como se tivéssemos algo em comum e as exigências passaram a ser a de

⁸³ A partir dessa conversa assisti a alguns episódios do programa para saber melhor sobre “as mães na teoria”.

que a menina deveria ir a campo em minha companhia⁸⁴. Este arranjo familiar pessoal, a presença ostensiva da minha enteada⁸⁵ acabou facilitando minha “estada” no condomínio, mas, em contrapartida, as mães não tinham mais outro assunto comigo a não ser os filhos, as atividades e os feitos diários dessas crianças.

Nesse sentido, as noções de cuidados e proteções se tornavam a cada dia mais evidentes. Quando engravidei essa situação ficou ainda mais intensa: as mães só queriam saber do bebê, das compras para o bebê, do quatinho, do chá de bebê, dos ultra-sons, consultas, parto normal ou cesariana.

Portanto, ao final da pesquisa, tive a sensação de que o campo revelava muito mais sobre mim e sobre a minha filha (que ainda não havia nascido) do que sobre ele mesmo⁸⁶. Entretanto, revelava o que significava a criança para os seus moradores: um ser que precisava de todos os cuidados, mimos e proteção, antes mesmo do seu nascimento.

Conforme mencionei, para a aproximação com as crianças optei também, no contexto do condomínio, pelos desenhos e levei os materiais para a confecção. Assim como no Gonzaga, os desenhos eram livres, lembrando que chamo de livres apenas para

⁸⁴ Minha enteada ia a campo comigo em suas férias escolares: em julho, dezembro e janeiro.

⁸⁵ Ela escolheu ser citada pelo nome de Alice, nome fictício.

⁸⁶ Precisei interromper a pesquisa sem comunicar as mães e responsáveis porque precisei ficar 90 dias em repouso absoluto, pois minha gravidez havia se tornado de risco. Pedi que a Ana comunicasse em meu nome e explicasse a situação para as mães. Mas, após um tempo de seu nascimento retornei a campo para me despedir de todos com havia convivido.

diferenciá-los dos desenhos temáticos. Sendo assim, as crianças desenhavam sem um tema pré-definido.

A reunião para os desenhos era feita na varanda das casas, como dito anteriormente. Ficávamos eu, as crianças e os adultos que as acompanhavam. No condomínio as crianças não utilizavam os materiais que oferecia, cada uma levava seu próprio material: bolsas escolares, cadernos, lápis, lapiseira, canetas hidrocor, giz de cera, estojo e papéis dos mais variados tamanhos, desenhos e cores. Diferente do Gonzaga em que as crianças brigavam e disputavam os materiais que colocava à disposição. Lá, muitas vezes os levavam para as suas casas, com ou sem o meu consentimento, fazendo com que eu precisasse adquirir novos materiais a cada sessão.

Enquanto desenhavam as crianças do condomínio eram bem silenciosas, falavam baixo e ficavam concentradas na elaboração dos próprios desenhos, bem diferente da dinâmica da composição dos desenhos no Gonzaga, em que barulhos, gritarias, conversas e pequenos conflitos sobre a disputa por materiais permeavam a dinâmica dos encontros. Entretanto, uma situação era comum nos dois contextos: as crianças costumavam olhar nos desenhos das outras para copiar. Se uma desenhava uma cachoeira logo outra tomava para si o tema.

Uma situação distinta do Gonzaga foi que no Jardim Paulista, diversas vezes, as mães, babás e enfermeiras eram quem desenhavam pelas crianças. Isso porque havia a

necessidade, por parte dos adultos, dos desenhos serem bonitos⁸⁷, já que seriam vistos e assim passar pelo julgamento de outros, causando boa impressão. Mesmo quando não desenhavam esses adultos interferiam no processo criativo. Quando percebiam que a criança estava pintando alguma coisa da cor “errada”, diziam “*de que cor é a grama? De que cor é o mar? De que cor é o sol*”, não deixando que colorissem da maneira que quisessem e como quisessem, interferindo a todo o momento nas atitudes e no senso especulativo das crianças.

Assim, enquanto no Gonzaga as crianças desenhavam também a sua realidade mais imediata, pipas, carros e tatuagens, além dos temas genéricos, como natureza, no condomínio desenhava-se aquilo que os adultos achavam mais “certo”, restringindo o repertório temático: flores, globo terrestre, natureza⁸⁸ etc. A seguir, apresento parte desse material:

⁸⁷ De acordo com a concepção daquilo que elas consideram por bonito.

⁸⁸ O tema natureza foi o que mais se repetiu nos dois contextos. Arrisco afirmar que essa temática que se repetia era devido aos desenhos confeccionados na escola, nas aulas de artes.



Figura 19: Desenho do mundo visto por uma criança⁸⁹.



Figura 20: Representação sobre mim.

⁸⁹ Assim como foi feito no Gonzaga, no condomínio eu também perguntava às crianças o que elas haviam desenhado. O detalhe desse desenho foi reproduzido na capa dessa tese justamente pelo significado que a criança deu ao desenho: desenho do mundo visto por uma criança.



Figura 21: Outra representação sobre mim.



Figura 22: Desenho da natureza.

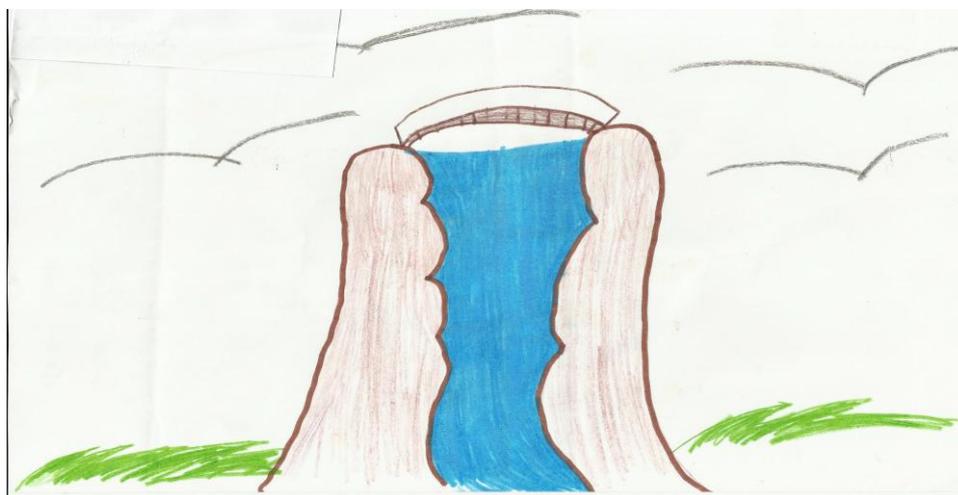


Figura 23: Desenho de cachoeira.



Figura 24: Desenho da praia.

No condomínio as crianças me entregavam aqueles desenhos que passavam pela triagem atenta dos adultos ao passo que no Gonzaga as crianças me davam todos os desenhos que faziam. Algumas temáticas se repetiam⁹⁰, sobretudo o tema da natureza. Espelho que isso ocorria e ocorre devido aos temas preferenciais presentes por todo sistema de ensino, supervisionados pelas (os) professoras (es), e temas ecológicos constam da pauta pedagógica em ambos os contextos.

Eu, obviamente, não direcionava os desenhos, tampouco propunha temas e trouxe para a tese as temáticas que mais se repetiram nas produções. De certa maneira, essa amostra de desenhos parece ser pequena, porém, foram essas as temáticas mais recorrentes.

⁹⁰ Conforme podemos constatar observando os desenhos dos dois contextos.

Creio que o tema natureza apareceu muito no condomínio também por causa da interferência de mães e babás. Quando elas iam ensinar ou mostrar o que desenhar, frequentemente desenhavam árvores, flores, jardins, mar, montanhas, pássaros, rios⁹¹ e sinalizavam que aquilo era a natureza, orientando aquilo que deveria ser desenhado. As duas representações feitas sobre mim também não partiram das crianças, pois estas foram induzidas a me desenharem.

Assim, ambos os contextos trazem o esforço das crianças de retratarem certos mundos idealizados. E, embora haja contextos de produção de desenhos diversos; com a interferência de adultos num caso e ausência em outro, de certa forma, no Gonzaga o mundo adulto estava representado no assalto a banco e nas tatuagens, por exemplo. Ao passo que o universo adulto no Jardim Paulista aparecia corporificado nas mães e babás que participavam da produção, opinando e direcionando os desenhos, evidenciando a relação explícita e hierárquica entre esses universos geracionais.

Retomando a discussão sobre o “certo” e o “bonito” em relação aos desenhos, retomo o trabalho de Christiane Tragante (2007) que fez uma pesquisa sobre o modo como as crianças de duas escolas públicas da cidade de São Carlos se relacionam com a arte nas aulas. A autora percebeu que para os alunos a arte era algo belo e que representava uma imagem exata da realidade, nada que tivesse relação com o mundo fantasioso ou imaginativo.

⁹¹ Não tive a autorização das mães para ficar com todos os desenhos.

E era exatamente essa mesma concepção de belo imposto aos desenhos que encontrei no condomínio. Se o desenho não representava a imagem real ou bem próxima à realidade ele era descartado, tanto pelas crianças quanto pelos adultos e me eram sonogados, ao passo que no Gonzaga todos os desenhos deveriam ser entregues a mim. Embora diversas vezes as crianças me procuraram para “resgatar” um desenho que havia ficado comigo.

Nesse sentido, a relação estabelecida com as crianças do condomínio era bem diferente da relação conquistada com as crianças do Gonzaga. Neste eu me relacionava diretamente com elas, que me apresentavam o bairro, as situações, as famílias, as fofocas, o tráfico, os moradores, enquanto que no condomínio até as crianças eram apresentadas pelos adultos e foram raras às vezes em que me vi com uma criança sem um adulto por perto⁹².

Fato este que me impossibilitou de desenvolver uma relação de proximidade e amizade com as crianças do condomínio. Sendo assim, ali eu não era a “tia”, não era a professora, não era a babá, não era a enfermeira e tampouco a “amiga da mamãe”. A princípio eu enfeixava vários nãos, para depois me tornar a “pesquisadora” que estava no residencial para escrever sobre elas (as crianças).

⁹² Só pude ter contato com essas crianças sem a presença das mães e responsáveis em um clube da cidade aonde essas crianças participavam de uma Recreação, tal como poderá ser visto no tópico *“Jogos e brincadeiras das crianças”*.

A pesquisa se passava perto dos olhos e dos ouvidos das mães, que interpelavam toda e qualquer conversa que iniciava com as crianças, tendo sempre uma resposta a dar por elas. Assim, eu tinha acesso às falas dos adultos e às falas das crianças por meio daquilo que os adultos consideravam como o correto, ou aquilo que consideravam que eu podia saber. Era como se a preocupação com as suas próprias imagens estivessem refletidas nas crianças, querendo sempre mostrar os “aspectos positivos” das suas famílias, não revelando assim, a presença de conflitos e problemas familiares. Domesticar os desenhos entregues à pesquisadora, portanto, era apenas um dos processos simbólicos de uma convivialidade domesticada mais ampla que presenciei, fosse qualquer estratégia que adotasse em campo.

2.3: Para além dos desenhos.

Esses problemas e possíveis conflitos eram revelados por outras mães. Algumas vezes, uma ou duas delas esperavam que todos tivessem ido embora para ter “*uma conversar mais particular*”, revelando para mim fatos que as outras silenciavam. Por exemplo, diziam que o filho de fulana não tinha bom comportamento e que era um problema na escola, que a família tal deixava o filho fazer tudo, por isso não era uma criança educada ou então que beltrana deixava o tempo todo os seus filhos nas mãos de

babás para passar o dia na academia. As mulheres tinham acesso a essas informações na escola das crianças em que mães e professoras comentavam da vida das outras pessoas.

Esses relatos pareciam mais com a ideia de fofoca, pois as histórias eram contadas sempre em voz baixa e quase ao pé do ouvido. Situação parecida acontecia no Gonzaga, em que todas às vezes que os adultos e as crianças falavam dos vizinhos, era quase por meio de sussurros e com as janelas fechadas.

Desta forma, a fofoca era uma linguagem que estruturava algumas relações e envolvia o relato daquilo que as pessoas imaginavam ou de coisas reais sobre o comportamento alheio, conforme destacou Cláudia Fonseca (2000) em outros contextos urbanos. No condomínio a fofoca representava uma disputa entre as mulheres, pois era acionada para criticar a maneira como as outras educavam seus filhos e, portanto, um filho que não fosse bem educado representava um fracasso do adulto. Já no Gonzaga, a fofoca era acionada especialmente em casos de associação ao tráfico de drogas.

Com o passar de algum tempo em campo, em uma esfera de maior proximidade, alguns moradores se sentiam à vontade para falar sobre seus vizinhos. Os discursos quase sempre se iniciavam mencionando não ter nada a reclamar dos outros moradores e da vizinhança, mas completavam com alguns fatores negativos:

“Aqui do lado é movimentado assim todo o dia, você viu? Os meninos ficam no portão passando droga”. Ou então, “na casa de fulano todo mundo é do tráfico, mas vamos falar o que né? É cada um na sua”.

Essas conversas ocorriam com as crianças por perto que ouviam atentamente cada frase pronunciada e por diversas vezes acrescentavam à conversa: *“é tia, você viu quem foi preso com droga?”* Ou *“o pai dele (de algum dos meninos da nossa convivência) foi preso de novo com droga”.*

Nesse aspecto é nítida a variação entre os temas da fofoca no Gonzaga e no condomínio, Num, a temática era o julgamento e desempenho adultos no mundo privado da criação dos filhos, e no outro a fofoca presenciada pela pesquisadora se estendia por outras esferas, alcançando o mundo adulto e temas mais caros como o tráfico, lugar em que as crianças ocupavam um lugar ativo. Revelando mais uma vez a participação das crianças no âmbito do universo geracional adulto.

Outra possibilidade comparativa em relação aos dois contextos estava associada à minha classificação. Diferente do Gonzaga, no condomínio eu não podia ser considerada como um adulto diferente e não podia ser classificada como um adulto atípico porque brincava com as crianças, pois no condomínio eram com os adultos que elas brincavam e não com outras crianças, impossibilitando ainda mais a nossa aproximação, pois, de certa forma, eu não me diferenciava tanto dos outros adultos com

os quais elas conviviam, já que nos encontros da pesquisa tanto eu como os outros adultos participavam de seus jogos e brincadeiras.

E, apesar de certa proximidade com as mães, possibilitada pela presença da minha enteada, eu ainda era vista como a pesquisadora que ia ao condomínio para analisar o modo como os adultos educavam e cuidavam das crianças. Desta forma, as mães se viam e se impunham como sujeitos da pesquisa.

Essa falta de intimidade com as crianças e os contatos intermediados pelos adultos dificultavam o acesso ao universo dessas crianças e às suas falas, entretanto, acabava por anunciar e problematizar a grande proteção que as envolvia, revelando aos poucos o que era ser criança no condomínio Jardim Paulista.

Capítulo 3 - Possibilidades comparativas: ser criança na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista.

As representações corriqueiras a respeito do significado de crianças e infância frequentemente estão associadas à noção de que criança consiste num projeto de pessoa (adulta). Portanto seriam seres pequenos, devotados ao universo apartado da ludicidade e em processo de formação, pois criança seria “... aquela que não fala (*infans*), a que não tem luz (*a-luno*), a que não trabalha, a que não tem direitos políticos, a que não tem responsabilidade parental ou judicial, a que carece da razão”. (SARMENTO, 2003, p. 53).

Essas concepções de criança estão enraizadas no pensamento coletivo, são resistentes e de difícil alteração e, de certa forma, se tornaram conceitos presumidos, afinal de contas “todo mundo sabe” o que são crianças, conforme me disse uma mãe moradora do condomínio Jardim Paulista. Assim, a imagem mais geral a respeito da infância é que se trata de uma das etapas da vida humana, a época do crescimento, de dependência dos adultos e época em que se aprende por meio da educação e socialização e uma época repleta de cuidados por parte dos adultos.

E essas ideias recorrentes de ser incompleto, projeto e desenvolvimento são também resultado do modelo evolucionista de Jean Piaget (1974) que dividiu a infância em etapas, em faixas etárias até gradualmente se tornar um adulto. Além dessas noções que permeiam as concepções de infância e criança, esses conceitos se tornaram diversas

vezes contraditórios, pois ora as crianças são vistas seres frágeis, inocentes, puros e naturalmente dóceis, envolvidas no mundo da fantasia, da brincadeira sem saber diferir o real do imaginário, ora são vistas como seres cruéis e maus que discriminam e praticam *bullying*⁹³. De maneira geral, as crianças são tratadas como seres incompletos e instáveis, seres em formação e em socialização e que necessitam de cuidados especiais, proteção e assistência. Isso porque vivemos em uma sociedade em que se estabelece uma subordinação de idade, uma subordinação das crianças ao universo dos adultos como se a infância e a adolescência fossem um vir a ser, um devir.

Entretanto, os textos da antropologia da criança e da infância problematizaram tal estatuto, apontando que crianças são seres sociais plenos, agentes e atores sociais, anunciando as crianças como sujeitos legítimos das pesquisas e como interlocutoras na produção de conhecimento dessas pesquisas.

E, por meio dos estudos com crianças, passou-se a reconhecer as suas agências, no sentido de Pierre Bourdieu (2002), como seres com capacidade de agir com independência e de fazerem suas próprias escolhas, atuando no mundo e estabelecendo relações entre pares e também interferindo nas relações dos adultos⁹⁴. Ou então, essa agência pode ser entendida como o impacto na vida social causado pelo conhecimento que as crianças constroem, tal como afirmaram Carvalho e Nunes (2007).

⁹³ O termo *bullying* passou a ser considerado como as formas agressivas e intencionais que são tomadas por um ou mais estudantes contra um outro estudante, podendo gerar traumas e problemas psicológicos, e essas ações agressivas, com violência física ou verbal, geralmente acontecem em uma relação desigual de poder.

⁹⁴ Veremos exemplos das agências das crianças através dos relatos da pesquisa.

Desta forma, as crianças não são mais vistas como seres passivos no processo de socialização⁹⁵, o que não quer dizer que não sejam socializadas por adultos. A diferença é no modo como essa socialização passou a ser concebida, pois atualmente consideramos a produção cultural das crianças em simultaneidade ao processo de reprodução cultural.

Porém, o sistema judiciário brasileiro, assim como o nosso próprio contexto ocidental ainda concebe a criança na chave da condição assistida, que deve ser cuidada e protegida. Desconsiderando assim, as particularidades e a pluralidade dos modos de ser criança, não reconhecendo assim a diversidade dessas experiências, tal como os diferentes modos de ser criança na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista.

Portanto, nesse capítulo analiso e problematizo as particularidades e a pluralidade dos modos de ser criança nos dois contextos sociais através de eixos comparativos possibilitados pelas etnografias. Nesse sentido, o capítulo foi dividido em tópicos para deixar mais clara essas possibilidades comparativas em que analiso os

⁹⁵ A definição mais usual a respeito de socialização é a de Émile Durkheim (1978). Para o autor o ser social é produto da educação e “a sociedade é uma consciência coletiva que deve ser introduzida na alma da criança” (DURKHEIM, 1978, p. 236). A socialização é vista como uma ação da sociedade sobre as crianças e, essa socialização, por meio da educação, é um mecanismo de perpetuação de valores, de uma ordem social, um processo de aquisição de papéis em que a criança aprende sentimentos e hábitos da sociedade, interiorizando valores e saberes, pela igreja, pela escola e pela família. Enfim, de acordo com a teoria de Durkheim, pelos processos de socialização as crianças se tornam reprodutoras sociais que gradualmente vão se tornando adultos; seres sociais plenos e completos. O principal aqui é a ideia de que as crianças não estão preparadas para a vida social, trata-se da instabilidade do ser *versus* a coesão social que está na base epistemológica da teoria durkheimiana. Portanto seria a manifestação de uma consciência individual ainda, uma vez que não internalizou totalmente os mores da coerção social.

sentidos e os significados que noção de proteção tem nos dois contextos. Além disso, problematizo alguns espaços da sociabilidade, casas e ruas, assim como famílias e discuto formas diferentes de brincar nesses lugares. Por fim, relativizo as noções de violências e riscos e também a ideia de compartilhamento do mundo adulto, procurando tornar visível e explícita a noção de infâncias possíveis.

3.1: Os sentidos e significados possíveis de “proteção”

Temos então um contexto em que as crianças estão mais “livres” e circulando pelos espaços públicos (favela do Gonzaga), mas nem por isso podem ser consideradas como menos “protegidas”, ao menos aos olhos dos pais e dos responsáveis por ela. Mas aos olhos do Estado deveriam estar mais protegidas e por isso desenvolvem ações e medidas de intervenção para maior proteção a estas crianças. Em contrapartida, temos um outro contexto (Jardim Paulista) em que as crianças estão protegidas e cercadas por muros, além do amparo constante das mães, avós, babás e enfermeiras.

Nesse sentido, refletir sobre contextos sociais distintos em que as crianças são os sujeitos pesquisados remete à discussão sobre “proteção”. Isso porque, conforme dito anteriormente, a ideia de proteção, especialmente no âmbito judiciário se tornou central ao fazer referência ao universo infantil.

Desta forma, falar em crianças nos remete à noção de proteção e cuidados. Entretanto, essas noções estão atreladas às concepções modernas de infância, criança e família, conforme enunciaram Phillippe Ariès⁹⁶ (1978) e Jurandir Freire da Costa (1983). Ariès (1978) problematizou a infância como uma construção sócio-histórica, trazendo à tona o surgimento de um sentimento, do “nascimento” da infância na modernidade. O autor fez uma historiografia da criança e da família na França, demonstrando como a sociedade industrial e a modernidade trouxeram mudanças em relação às organizações familiares e como essas mudanças foram marcando um universo infantil.

Isso porque na sociedade tradicional⁹⁷ as crianças eram misturadas ao universo dos adultos e partilhavam de seus jogos e trabalhos e a educação era garantida pela aprendizagem no convívio com aqueles, pois “assim que a criança superava o período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos”. (ARIÈS, 1978, p. 157). Para exemplificar essa indistinção, o autor analisou algumas iconografias da época e observou que nelas, as crianças apareciam retratadas exatamente como os adultos, só o tamanho era menor e por isso era possível fazer a diferenciação, mas as feições e os músculos eram iguais.

⁹⁶ Muitos autores atribuem à Phillippe Ariès (1978) o pioneirismo dos estudos sobre crianças ao tomá-las como objeto de reflexão. Entretanto, alguns mencionam Walter Benjamim (2009) como o precursor dos estudos em que as crianças são vistas como atores sociais e produtoras de culturas.

⁹⁷ Ou Idade Média, como ressalta o autor.

De acordo com o referido autor, com o advento da modernidade a família e a criança assumem um novo lugar⁹⁸. A instituição escola substituiu a aprendizagem como modo de educação e as crianças foram apartadas do mundo e inseridas em um ambiente próprio para os processos de educação e socialização: saíram do espaço público para se alocarem em espaços privados, para gradualmente irem se tornando adultos. Ariès (1978) associou esse apartamento do mundo ao surgimento de um sentimento da infância, que corresponde “à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo do jovem. Essa consciência não existia antes” (ARIÈS, 1978, p. 156).

Portanto, esse sentimento da infância marca uma particularidade da criança e acaba por promover uma ruptura e uma cisão entre contextos geracionais, pois foi estabelecido um lugar para as crianças e, sendo diferente dos adultos, não podem mais partilhar do universo adulto, pois precisavam de proteção e cuidados, escolarização e preparação para vida adulta. Sendo assim, a tese central do autor é que a infância não é algo natural e universal, mas uma construção sócio-histórica, desconstruindo assim, a naturalização da noção de infância.

⁹⁸ As crianças mais abastadas é que assumiram um novo lugar, pois as crianças do povo, os filhos dos camponeses e dos artesãos, continuaram a viver entre os adultos, conservavam o antigo modo de vida, segundo Áriès (1978).

Além disso, por meio de suas articulações de Ariès (1978) vemos como essa noção foi sendo criada e marcada ao longo do tempo e como o que chamamos de criança a partir da modernidade não o era em períodos anteriores.

Seguindo a mesma linha de pensamento do autor, podemos articular o trabalho de Costa (1983) que analisou as estratégias médico-higienistas que se instalaram na esfera da intimidade da família burguesa a partir do século XIX. Neste texto o autor refletiu sobre as construções de papéis sociais: todo homem deveria ser pai, os filhos tinham que ser sadios, as mães zelosas e amorosas, a casa higiênica e a família íntima.

A partir da organização médico-higienistas, em que especialistas revelavam os excessos e as deficiências do amor paterno e materno, houve um remanejamento do papel da mulher e conseqüentemente, uma metamorfose da família, pois na família conjugal moderna, cabia à mulher a submissão pelo amor ao marido, aos filhos e ao lar, priorizando, assim, a valorização do convívio exaustivo entre pais e filhos. Desta forma, o amor entre pais e filhos se tornou o responsável pela coesão familiar e “a imagem da criança frágil, portadora de uma vida delicada e merecedora do desvelo absoluto dos pais é uma imagem recente” (COSTA, 1983, p. 155).

Em suma, percebemos que as noção de infância, de criança e de família foram construídas socialmente e que não existe uma noção universal de infância e criança, mas uma pluralidade dos modos de ser criança e de formas de infância, comprometidas com experiências históricas diversas. E sendo um fenômeno plural, construído social,

cultural e historicamente, as análises devem levar em conta o contexto em que vivem, pois elas não são, não agem e nem significam o mundo ao redor igualmente, independente de onde vivem.

Sendo assim, a noção de proteção também pode ser relativizada, pois depende desses contextos em que as crianças estão inseridas, tal como as crianças da favela do Gonzaga e do condomínio Jardim Paulista. Entretanto, o nosso sistema judiciário ainda concebe a criança na chave da condição assistida, não levando em consideração a pluralidade das noções de infância e criança.

Vejamos a Convenção de 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990. Ambos reconheceram os direitos da criança e do adolescente, mas ainda pelo enfoque da proteção, pois de acordo com os documentos, as crianças e os adolescentes são considerados como seres humanos em condição particular de desenvolvimento. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que em relação ao Código do Menor (1927), o ECA é uma grande conquista, pois passou a reconhecer os direitos individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes enquanto o Código do Menor era destinado aos “menores” em “situação irregular” e não às crianças como um todo, o que acabava por associar pobreza e delinquência.

Em contrapartida o ECA foi criado para todas as crianças e adolescentes, independente da classe social, conferindo um caráter universal dos direitos e aboliu o

uso termo “menor”⁹⁹, pois o termo estava de certa forma associado ao conceito de incapacidade na infância.

Além de visar crianças e adolescentes como um todo e não apenas os “menores”, o ECA tem alguns princípios norteadores dentre os quais pontuarei os fundamentais, embasado na discussão feita por Carolina Marques (1999) em sua pesquisa sobre meninos e meninas moradores de rua da cidade de São Paulo. De acordo com os pressupostos do ECA, a ideia de proteção integral garante que a criança e o adolescente sejam alvos de cuidados mesmo antes de nascer e em todas as dimensões do seu desenvolvimento a partir de suas necessidades, evidenciando que crianças e adolescentes são prioridade absoluta, ou seja, são os primeiros a terem seus direitos garantidos.

Além disso, são considerados como seres humanos em desenvolvimento, em que o espaço ideal para esse desenvolvimento é o convívio familiar e a educação é um direito e uma obrigação às crianças e aos adolescentes. Por fim, o ECA garante a inimputabilidade penal aos menores de 18 anos de idade, pois ainda estão em fase de desenvolvimento.

Portanto, o ECA, visando a proteção integral, remete a uma concepção naturalizada de infância e adolescência que aparecem como fases transitórias, de desenvolvimento e de preparação para o mundo adulto. O Estatuto foi uma tentativa de

⁹⁹ Entretanto, o termo menor ainda é utilizado ao se referir aos adolescentes das camadas populares, conforme podemos ver em reportagens na mídia.

conferir à criança e ao adolescente o *status* de sujeito, porém parece que acabou por priorizar o direito à família, pois tanto as crianças quanto os adolescentes, só são cidadãos por intermédio dos adultos, o que acaba por afirmar que só são capazes e só escolhem através da tutela dos adultos. Além disso, a legislação só leva em conta a família conjugal nuclear e não outros arranjos conjugais; como podemos encontrar na maioria da sociedade brasileira.

Também pode-se perceber uma tensão entre os conceitos do ECA, pois ao mesmo tempo em que reconhece o direito de liberdade das crianças e adolescentes reforçam a proteção integral. Sendo assim, o ECA considera a criança e o adolescente como concepções universais, sem levar em conta as diferenças sociais e culturais subsumidas nesse princípio de uma essência comum. Entretanto, “não há uma criança universal, mas uma pluralidade de formas de infância. Comprometida com o relativismo e com o construtivismo social” (PIRES, 2007, p. 34).

Nesse sentido, pelas definições do ECA, é como se criança tivesse o mesmo sentido e significado em todos os lugares e em todos os contextos, sem reconhecer a diversidade de experiências, pois não traz em seu texto possíveis diferenças entre crianças ricas, pobres, indígenas, com família, sem família, moradoras de rua etc.

De acordo com essa visão do Estado, no condomínio encontramos a infância e a criança como deve ser. Protegidas, cuidadas e tuteladas pelos adultos em tempo integral. Estão protegidas das ruas e da violência pelos muros, além do amparo constante das

mães, pais, avós, babás, empregadas domésticas, enfermeiras e aparato sociotécnico que regula a ocupação dos espaços, tais com a portaria, as câmeras de segurança, os muros, etc. No condomínio, as cuidadoras e, especialmente a família, se reorganiza em torno das crianças vigiando e se certificando de que todos os cuidados estão sendo tomados¹⁰⁰, “erguendo entre ela mesma e a sociedade o muro da sociedade privada”. (ABRAMO, 1994, p.5). A própria decisão de “viver entre muros”¹⁰¹ separa as crianças da sociedade mais geral.

No Jardim Paulista, o cuidar está associado a proteger, alimentar, dar carinho, criar, olhar, dar atenção, dar dinheiro, dar assistência, ficar com, levar à escola, brincar e educar, procurando cercar as crianças com toda a afetividade e desvelo. A presença constante das mães e/ ou responsáveis pelas crianças durante a pesquisa, assim como a assinatura da autorização para participar da pesquisa carregam em si a ideia de proteção e cuidado, já que havia o medo de ter divulgado o nome das crianças envolvidas e o receio de que elas fossem colocadas em alguma situação de constrangimento.

Diante dessas suspeitas, levei um texto de Sônia Kramer (2002) e li para as mães e responsáveis pelas crianças, para ilustrar que os nomes dos envolvidos seriam mantidos em sigilo, conforme a lei. Neste texto, Kramer (2002), discutiu como a lei garantia à proteção das identidades das crianças problematizando que o anonimato

¹⁰⁰ Tal como enunciado no trabalho de Costa (1983) e Ariès (1978).

¹⁰¹ Tomei emprestada a noção de Saraiva (2009) em seus estudos com crianças moradoras de condomínios fechados de luxo.

imperava nas pesquisas feitas com crianças, pois “embora os estudos transcrevam seus relatos, elas permanecem ausentes, não podem se reconhecer no texto que é escrito sobre elas e [...] as crianças não aparecem como autoras dessas falas, ações ou produções” (KRAMER, 2002, p. 51).

E, como alternativa a esse dilema enunciado pela autora e para que mães e responsáveis se certificassem do anonimato, pedi que as crianças escolhessem o nome pelo qual gostariam de ser representadas na pesquisa para poderem ter essa “voz” no texto. Entretanto as mães não consentiram que fossem tratadas por nomes, mesmo sendo eles fictícios, porque poderiam ser reconhecidos e identificados no texto. Essas falas tinham que ser de forma generalizada, o que revelava cada vez mais a preocupação com o anonimato e com a segurança e proteção das crianças do condomínio. Aceitei a reivindicação pelo receio de ter a pesquisa interrompida, pois eu precisava da autorização delas para estar no condomínio e para falar com seus filhos.

Porém, ainda era preciso vigiar de perto e acompanhar todas as nossas conversas para se certificarem de que as crianças estavam “protegidas” dos temas que poderiam surgir ao longo das conversas. Pensando na questão da proteção das crianças, os adultos não permitiram que eu tirasse fotos das crianças, como permitiram Mariza e Tônico no Gonzaga com o pedido do álbum de fotografias. Assim como não pude tirar fotos do condomínio. O único registro de imagem permitido foi a foto da placa próxima

a portaria¹⁰², que apesar de uma atitude suspeita, já que invadia a intimidade e a privacidade, permitiram e autorizaram a divulgação. O oposto se passou no Gonzaga em que as fotos para o álbum de família de Mariza e Tônico compõem este trabalho a pedido do casal, que pediram para que as imagens dos netos estivessem na pesquisa, pois estes participaram dela por alguns anos e deveriam ser reconhecidos. Reforçando que as representações sobre “proteção” operavam em lógicas bem distintas nos dois contextos sociais.

Aos olhos do Estado, o oposto da proteção acontecia na favela do Gonzaga. Justamente por isso é que as crianças do bairro são alvo de intervenções estatais e além da Pastoral da Criança, há no bairro alguns projetos sociais implementados pela Prefeitura Municipal, com o objetivo de tirar as crianças da rua e ocupar o período em que não estão na escola, para afastá-las da criminalidade, segundo os representantes do Estado.

Entre os projetos estava “O Viva Vôlei” que acontecia na Estação Comunitária do Jardim Gonzaga (ECO)¹⁰³, com o apoio da Unicep¹⁰⁴. Podiam participar do projeto crianças de sete a dozes anos. Esse projeto, além de intentar retirar as crianças das ruas, visava integrar os portadores de necessidades especiais (físicas e mentais) da APAE¹⁰⁵

¹⁰² Conforme visto na Figura 18.

¹⁰³ Resultado do Projeto Habitar Brasil. Para visualizar fotos da ECO consultar o **anexo I**.

¹⁰⁴ A Unicep é uma faculdade particular da cidade de São Carlos.

¹⁰⁵ A Associação dos Pais e Amigos dos excepcionais (APAE) disponibiliza um veículo para levar os alunos até o bairro.

da cidade com as crianças do bairro. Essas crianças passavam a tarde jogando vôlei e quando terminavam os jogos recebiam um lanche. Porém muitas delas preferiam brincar de outras coisas como elas mesmas me disseram e preferiam ficar na rua, pois nela tinham a liberdade de escolher suas brincadeiras.

O responsável pelo projeto era um professor de Educação Física com quem conversei diversas vezes. Segundo ele era muito difícil desenvolver esse projeto no bairro, pois considerava as crianças sem disciplina, pois muitas abandonavam o projeto, fora as outras que jogavam por alguns minutos e saíam para jogar bola, soltar pipa, brincar na areia:

“Não dá para castigar essas crianças, quando eu as retiro da quadra por terem feito bagunça elas não se importam e vão brincar de alguma outra coisa”.

Algumas vezes este professor discutiu comigo, pois para ele eu atrapalhava o andamento do seu projeto, pois quando as crianças me viam, abandonavam o jogo para ficarem comigo. O que acabou gerando certo conflito entre a gente e fez com que ele não me cumprimentasse mais. As crianças, por sua vez, levaram o caso ao responsável pela ECO que tentou intermediar um clima mais amistoso entre a gente. Porém, eu não tinha problemas com o treinador de vôlei e nem com o projeto. Ele é que considerava o meu trabalho como ameaça ao seu.

Outro projeto existente no bairro era o de “Malabaris”, que também acontecia na ECO. O número de participantes era muito pequeno, cinco alunos; duas crianças e três jovens. Segundo o professor, o número era reduzido devido à dificuldade do aprendizado do malabarismo e porque muitos dos jovens que participavam conseguiam emprego e desistiam do projeto¹⁰⁶.

Entretanto, o projeto “Vivências em atividades diversificadas de lazer” era o que tinha mais participantes. Este projeto atuava junto às crianças e adolescentes para “resgatar a cultura popular (...) através de brincadeiras e jogos que foram esquecidos e substituídos pela televisão e pelos brinquedos industrializados e, mais recentemente pelos jogos eletrônicos”. (SANTOS, 2005, p. 5). Entretanto, as crianças do Gonzaga não abandonaram as brincadeiras populares e/ou tradicionais¹⁰⁷.

Esses projetos visavam tirar as crianças das ruas porque no Gonzaga, as crianças passavam grande parte do dia nesses espaços e a rua, segundo os discursos do Estado, representam um “problema”, pois de acordo com essas falas, na rua as crianças não estavam aprendendo, estavam ociosas e poderiam ser influenciadas por más companhias ou por práticas criminosas, como o tráfico de drogas, por exemplo.

Entretanto, a rua não representava um problema para os moradores do Gonzaga, nem para as crianças tampouco para os adultos, pois na rua as crianças brincavam,

¹⁰⁶ Não tive desavenças com o coordenador deste projeto e sempre conversávamos a respeito das crianças do bairro nas caronas em que ele me dava quando me via no ponto de ônibus.

¹⁰⁷ Tal como pode ser visto no tópico “*Jogos e brincadeiras das crianças*”.

estabeleciam amizades e era um espaço de aprendizagem, além de sempre estarem próximas aos olhos dos moradores do bairro, pois, por mais que eles não estivessem ao lado dessas crianças, havia um certo controle de saber onde elas estavam, afinal, sempre havia alguém na rua.

Por outro lado, essa imagem de crianças brincando nas ruas, traz também uma ideia de nostalgia em relação à infância, discursos que carregam a ideologia do resgate desses comportamentos e ocupações desse espaço urbano conforme antigamente. Um espaço em que as pessoas se conheciam, se sentavam em frente as suas casas para conversar com os vizinhos e observar o movimento, sem a insegurança e o medo da violência urbana, tão discutida na atualidade.

Reverberando assim, visões contraditórias em relação à ocupação das ruas pelas crianças do Gonzaga, pois ora o Estado quer “matar” essa infância na rua, por meio das representações negativas do que esse espaço significa e implantando no bairro projetos de intervenção para tirar as crianças da rua, ora a rua é vista como idealizada e espaço de retomada de antigos valores, discurso este que não remete a noção de espaço do desconhecido e do perigo.

Portanto, no Gonzaga, diferente do condomínio Jardim Paulista, a rua não representava o perigo do qual as crianças necessitavam de proteção, a rua era um espaço de estabelecimento de relações sociais. Sendo assim, estar nas ruas ou em minha companhia sem a interferência direta de um adulto morador do bairro, não significava

descuido por parte dos adultos moradores da favela, tal como a visão hegemônica sobre cuidado e proteção poderiam classificar, seria apenas outra forma de lidar com a proteção e os cuidados referentes às crianças.

Assim como o fato dos responsáveis não exigirem e se recusarem a assinar um termo de consentimento e autorização para que suas crianças participassem da pesquisa não representava descuido ou falta de proteção, mas exemplificava que as preocupações em torno das crianças eram diferentes daquelas do condomínio e porque não visualizavam a noção de “perigo” atrelada à pesquisa.

Portanto, as crianças do Gonzaga estavam protegidas e cuidadas, não aos olhos do Estado, mas aos olhos dos seus moradores e pessoas próximos, como eu mesma, problematizando e relativizando a noção jurídica de proteção.

3.2: Casas e ruas possíveis.

As pesquisas na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista relativizam as noções de casa e rua anunciadas por Roberto Da Matta (1997), já que a ocupação desses espaços, nos referidos contextos, ocorria de maneiras bastante distintas, tal como mencionado. No Gonzaga as crianças passavam a maior parte do tempo nas ruas, brincando, jogando, conversando, estudando, circulando, comendo, entre outras coisas, e as crianças do condomínio ficavam quase que o tempo todo em suas casas. Portanto,

no primeiro caso temos ruas sempre repletas de pessoas e de movimentação, enquanto no segundo, as ruas estavam vazias e silenciosas.

O silêncio, a paz e a tranquilidade que imperava no condomínio eram quebrados pelos adolescentes, que eram vistos como “*os perturbadores*” da ordem instalada, como também pôde observar Saraiva (2009), com a diferença que no condomínio pesquisado por ela os adolescentes provocavam medo e insegurança nas crianças, isso porque os adolescentes lançavam mão de representações de monstros para as assustarem¹⁰⁸.

Tal fato não ocorria no Jardim Paulista, o incômodo e o “problema” eram vistos pelos adultos, pois, especialmente no período das férias e à noite, alguns adolescentes ocupavam as frentes de suas casas e suas conversas altas, seus gritos e suas gargalhadas atrapalhavam os vizinhos que imediatamente se comunicavam com o síndico para que tomasse as devidas providências e para que o silêncio fosse novamente instaurado.

¹⁰⁸ Retomo a passagem da autora para ilustrar o argumento: “Somente na última noite da colônia de férias percebo a grande dimensão dos problemas causados por adolescentes no condomínio. Percebo como essas figuras despertam uma forte sensação de medo e insegurança para as crianças, no condomínio. Estávamos todos no salão social nos preparando para a festa de encerramento quando algumas crianças gritam e começam a chorar. Elas estavam próximas às janelas de vidro do salão. Todos correm para entender o que estava acontecendo. “*Foram os adolescentes*”, avisa um dos tios. Mas o que aconteceu? As crianças olhavam para o jardim do salão através da janela e vêm cerca de quatro adolescentes vestidos de preto se aproximando das janelas. Elas continuam olhando achando que são tios preparando alguma surpresa. Os adolescentes se aproximam e com máscaras de monstros e lanternas verdes dão um grande susto nas crianças. Além do choro algumas crianças não se sentem bem. Uma criança que estava bem próxima no momento do susto chora muito e abraça o adulto mais próximo, eu... Ela chora e não consegue explicar o que havia acontecido. Não que eu tenha perguntado para escrever essas notas. Diante da situação tensa a intenção era compreender o problema para resolvê-lo. Quando ela se acalma tento ajudar outras crianças que estavam na mesma situação. “Por que eles fazem isso com a gente?”, diz um menino de 10 anos. Uma tia responde: “Promete que você vai se lembrar disso tudo quando tiver com a mesma idade que eles?”. Ele balança a cabeça dizendo que sim”. (SARAIVA, 2009, p. 109).

Afinal, conforme me relataram, “*lugar de criança e adolescente é dentro de casa e não no espaço da rua*”.

De acordo com os estudos de Da Matta (1997) a “rua” é o lugar do movimento, do medo, da insegurança, da violência e do desconhecido, pois muitas vezes não conhecemos as regras da “rua” e nem sabemos lidar com elas. Em contrapartida, a “casa” é o lugar da harmonia, da calma, da tranquilidade e da segurança, além de ser o local em que os limites e as regras estão bem definidos e são conhecidos. Destacando assim, uma oposição que se tornou “clássica” na antropologia: “[...] a categoria rua indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que a casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares.” (Da MATTA, 1997, p. 90). Portanto, segundo o autor, a rua remetia ao espaço público e a casa ao privado.

Tal dicotomia foi e continua sendo muito utilizada na Antropologia Urbana, embora problematizada por alguns autores, como José Guilherme Magnani (1993), ao afirmar que a rua é o lugar e o suporte da sociabilidade e não apenas espaço de circulação, não devendo assim ser entendida a partir do eixo classificatório unidimensional; afinal, a rua não é só um espaço de fluxo, muitas vezes vira casa, local de protestos, moradia e ponto de encontro¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Para saber mais como a rua se torna ponto de encontro, a partir das análises de José Guilherme Magnani, ver Magnani; Mantese (2007). O convite à leitura que nos é feito pelos organizadores do livro é refletir como os jovens da cidade de São Paulo se apropriam de determinados espaços urbanos criando regras de conduta, de sociabilidade e de comportamentos. Nessa coletânea, resultado das pesquisas de

A reflexão de que a rua virava casa já tinha sido enunciada por Carlos Santos e Arno Vogel (1985) em seus estudos sobre o bairro Catumbi (RJ) em que pesquisaram os impactos de projetos urbanos na destruição do bairro, onde ruas, casas e equipamentos urbanos foram destruídos para dar ares mais modernos ao bairro.

Desta forma, os autores perceberam que a rua podia ser casa, além de um universo de múltiplos eventos e relações, comportando relações pessoais e de amizade. Portanto, a rua não era apenas o espaço intermediário entre as casas, mas um campo propiciador de relações sociais, conforme visto na pesquisa com as crianças do Gonzaga, mas não no condomínio, em que as ruas não propiciam encontros tampouco geravam relações.

Contudo, no Gonzaga a maioria das brincadeiras¹¹⁰ e a sociabilidade aconteciam na rua, que não representava o lugar do desconhecido, do perigo ou do medo, pois era nela que as crianças e os adultos passavam a maior parte do tempo, evidenciando assim os valores positivos da rua e, além disso, na rua as crianças constituíam suas redes de relações e seus “pedaços”,

graduação, iniciação científica e mestrado dos integrantes do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, que é composta por dez capítulos, os autores nos apresentam como os jovens se incluem e se envolvem na paisagem urbana paulista e, como a metrópole pode ser espaço de diferentes encontros e sociabilidades e não apenas caracterizada pelas fragmentações e desencontros, tal como é priorizado em diversos estudos. Na coletânea vemos como a rua não é o lugar apenas da passagem, mas de permanências e de estabelecimento de regras, que são continuamente (re) criadas pelos jovens nas interações na e com a cidade.

¹¹⁰ A descrição e a análise de algumas brincadeiras estão no tópico “*Jogos e brincadeiras das crianças*”.

[...] aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 2003, p. 22).

Pertencer ao pedaço, para as crianças do Gonzaga, além da possibilidade de serem reconhecidas e de reconhecer os moradores do bairro, significava o estabelecimento de relações com seus pares e com os adultos, saber exatamente por onde andar e em quais horários circular por determinadas ruas. Algumas vezes enquanto andávamos pelo bairro as crianças pediam para que eu desviasse ou modificasse o trajeto para não passarmos por certas ruas por causa do movimento nas “*bocas de fumo*”¹¹¹. O tráfico de drogas era um dos motivos pelos quais eu não entrava nas casas, conforme mencionado, e não porque a casa era considerada como um espaço íntimo que deveria ser reservado. Ao não circular por qualquer rua, as crianças evidenciavam que conheciam as regras “das ruas”, que se constituíam em espaços propiciadores de relações sociais.

Ao mencionar o termo sociabilidade, retomo a teoria de Georg Simmel (1983), para quem sociabilidade significa basicamente estar em relação. Para o autor, o essencial na sociabilidade, definida por ele como “forma autônoma ou lúdica de sociação”, é a interação por ela mesma, pois “são fatores de sociação apenas quando transformam o mero agregado de indivíduos isolados em formas específicas de ser com

¹¹¹ Bocas de fumo eram os lugares em que havia o comércio de drogas.

e para um outro. Formas que estão agrupadas sob o conceito geral de interação.” (SIMMEL, 1983, p. 166). Segundo o autor, para haver sociabilidade deve existir também um mínimo de valores compartilhados entre os envolvidos, ressaltando assim, que a sociabilidade ocorre muito mais entre os pertencentes à mesma classe social, conforme podemos observar no Gonzaga, mas não no condomínio Jardim Paulista.

Na favela do Gonzaga, conforme mencionado, as ruas estavam sempre repletas de pessoas: algumas circulando, cuidando de bebês, bebendo cerveja, conversando, fazendo as unhas, ouvindo música, namorando, brincando, comendo, brigando... Sendo assim, era um espaço privilegiado de sociabilidade, em que as relações de vizinhança, que segundo Robert Park (1987) é uma unidade social que gera padrões e condutas e que desperta um sentimento de pertencimento ao lugar, eram bem visíveis.

Portanto, a rua era como a uma extensão de suas casas, não havendo uma separação nítida entre esses dois espaços, não havendo assim, uma cisão entre os espaços públicos e privados, pois, o que se faz “*em casa*” se faz “*na rua*”¹¹².

Em contrapartida, uma situação diversa foi encontrada no condomínio. Eu não era convidada a entrar nas casas porque continuava a ser vista como uma estranha e porque casa era o espaço privado e uma esfera de intimidade da qual partilhavam apenas os conhecidos. No condomínio a rua era também um espaço privado, afinal, ela se encontrava dentro dos muros e eram os moradores quem pagavam por sua manutenção.

¹¹² Tal como trocar a fralda de crianças, comer, brigar com amigos, parentes e filhos, fazer as unhas, beber cerveja...

Por ser um espaço privado, poderia ser associado à ideia de casa, tal como proposto por Da Matta (1997), em que as regras eram conhecidas e que se reconheciam os atores sociais, em suma, o lugar do conforto e da segurança.

Entretanto, mesmo a rua sendo privada, ela era vista como um lugar perigoso, do não reconhecimento das pessoas que por ela circulavam e como um espaço em que as regras eram desconhecidas. As ruas no condomínio eram quase sempre vazias e de pouco encontro entre os moradores, já que quase todos ficavam dentro de suas casas.

Portanto, a rua não era um espaço de sociabilidade e de manutenção de laços de vizinhança, como no Gonzaga, mas um espaço de circulação. A sociabilidade era estabelecida fora do condomínio, com os parentes, com os amigos da escola e com os filhos dos amigos dos pais, diferente do que foi observado por Saraiva (2009) em seu estudo com as crianças de condomínios de luxo em Campinas (SP), em que a rua era constituída como um espaço idealizado e visto como o lugar da harmonia, em que era possível brincar com seus pares iguais.

Contudo, no condomínio Jardim Paulista muitas pessoas nem se reconheciam, evidenciando assim, a ausência de “pedaços”, pois amigos e os conhecidos não estavam no condomínio. E essa escassez de sociabilidade intramuros revelava um tipo de relação, pois, conforme enunciado por Simmel (1983), a ausência de relação também pressupõe um tipo de relação: a relação de evitação e não proximidade pelo não compartilhamento de valores comuns. Contudo, muitos moradores não se davam a

oportunidade de saber se tinham ou não algo em comum, e pelo tempo da pesquisa via-se que havia compartilhamento de valores e ideias, como o de cuidado com os filhos por exemplo. Porém, mesmo morando lado a lado, as portas e janelas estavam sempre fechadas e diversas vezes não sabiam nem o nome dos seus vizinhos¹¹³.

Arrisco afirmar que a ínfima sociabilidade acontecia no *playground*, em que os adultos acompanhavam as crianças para brincarem e vez ou outra trocavam algumas palavras, palavras estas sempre se referindo ao comportamento e as brincadeiras das crianças. Entretanto, esse espaço era pouco aproveitado pelas crianças do condomínio, porque algumas vezes em que ia a campo em companhia de Alice ela ficava brincando sozinha por horas, enquanto eu a observava¹¹⁴ e esperava o aparecimento de algum adulto ou criança no playground. Diversas foram às vezes em que fomos embora sem que alguém aparecesse.

Outro pequeno espaço de sociabilidade ocorria entre os adolescentes nas férias, que conforme relatado, reuniam-se na frente de suas casas, gerando assim, incômodo entre os moradores como consequência do barulho que faziam.

Pelas conversas com as mães e responsáveis pelas crianças, percebi que a opção de morar em condomínio tinha sido devido à insegurança e ao medo da violência, pois o modelo de condomínio era a melhor solução por causa da segurança proporcionada

¹¹³ Tal como o fato de algumas mães não se conhecerem antes da pesquisa.

¹¹⁴ Apenas observava porque não podia brincar com ela nos brinquedos, já que o playground era apenas para crianças até 10 anos.

(câmeras, cercas elétricas, porteiros). Ressalto também que a escolha por condomínio, na maioria dos casos, aconteceu quando essas mulheres engravidaram, apenas duas mulheres já moravam no condomínio antes da gravidez. Com a chegada de uma criança, a segurança e a proteção deveriam ser redobradas, de acordo com elas e, além disso, havia a menção sobre a possibilidade das crianças viverem uma infância mais livre, resgatando a ideia de infâncias passadas em que suas avós, bisavós contavam que brincavam nas ruas, conheciam os vizinhos... Tal como aquela ideia nostálgica das antigas brincadeiras nas ruas, anteriormente mencionada.

Porém, suas crianças não ficavam “livres” porque nem ir sozinhas ao *playground* elas podiam e também não brincavam nas ruas do condomínio, apenas as utilizavam para passear com seus brinquedos motorizados na companhia dos adultos. Desta forma, as crianças não podiam sair às ruas sozinhas em hipótese alguma, porque aos olhos dos adultos era um perigo crianças atravessarem as ruas sozinhas, pelo risco de serem atropeladas, caírem e se machucarem. Ao passo que na favela do Gonzaga as crianças circulavam sozinhas e na companhia de outras crianças para ir à escola, à mercearia, ao bar, ao parquinho, etc, sem que fosse visto pelos adultos como um descuido ou como algo perigoso, que ameaçava o bem estar das crianças.

Essa noção de circulação e não circulação das crianças pelos espaços das ruas pode ser ilustrada com a descrição das dinâmicas das festas juninas nos contextos do Gonzaga e do condomínio. Desde que iniciei a pesquisa na favela do Gonzaga em todos

os anos eu era convidada e colaboradora¹¹⁵ da festa junina do bairro, que nos últimos anos acontecia na Estação Comunitária (ECO). No condomínio participei de uma festa junina que ocorreu nos arredores do *playground*. Fui convidada por Ana que contrariou as regras do condomínio ao me fazer o convite, pois só poderiam participar moradores e familiares de moradores nessa festa.

Na festa do Gonzaga sempre era bem recebida e acabava por desempenhar a minha função corriqueira: “tomar conta das crianças”. Entretanto, no condomínio fui recebida com surpresa: “*o que você faz aqui?*”, já que a festa era para conhecidos, mas, mesmo sob os olhares e cochichos, fiquei até o seu final. Na festa junina do Gonzaga as crianças se espalhavam e ficavam brincando, dançando e correndo por todos os lados e eram as que mais disputavam as filas para as comidas. Os adultos ficavam reunidos trabalhando nas barracas, conversando, bebendo e dançando e não ficavam atrás das crianças para saber onde elas estavam, com quem estavam, o que faziam e o que comiam.

Não havia essa preocupação entre os adultos, já que todos eram conhecidos. O oposto se passava na festa junina do condomínio. Não havia na festa interação entre as crianças e entre os adultos, cada um ficava com a sua família. As crianças não corriam de um lado para o outro, não tomavam as filas para pegar os alimentos, quem fazia isso eram os pais, que o tempo todo estavam em volta dos filhos, cuidando para que as

¹¹⁵ Em todos os anos colaborava com a doação de açúcar a pedido de dona Mariza.

crianças comessem, para que bebessem, para que não se sujasse no parquinho e nem fossem para a rua. Essa dinâmica das festas juninas reforçava as ocupações distintas dos espaços “públicos” pelas crianças dos dois contextos sociais.

De certa forma, as crianças no Gonzaga se cuidavam e se viravam sozinhas, tanto na rua como em suas casas, e, apesar da rua, neste contexto ser um espaço público, acabava se tornando um espaço privado e no condomínio, embora a rua fosse privada, ela representava as noções do espaço público anunciadas por Da Matta (1997). Desta forma, casa e rua também devem ser analisadas e problematizadas a partir do contexto de cada pesquisa, pois existem ruas possíveis assim como casas possíveis.

3.3: Jogos e brincadeiras das crianças

Diferente das brincadeiras¹¹⁶ das crianças do condomínio, as brincadeiras no Gonzaga aconteciam nas ruas, espaço privilegiado das interações sociais e de manutenção das relações de vizinhança. Se as crianças do condomínio não brincavam nas ruas, no Gonzaga a rua era o “lugar” da brincadeira. Como as casas eram pequenas e as famílias numerosas era mais adequado brincar na rua do que levar os amigos para dentro das casas.

¹¹⁶ Não foi feita uma discussão teórica e conceitual sobre os significados e sentidos do termo brincadeira, denominei por brincadeiras aquilo que as crianças consideravam como brincadeiras nos dois contextos sociais.

As brincadeiras sempre estiveram presentes nas etnografias com e sobre crianças e acabam marcando esse espaço geracional, porém, a brincadeira não é exclusiva das crianças, os adultos também brincam, fazem piadas, tiram sarro uns dos outros e de certa forma as crianças aprendem a brincar, pois o brincar não é inato á criança. Isso é desenvolvido ao longo do processo de crescimento. Portanto, o jogo e a brincadeira também fazem parte do universo dos adultos e não apenas de maneira residual, conforme analisou Johan Huizinga (2005). Entretanto, as brincadeiras, especialmente no Gonzaga ocupava um lugar central, nesse sentido, eu não poderia falar dessas crianças sem me remeter ao universo das brincadeiras.

No Gonzaga, as brincadeiras de rua mais comuns eram polícia e ladrão, corre lenço, boca de forno, pega-pega, taco, bolinha de gude, empinar pipa, casinha, boneca, estátua, brincadeira do silêncio e contar histórias de assombrações. Entretanto, isso não quer dizer que essas crianças não brincavam com jogos eletrônicos, não só brincavam como gostavam, em especial, os meninos que frequentavam a casa de Tico¹¹⁷ para poder jogar videogame, já que nesta casa era uma das poucas em que dispunha esse brinquedo eletrônico.

As brincadeiras de polícia e ladrão, corre lenço, boca de forno, pega-pega, taco, bolinha de gude, empinar pipa são consideradas como brincadeiras tradicionais e antigas, muitas delas consideradas como “folclóricas”, que passaram de geração para

¹¹⁷ Conforme mencionado, era um traficante do bairro.

geração, conforme salientou Florestan Fernandes¹¹⁸ (1979), pois algumas crianças aprenderam com os adultos e as crianças menores com as mais velhas.

Aqui fica nítida a aprendizagem entre pares, em que uma criança ensina outra criança, que ensina outra e assim por diante, essa passagem da brincadeira de geração em geração, é o que Camila Codonho (2007) chamou de transmissão de saberes entre pares ao estudar as relações das crianças indígenas Galibi-Marwono e as redes de saberes por elas estabelecidas, enfatizando que o aprendizado e a “transmissão de saberes” é também horizontal não apenas vertical. Para ilustrar a afirmação da autora, retomo um belo exemplo contado em seu texto. Em um de seus passeios com as crianças percebeu que elas arrancavam algas presas às pedras do rio e batiam essas algas em suas pernas

[...] para que ficassem “duras e fortes” a fim de que conseguissem subir contra a correnteza. Tal ensinamento lhes foi passado, segundo as crianças, por Sr. Macial, no entanto, este já havia me dito que há muito tempo (alguns anos) não contava suas histórias à criançada, afinal, estas não estavam demonstrando interesse em conhecê-las. (CODONHO, 2007, p. 98).

Desta forma, o saber era renovado e transmitido pelas crianças e para as crianças, evidenciando que elas também aprendem entre si e não apenas com os adultos, analisando que tanto as relações com os adultos e as relações entre as próprias crianças produziam conhecimentos.

¹¹⁸ Entretanto, as brincadeiras não foram tratadas como formas de preparação para a vida adulta, conforme problematizou o autor, as brincadeiras foram analisadas como lugares de sociabilidade, estabelecimento de relações e de conflitos sociais.

Por passarem de geração em geração, as brincadeiras são chamadas de tradicionais e que sobrevivem nas classes populares, sendo que a maioria delas desapareceram ou deixaram de serem praticadas pelas crianças de classe média ou alta, como dizem Ana Carvalho e Fernando Pontes (2000) e como pude constatar observando as brincadeiras das crianças do condomínio, pois “é raro um menino paulistano de classe média nascido a partir da década de 1970 que saiba empinar pipa e muito mais raro um que saiba como construí-la” (CARVALHO; PONTES, 2000, p.19), apesar de ter havido uma retomada dessas brincadeiras por intervenção de especialistas, tais como pedagogos e psicólogos.

No cotidiano das crianças do Gonzaga, a brincadeira de polícia e ladrão é muito comum, principalmente pela relação conflituosa que o bairro tem com a polícia em virtude da presença do tráfico de drogas, mas também porque o imaginário televisivo está repleto de heróis. Brincam tanto meninos quanto meninas, porém a discussão é extensa sobre quem vai ser quem, pois:

[...] ao contrário da polícia, entretanto, o bandido, além de garantir a inviolabilidade de sua área, pode ser reconhecido como o defensor do trabalhador... o bandido transforma-se no vingador de seu povo (ZALUAR, 2000, p.141).

A preferência pelo ladrão pode ser devido ao “bandido” ser conhecido das crianças, ao passo que a polícia não e em todas às vezes que estava no bairro, gerava

insegurança por parte dos moradores. As crianças pegam sucatas e pedaços de pau que ficam nas ruas e os utilizam como armas. O objetivo da brincadeira é conseguir fugir da polícia.

A outra brincadeira popular é o *corre lenço*, que é iniciada com uma música:

Corre cutia
Na casa da tia
Corre cipó
Na casa da vó
Lencinho na mão
Caiu no chão.

A música deve ser cantada pela criança que for o mestre. As crianças formam uma roda e o mestre deve ficar correndo em torno dessa roda enquanto as outras crianças ficam cantando. Geralmente o primeiro mestre é a criança mais velha que está participando. Então, o mestre tem que correr e escolher uma criança, atrás da qual deverá colocar um lencinho. Essa criança deve correr atrás do mestre e tentar pegá-lo, este deve correr ainda mais, pois se for pego irá para o meio da roda, onde as crianças ficam cantando: “*pata choca, pata choca*”, sinal de reprovação por parte dos amigos, para ver que não foi um bom mestre.

Outra brincadeira é chamada de *boca de forno*, que também tem é animada por música e compõem o rol de brincadeiras estudadas por Fernandes (1979):

Boca de forno (solo)

Forno! (coro)

De onde tira o bolo? (solo)

Bolo! (coro)

Tudo que eu mandar vocês fazem? (solo)

Fazemos! (coro)

Nesta também há um mestre, que manda as outras crianças buscarem alguma coisa. No bairro as crianças pediam flores vermelhas, mato, folhas secas. Aquela que trazer o pedido primeiro será a próxima mestra, e aquela que trazer por último recebe uma punição pela demora. O castigo é levar uma chinelada bem forte na palma da mão.

Na brincadeira do silêncio todos têm que ficar quietos e não podem rir. E aquele que rir ou falar primeiro recebe o castigo, que é determinado antes de iniciar a brincadeira. Novamente uma música inicia a brincadeira.

Vaca amarela

Cagou na panela

Quem falar primeiro

Come toda a bosta dela.

Quem não consegue manter o silêncio “paga” um castigo, que geralmente era para bater no portão da casa de alguém pedindo alguma coisa.

Fica claro que nessas três últimas brincadeiras está envolvida uma noção de competitividade, a intenção de todas é ganhar e, quem perde recebe uma punição, que as crianças chamam castigo, para entenderem que não é bom perder e que devem se esforçar mais das outras vezes. Desta forma a brincadeira era também um espaço de aprendizagem, além de um espaço lúdico, em que aprendem a perder, por exemplo. Essas brincadeiras eram todas praticadas na rua e que diversas vezes pude observar e também participar, já que a minha presença era pedida em praticamente todas as brincadeiras, afinal, eu era um adulto atípico.

Diferente do Gonzaga em que eu visualizava e participava das brincadeiras que eram decididas e praticadas ao longo do dia, no condomínio as brincadeiras eram agendadas. Menciono agendadas porque era mais ou menos nessa dinâmica que as brincadeiras aconteciam. Como as crianças praticamente não brincavam nas ruas e utilizavam este espaço apenas para passear com seus animais de estimação¹¹⁹, com suas bicicletas¹²⁰ e com seus brinquedos motorizados sempre na companhia dos adultos, não havia espaço para observar a dinâmica das brincadeiras.

Diante disso, após os encontros as mães e responsáveis sempre indagavam o que faríamos no próximo. Eu procurava explicar que o mais adequado seria que essas

¹¹⁹ Ressalto que o passeio com os animais de estimação era feito poucas vezes na companhia das crianças porque os animais não podiam transitar pelo condomínio, o trânsito dos bichos era permitido apenas durante o caminho para a saída do condomínio para que os animais não sujassem as ruas e jardins dos moradores. O passeio deveria ser externo aos muros, fato que inviabilizava a companhia das crianças, já que estas não deveriam circular fora do condomínio.

¹²⁰ As crianças do Gonzaga também gostavam de andar de bicicleta, entretanto eram poucas as crianças que possuíam esse “brinquedo”.

relações ocorressem sem atividades pré-definidas, para que eu analisasse a dinâmica e o que as crianças faziam no tempo livre. Entretanto, as mães respondiam que quando eu não estava no condomínio, as crianças ficavam dentro de suas casas¹²¹, assistindo televisão, assistindo filmes infantis, jogando vídeo game ou em suas atividades rotineiras: curso de idiomas e de informática, balé, teatro, práticas de esportes, reforços escolares. Desta forma, precisávamos combinar o que iria ser feito, bem distinto da dinâmica do Gonzaga entregue ao gerenciamento das próprias crianças.

Pelo agendamento das brincadeiras foi possível perceber que o lazer era externo ao condomínio, diferente do Gonzaga em que o lazer ocorria no bairro. Quando as crianças não estavam em suas casas ou em suas atividades diárias elas estavam no clube¹²², localizado no centro da cidade, portanto, distante do condomínio.

O nome do clube foi revelado porque segundo as próprias envolvidas na pesquisa, caso algum “ararense” fosse ler o texto identificaria de imediato qual era o clube, pois este era o clube frequentado pela “elite ararense”. Afirmando assim, superioridade em relação ao restante da população, buscando mais uma vez a distinção dos demais (Bourdieu, 2007).

Este clube era frequentado pelas crianças tanto nos períodos escolares como nas férias. Na época escolar as crianças frequentavam o clube para a realização de suas

¹²¹ Espaço privado e esfera de intimidade em que eu não deveria entrar.

¹²² Em Araras tem cinco clubes recreativos com salão social, piscinas, playgrounds, campos de futebol, campos de areia, quadras poliesportivas e áreas para churrascos. Entretanto, todas as crianças eram sócias de um desses clubes, a Associação Atlética Ararense, mais conhecida como Piscina. Os outros clubes eram conhecidos por serem frequentados pelo “*povão*”, de quem deveriam manter distância.

atividades, como futebol, jazz, balé e natação, enquanto as mães ocupavam as academias de ginástica. Algumas dessas crianças que faziam esportes no clube também participavam de campeonatos fora da cidade e eram sempre acompanhadas por seus pais nessas viagens competitivas; campeonatos de futebol e natação e apresentações nos festivais de dança. As medalhas e troféus eram exibidas com orgulho e satisfação, deixando sempre claro para mim e para os filhos o desejo de exibir uma coleção de medalhas e troféus.

Já nas férias o clube era frequentado por causa da Recreação¹²³. Quase todas as crianças que fizeram parte da pesquisa, com exceção de três porque as mães não permitiam. As crianças ficavam na Recreação das oito às dezessete horas de terça a sexta-feira e para participar tinham que pagar uma taxa, porque era oferecido café da manhã, lanche e almoço, além da manutenção dos funcionários que algumas vezes eram especialmente contratados para essa atividade. A Recreação ocorria nos meses de julho e janeiro. Nessa atividade o clube¹²⁴ contava com profissionais de educação física e monitores para acompanhar as crianças durante todo o período em que estavam na Recreação.

¹²³ A atividade era conhecida como RecreAAAção, os três “as” referiam-se a sigla do clube: Associação Atlética Ararense.

¹²⁴ Para ver algumas imagens do clube e da Recreação, consultar o **anexo VI**.



Figura 25: Imagem da divulgação da RecreAAAção. **Fonte:** www.piscinaararas.blogspot.com

Procurando observar para além das brincadeiras agendadas pelos adultos, até porque quando resolviam brincar eram com as suas mães e com as responsáveis por eles, já que essas crianças pouco se conheciam e acabavam ficando envergonhadas de brincarem entre si, lancei mão de outra estratégia e fui conhecer as atividades fora do condomínio. Resolvi então acompanhar de perto a dinâmica dessa Recreação. Fato que só foi possível porque eu também era sócia do clube, podendo ter acesso ao espaço sem necessitar de intermediários e mediadores e de autorizações.

Cheguei ao clube bem cedo para poder observar a chegada das crianças. Assim que cheguei vi que dois dos meus alunos do 3º ano do curso de Educação Física¹²⁵ eram os monitores da Recreação e foram eles quem me apresentaram para os outros monitores e professores que acompanhavam as atividades.

Após as devidas apresentações, inclusive sobre a pesquisa que estava desenvolvendo, eu poderia “me misturar” ao grupo sem que fosse vista como alguém em atitudes suspeitas ou alguma mãe acompanhando o filho. Entretanto, eu não participava das brincadeiras, apenas observava para não ser confundida com os monitores, até porque as crianças do condomínio Jardim Paulista que participavam da Recreação contavam para as outras crianças que eu era “*uma pesquisadora que pesquisava crianças*”¹²⁶. Embora diversas vezes as crianças iam me pedir ajuda com as atividades da recreação.

Conforme as crianças chegavam percebi que estavam divididas em equipes, pois todas estavam com camisetas ou vermelha, azul, roxa, amarela e verde. Após a despedida dos pais, regada de beijos, abraços e “sermões” (“*se comporte, não brigue, coma direitinho, cuidado para não se machucar*”), as crianças se colocavam em frente aos monitores de suas equipes. Depois de todos reunidos, tomavam café da manhã e iam brincar. Após o café as brincadeiras eram mais “livres”, desenhos, conversas, pinturas

¹²⁵ Alunos do curso de Educação Física da FHO-UNIARARAS .

¹²⁶ Estes foram os raros momentos que estive com as crianças do condomínio sem a presença de suas mães e responsáveis, entretanto, eu ainda estava sob os olhos dos adultos: professores e monitores do clube.

nos rostos e perto da hora do almoço é que os monitores e professores informavam a brincadeira. Todos os participantes da Recreação deveriam brincar. Desta forma, mesmo no clube eram os adultos que intermediavam as brincadeiras. Pude presenciar as brincadeiras de futebol, vôlei, danças e caça ao tesouro, a preferida da criançada. Nessa brincadeira as equipes recebiam dos monitores algumas pistas com o objetivo de descobrir onde estava o tesouro. Em meio à busca pelo tesouro as crianças entravam na piscina seguindo as pistas dadas, falavam com pessoas desconhecidas e enfrentavam os monstros¹²⁷ para conseguir mais pistas. Vencia a brincadeira a equipe que fosse a mais esperta para na arte de desvendar enigmas.

Além da caça ao tesouro, havia outra atividade muito aguardada pelas crianças: a noite do pijama. A noite do pijama era a noite em que dormiam no clube na companhia dos professores e monitores. Essa programação ocorria uma vez durante a Recreação e em uma sexta-feira. Quando tinha a noite do pijama, as atividades ocorriam das oito horas ao meio dia e os pais levavam as crianças novamente ao clube por volta das dezenove horas. As crianças levavam colchões, livros e brinquedos. Não presenciei essa atividade porque dava aulas às sextas-feiras até às 22 horas e 30 minutos, horário em que não era mais permitido entrar no clube. Soube da dinâmica das noites do pijama pelas conversas com meus alunos monitores, com as mães e com as crianças do condomínio.

¹²⁷ Os monitores vestem roupas de monstros para incrementar a brincadeira e despertar a atenção das crianças.

Assim que chegavam para a noite do pijama, arrumavam as “camas” e se reuniam para jantar e essa janta era sempre pizza. Após comerem se reuniam para assistir algum filme e depois da exibição iam para seus colchões, onde ficavam conversando até amanhecer. Desta forma, não dormiam na noite do pijama e chegavam em suas casas e dormiam a manhã toda. As mães me contaram que essa prática da noite do pijama era também comum nas escolas aos finais de semestre.

A permissão das mães para que seus filhos dormissem fora de suas casas acontecia porque tinham adultos mediando essa atividade, tanto no espaço da escola como no espaço do clube. Entretanto, havia mães que permitiam que seus filhos participassem, porém, não consentiam que “dormissem” fora de casa, deixando-os ficarem até por volta da meia noite, horário em que iam buscá-los, evidenciando assim, a preocupação com os cuidados que poderiam ou não cercar as crianças.

Esses exemplos só reforçam a ideia de que o lazer acontecia fora do condomínio, nas escolas e no clube, por exemplo, enquanto no Gonzaga o lazer encontrava-se misturado ao cotidiano do bairro. O lazer externo ao Gonzaga era mais partilhado pelos jovens do bairro, que frequentavam postos de gasolinas no centro da cidade aos finais de semana e iam a shows que aconteciam na cidade. Por outro lado, as crianças afirmavam que saíam do bairro poucas vezes e essas vezes era para ir ao médico, ao centro para comprar alguma coisa com seus familiares e às vezes em dia de pagamento, dia em que alguns pais levavam a família para lanchonetes.

Em contrapartida, para as crianças do condomínio, ir à lanchonete não era percebido como lazer, pois semanalmente iam ao *Mc Donald's* com seus pais e/ ou responsáveis, fazendo parte do cotidiano dessas crianças.

Observando as brincadeiras de rua no Gonzaga, constatei que outra brincadeira muito praticada pelos meninos no Gonzaga é o jogo das bolinhas de gude. Esse jogo era praticado por meninos com idade entre oito e dez anos, nesse grupo estudado não havia nenhuma menina que o praticasse. Assim como as brincadeiras de corre lenço e polícia e ladrão, o jogo de bolinhas não deixa de ser um jogo de competição e a aquisição de novas bolinhas de gude parecia o principal objetivo, pois toda vez que alguém adquiria uma bolinha de gude vinha me mostrar e referiam-se a si próprios com muito orgulho dizendo o quanto eram bons. O clima de competição era bastante acirrado, pois havia uma disputa pelas bolinhas azuis com manchas brancas. Estas eram as mais difíceis de encontrar ou ganhar.

Outra brincadeira quase que exclusiva de meninos¹²⁸ era a pipa. As pipas apareceram em muitos dos desenhos que eles fizeram e, além de as empinarem também as confeccionavam. Não tinha dia específico para brincar de pipa, e muitos meninos, faltavam da escola para poderem passar mais tempo na brincadeira. Nos fins de semana grande parte dos meninos ocupava as ruas empinando suas pipas e disputando-as pelo ar e, nesse contexto havia a competitividade pela pipa do outro e cortar pipas (cerol) era

¹²⁸ Havia três meninas que gostavam de empinar pipa.

uma atividade comum entre os meninos, o que colocava essa brincadeira dentro do rol daquelas em que a competitividade estava presente. Sair correndo atrás da pipa cortada também fazia parte da dinâmica desta brincadeira.

Por outro lado, as meninas gostavam muito de brincar de casinha e de boneca. Mesmo que estas brincadeiras sejam vistas como brincadeiras “de casa” elas eram praticadas na rua. Como as bonecas eram poucas, as meninas distribuíaam os papéis durante a brincadeira. As menores geralmente eram as filhas, a mais velha era o pai e sorteavam o papel da mãe, das tias, primas, amigas, amigos do pai. A “casa” era feita com as coisas que encontravam na rua: tábuas, tijolos, restos de comidas, embalagens, tudo para montar o que seria o cenário de uma casa.

Conforme analisou José Jorge Carvalho (1990), o jogo das meninas, casinha, por exemplo, é um jogo em que elas dramatizam posições sociais, em que a competição é por quem é a mais importante na brincadeira. Considero também que na brincadeira de casinha, as crianças abstraíaam a posição social da pessoa, ao mesmo tempo em que representavam os vários tipos de famílias com quem mantinham contato.

Por outro lado, as brincadeiras de casinha no condomínio ocorriam com dinâmicas diferentes, a começar pela brincadeira agendada. Brincar de casinha significava “mesmo” brincar de casinha, ao pé da letra, sem invenções ou criações. Isso porque montavam na varanda miniaturas de casas, pois tinham quase que todos os acessórios para compor uma casinha: minipias e fogões, minitensílios de cozinhas,

vassourinhas, caminhas, carrinhos para as bonecas, ferros de passar roupa, etc. Enfim, montavam todo o cenário da casa. Enquanto as meninas brincavam de casinha, os meninos brincavam com seus carrinhos e bolas de futebol. Ressalto que os adultos que acompanhavam as crianças sempre se faziam participantes nessas brincadeiras. Eu tentava observar as brincadeiras, mas as mães eram quem diziam o que elas deveriam fazer, como por exemplo, “*mostre para a Patrícia o que você ganhou do papai, mostre que a boneca fala trinta frases em inglês...*”. Reforçando assim a necessidade das crianças continuarem nos cursos de idiomas e também para poderem relatar sobre as viagens para o exterior que vez ou outra a família fazia durante as férias¹²⁹.

A separação de meninos e meninas em determinados jogos e brincadeiras, tanto no condomínio como na favela do Gonzaga, me remetia à discussão de gênero, para problematizar os espaços femininos e masculinos nesses jogos e brincadeiras. Entretanto, a esfera que envolve a relação entre gêneros e a diversidade sexual atesta uma contradição: se por um lado, hoje em dia, se reconheça uma maior horizontalidade dos papéis desempenhados e se fale em nome da igualdade de condições e tolerância de gênero ainda confrontamo-nos com velhos preconceitos oriundos de um modelo de sociedade patriarcal¹³⁰ assentado na noção dicotômica de sexo e não de gênero.

¹²⁹ Análise e explicação dessas viagens e de seus destinos podem ser encontradas no tópico: “*Famílias possíveis*”.

¹³⁰ A retomada da discussão teórica envolvendo os sentidos e significados que permeiam a sociedade patriarcal serão analisados no tópico “*Famílias possíveis*”.

No Brasil, esse modelo familiar é bem ilustrado por Gilberto Freyre (2010) e por Antonio Candido (1951), ao apresentarem a família patriarcal como uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos, esposas, parentes e agregados. Para Cândido (1951) a família brasileira patriarcal apresentava um caráter nitidamente extenso e submetia seus membros à autoridade soberana do pai, pois era como se todos os elementos dessa família extensa fossem subordinados ao poder desse patriarca. Desta forma, na sociedade patriarcal, a família era o universo do homem por excelência e a mulher era um ser negligenciado.

Devido aos valores patriarcais ainda presentes em nossa sociedade, permeia na formação da sociedade moderna e contemporânea um discurso utópico de tolerância, igualdade e respeito entre os indivíduos; contudo, fatores de ordem íntima, como identidade de gênero e sexualidade ainda são vistos com reserva. Ditames tradicionais sobre normalidade sexual e papéis típicos a serem desempenhados por homens e mulheres, tais como o homem como chefe da família e a mulher como a chefe da casa¹³¹, ainda influenciam o juízo das pessoas, materializando-se, por vezes, em explosões de violência e intolerância, respaldadas por ideologias opressoras e segregacionistas.

Segundo Mirim Grossi (1998) gênero seria uma construção cultural e coletiva dos papéis sexuais, definindo o que seria masculinidade e feminilidade e sexo “é uma

¹³¹ Para ver essa discussão, consultar Fonseca (2000).

categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres” (p. 12). Na condição de construção, o gênero é um conceito sujeito a mutações, transformações e reavaliações sociais. Desse modo, a identidade de gênero, é influenciada por fatores culturais. Evidenciando deste modo, que não há um determinismo natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das afirmações comuns de que “mulher não pode levantar peso ou que homem não tem jeito para crianças” (p.12). Temos essas afirmações e pensamentos pelos nossos processos educativos que reforçam a diferença entre os papéis sociais masculinos e femininos, tal como visto na análise Costa (1983).

Desta forma, não é naturalmente que as crianças decidem e sabem que casinha é brincadeira para meninas, por exemplo, mas elas aprendem com os adultos e com as outras crianças que as cercam, seja na família ou na escola. Portanto, o processo de aprendizagem sobre os lugares de homens e mulheres na sociedade acaba se articulando à denominação clássica de Émile Durkheim (1978) sobre a socialização. Para quem a socialização é uma ação da sociedade sobre as crianças e, essa socialização, por meio da educação, se torna um mecanismo de perpetuação de valores, de uma ordem social, um processo de aquisição de papéis sociais em que as crianças aprendem sentimentos e hábitos da sociedade, interiorizando valores e saberes, pela igreja, pela escola e pela família. Papéis sociais são construídos social e culturalmente, como os estudos antropológicos evidenciaram, já que estes papéis de gênero variam de um lugar para o outro. Sendo, portanto, aprendidos.

Como exemplo, retomo um estudo de Margareth Mead (2009) que se tornou clássico para os estudos de gênero. Na obra em questão, a autora estudou três povos diferentes em uma mesma ilha de Nova Guiné: os *Arapesh*, os *Mudugumor* e os *Tchambuli*. Nesses povos Mead (2009) encontrou uma atribuição de papéis sociais muito distintas para homens e mulheres. Entre os *Arapesh* percebeu que homens e mulheres eram receptivos, gentis e dóceis e que não havia diferenças entre os comportamentos de homens e mulheres. Em contrapartida, entre os *Mudugumor* predominava a agressividade e violência e sentimentos de afetividade eram considerados inadequados para ambos os sexos, pois “todo homem deve ser um leão, lutando altivamente por seu quinhão e rodeado por várias leas igualmente violentas” (p. 220). E, finalmente entre os *Tchambuli*, as mulheres eram inclinadas para a violência, para a luta e para o combate, enquanto os homens eram passivos e servis às mulheres, embora pudessem surrá-las, confundindo assim “todo o fluxo do domínio feminino e da saltitante, encantadora, graciosa e galanteadora atenção masculina” (p. 254).

Esses exemplos clássicos na literatura antropológica ilustram a noção da aprendizagem dos papéis sociais, mostrando assim, que os comportamentos, as atividades e até mesmo os gostos (como brincar de casinha e de carrinho, por exemplo) não são naturais, mas reforçam os lugares ocupados idealmente por homens e mulheres nas sociedades, pois cada cultura e sociedade determinam o que é masculino e feminino.

Em nossa sociedade, apesar dos avanços conquistados pelas mulheres, os papéis sociais tradicionais ou patriarcais¹³², em que as mulheres ainda ocupam os espaços da casa e de cuidado, são incorporados e reproduzidos nas brincadeiras em que as meninas devem brincar de boneca e casinha, enquanto os meninos brincam de carrinhos, videogame, bolinha de gude e de empinar pipas, reverberando afirmações de que “*homens não tem jeito com crianças*”, conforme enunciado. Portanto, lugares masculinos e femininos são demarcados pela lógica própria de cada sociedade, cabendo assim, relativizá-los conforme o grupo estudado.

Durante as brincadeiras, seja de casinha, de carrinho, bolinhas de gude, corre lenço ou de desenhos, na favela do Gonzaga elas eram permeadas por diversos conflitos entre as crianças. Conflitos que eram resolvidos e solucionados por elas mesmas, sem a mediação e intervenção de adultos. Certa vez as crianças decidiram fazer um concurso de desenhos e queriam que eu fosse jurada, mas não aceitei acreditando evitar possíveis confrontos, já que as crianças poderiam se sentir preteridas por não ter o desenho escolhido. Pedi que uma das crianças participasse em meu lugar. O desenho escolhido foi de Priscila, uma das crianças que me acompanharam durante todo o tempo da pesquisa, que comemorou com gritos e pulos.

Diante disso, um dos garotos, o André, se sentindo provocado foi ao encontro dela e lhe deu um soco na boca e disse que sua mãe era uma “*vagabunda*”, pois “*dava*”

¹³² Ressalto que me refiro a valores tradicionais e patriarcais e não a famílias patriarcais.

para todo mundo e que tinha catorze filhos de pais diferentes. A boca da menina começou a sangrar e ela partiu para cima do garoto e em meio a socos e chutes e torcida da criançada, gritou que poderiam “*mexer com ela*”, mas que não colocassem a mãe no meio da história.

Diferente do esperado por mim, habituada a ouvir as crianças chamarem por alguém para intermediar a situação, ela não saiu pedindo socorro para sua mãe ou para seu pai, nem sequer mencionou seus nomes. Este fato fez com que eu percebesse que muitos conflitos que aconteciam na rua as crianças resolviam ali mesmo, sem nenhuma interferência mais direta dos adultos, o que revelava uma autonomia que, no plano etnográfico confirma as hipóteses trabalhadas pelos autores que tratam do universo infantil, ou seja, de que as crianças constroem sistemas de ordenação do mundo e não simplesmente mimetizam ou estão à mercê do universo adulto, embora sempre em relação a ele.

Isso confirmava também que as crianças eram e agiam de modos diferentes de acordo com seu contexto social, pois no condomínio Jardim Paulista, qualquer entrevero entre as crianças durante as brincadeiras eram resolvidos pelos adultos, que mediavam toda e qualquer relação, até as de pequenos conflitos. Quando as crianças começavam a brigar por algum brinquedo, por exemplo, as mães já intervinham dizendo que cada um tinha o seu brinquedo e caso quisesse o do “*amiguinho*” que emprestasse um brinquedo seu em troca, para que todos pudessem brincar.

Em contrapartida, no Gonzaga, quando perguntei a Priscila, a menina que tinha sido agredida, sobre o fato dela não ter ido pedir ajuda aos seus pais, ela me respondeu “*acha tia, se chamasse eles, eu ia apanhar mais ainda*”. Isso porque de acordo com a justificativa da menina e de outras crianças, os pais acreditam que se apanharam na rua, brigaram ou discutiram era porque a (o) filha (o) estava errada (o) também e em briga de criança os adultos não tem que interferir, pois as crianças se resolvem. Em outras ocasiões pude constatar a mesma não interferência de adultos e para ilustrar, retomarei outra situação.

Em uma tarde dois meninos começaram a brigar por causa de uma bicicleta¹³³, pois um havia ficado mais tempo que o outro com o brinquedo. Um dos meninos¹³⁴ tirou um canivete do bolso e ameaçou furar o pescoço do amigo. Começou aquela gritaria, uns dizendo para parar e outros torcendo pelo pior. Entretanto, uma das meninas conseguiu pegar o canivete. Mais uma vez, ninguém ameaçou chamar os pais e fui percebendo que as crianças do Gonzaga gozavam de certa “liberdade” e se responsabilizavam por tudo o que acontecia a elas quando estavam na rua. Demonstrando assim, uma das capacidades de agência dessas crianças ao resolverem seus próprios problemas sem a mediação de adultos, diferente das dinâmicas das brincadeiras do condomínio em que as mães mediavam quaisquer possíveis dilemas.

¹³³ Conforme afirmei anteriormente o número de bicicletas era pequeno, o que fazia com que as crianças se dividissem nas poucas disponíveis.

¹³⁴ Esse menino era o filho de Tico, conhecido como o chefe da favela.

Essa agência das crianças do Gonzaga também pode ser observada nas brincadeiras, que eram decididas e combinadas por elas, enquanto no condomínio as brincadeiras eram agendadas e combinadas pelos adultos.

Assim, diferente do condomínio, no Gonzaga, as brincadeiras eram aprendidas entre as crianças, deixando evidente a transmissão entre pares em que as crianças são vistas como agentes ativos na transmissão, criação e reelaboração dessas brincadeiras. Ilustrando que embora as brincadeiras se repitam em ambos os contextos, como o caso das brincadeiras de casinha, boneca, carrinho e videogame, as dinâmicas são bem distintas, reverberando a noção de brincadeiras possíveis em diferentes contextos sociais e culturais.

3.4: Famílias possíveis.

Nas discussões sociológicas e antropológicas muitas são as pesquisas e autores que dedicaram atenção especial aos estudos da família em diferentes contextos brasileiros, embora existam mais trabalhos voltados ao estudo das famílias das camadas populares. Alba Zaluar (2000) foi uma das pioneiras nesses estudos em contexto urbano. Em sua pesquisa na Cidade de Deus a preocupação foi em demarcar os espaços e os papéis diferentes dos membros das famílias, segundo sexo, geração e parentesco. A autora ressaltou os “valores tradicionais” dos pobres, como a ética do trabalho, o papel

de provedor do homem e o de dona de casa das mulheres, lógica esta que foi percebida por outros pesquisadores e em outros contextos sociais.

Tal como a pesquisa feita por Fonseca (2000) em dois bairros de Porto Alegre. A autora percebeu que nesses bairros o papel do homem era o de procriador e sua obrigação era prover o lar e quando uma mulher trabalhava e sustentava a família o homem era mal visto pelos vizinhos, o que afetava a sua honra e prestígio, já que a mulher deveria ser uma mãe devota e uma dona de casa eficiente.

Grande parte das análises dos estudos das famílias das camadas populares¹³⁵ reverberam a noção e os valores da sociedade patriarcal como modelo predominante nessas classes populares. Entretanto, penso que isso deve ser problematizado, pois não há um único modelo de família nessas chamadas classes populares. Para essa discussão retomarei estudos de Freyre (2010), Cândido (1951), Mariza Corrêa (1993) e Cynthia Sarti (1992; 1995), para apresentar as famílias possíveis no Gonzaga, para depois discutir e atrelar a ideia de família nuclear no condomínio Jardim Paulista.

No Brasil, o modelo familiar é bem ilustrado por Freyre (2010) e por Cândido (1951), ao apresentarem a família patriarcal como uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos, esposas, parentes, agregados e escravos. Para Cândido (1951) a família brasileira apresentava um caráter nitidamente extenso e submetia seus membros à autoridade soberana do pai; era como se todos os elementos

¹³⁵ Especialmente os estudos da década de 1990.

dessa família extensa fossem subordinados ao poder desse patriarca. A família patriarcal era assim, o universo do homem por excelência¹³⁶.

Segundo Freyre (2010), o processo de colonização no Brasil se deu sobre a égide de um tripé fundamental da sociedade brasileira: o latifúndio, a escravidão e uma economia agroexportadora. A família senhorial era a resultante desse arranjo. É como se esse tripé fundador da sociedade colonial tivesse resultado, necessariamente, no modelo patriarcal de família. Para o autor, o patriarcalismo era a forma hegemônica de organização social brasileira. Porém, algumas revisões têm sido feitas acerca dessa noção de família patriarcal, tanto de uma perspectiva histórica quanto de uma perspectiva crítica, de que Freyre teria feito uma leitura a partir do modelo dominante, sem levar em conta outros arranjos familiares alternativos à família patriarcal. Uma das pioneiras dessa discussão é Corrêa (1993).

Para a autora, quando Freyre (2010) afirma que a família patriarcal “é o tipo de família que existiu no Brasil do século XVI ao século XIX, tipo de onde, através de gradual separação, deriva-se toda a formação do país” (CORRÊA, 1993, p. 19), é como se existisse um único modelo de família e os outros arranjos familiares existentes fossem um modelo de não família. O que Corrêa (1993) quer nos dizer, é que esse modelo de família patriarcal não pode ser considerado como o modelo da família brasileira no período colonial, pois esse era um modelo compartilhado pela minoria da

¹³⁶A mulher era um ser negligenciado e os escravos instrumentos de trabalho.

população, um modelo ideal dominante. Família, não era apenas a família do “engenho”, da economia açucareira e cafeeira. Havia as plantações tabaco e algodão na Bahia que não empregavam um número elevado de escravos, mas diferentes tipos de mão de obra como a assalariada, a militar, a indígena, artesãos.

Ainda de acordo com Corrêa (1993), Freyre modelou a sociedade sobre a forma familiar existente nas camadas “senhoriais” e transformou essa sociedade de múltiplas faces, em uma sociedade imóvel e inflexível. E, essa pluralidade produtiva produzia diferentes relações sociais, bem diferentes daquelas observadas na família patriarcal. “A família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo de formação da sociedade brasileira” (CORRÊA, 1993, p. 27).

Portanto, para a autora, no período colonial havia diversos modelos e tipos de famílias que coexistiram com a família patriarcal, que foram ignorados por Freyre (2010) por assumir o olhar dos senhores brancos.

Por outro lado, há antropólogos que reafirmam essa noção de família patriarcal de Freyre (2010) e tentam observar sua existência e relevância no universo contemporâneo. Dentre esses autores podemos atrelar o trabalho de Sarti (1992; 1995) que fez um estudo sobre a moral das famílias populares. Sarti (1992) argumenta a favor da atualidade¹³⁷ e da viabilidade da noção de família patriarcal para analisar as famílias

¹³⁷ Década de 1990.

pobres, pois essa representação e esse modelo de família podem ser encontrados nos bairros de periferia. Para a autora há um componente hierárquico nas relações familiares das populações de baixa renda em que os filhos e a esposa se submetem à autoridade masculina, do pai/marido.

Entretanto, família patriarcal é um termo que se refere a uma classe dominante do período colonial e embora a autora justifique a utilização do conceito, instrumentalizado para refletir sobre a moralidade familiar, isso parece não ser suficiente, pois, é recorrente na literatura antropológica a noção de matrifocalidade¹³⁸ ao se referir às classes populares. Além disso, o texto não traz exemplos etnográficos, sendo impossível ser convencido pela autora e até mesmo visualizar o que quer nos dizer.

Em outro momento, três anos mais tarde, Sarti (1995) aplica mais uma vez sua teoria baseada em Freyre (2010) sobre a família patriarcal e autoridade moral masculina e sobre a demarcação nítida entre papéis sociais masculinos e femininos, conforme apontados por Cândido (1951).

A pesquisa foi realizada em São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo, cujo objetivo era mostrar como as relações familiares seguiam padrões tradicionais de hierarquia e autoridade em que a mulher ocupava uma posição subordinada nessa hierarquia familiar, pois devia ser dona de casa enquanto o marido

¹³⁸Retomarei este ponto logo adiante.

era o provedor de alimento e “teto”. Sarti (1995), agora sim por meio de exemplos etnográficos, aponta como a figura masculina é essencial no ambiente doméstico, como o homem é central para a própria concepção do que é a família nesse bairro de São Miguel Paulista.

A figura masculina é retratada como uma figura moral, isso porque, mesmo que um homem não sustente mais a família, a presença dele é necessária para a manutenção do respeito e da moral da família perante os outros moradores. O que a autora quer nos dizer, é que, embora a mulher possa vir a ser a provedora da família, a presença do homem é fundamental na casa, pois, ele é a figura de autoridade e de respeito. Um outro exemplo é quando o pai de uma mulher se encontra em idade avançada e não tem mais condições para manter a autoridade e/ou a moral dentro da casa. Segundo Sarti (1995), quando isso ocorre, o irmão mais velho é que passa a ocupar essa posição de autoridade masculina, mediando às relações das mulheres da casa com o mundo externo e garantindo a respeitabilidade de seus familiares.

De acordo com a tese apresentada pela autora, embora em alguns casos as mulheres trabalhassem e sustentassem a casa, a figura masculina ainda era a central na família, figura esta que era fonte da moral e da autoridade familiar e a responsável pela intermediação das mulheres com o universo público. Nos argumentos e exemplos da autora, toda autoridade e respeito eram centrados no homem, do qual as mulheres eram meras coadjuvantes.

Mas será que as mulheres das classes populares são tão dependentes assim? Será que não protagonizam questões morais e de autoridade? Será que estão sempre por trás de uma figura masculina e subordinada a ela? Não fui o que pude perceber durante os anos da pesquisa na favela do Gonzaga em que encontrei diversas famílias em que a autoridade era centrada na figura feminina. Em algumas famílias não havia uma figura masculina, nem de pai e nem de marido e a família era composta pela mãe e pelos filhos, evidenciando uma matrifocalidade, onde os filhos homens não ocupavam a posição de autoridade. Nesse contexto era a figura feminina a que detinha a posição de “chefe” e mãe, provedora do lar e da casa, responsável pela educação e sustento dos filhos:

O termo família chefiada por mulher tem sido empregado para designar unidades domésticas de mulheres sem marido ou, havendo marido, aquelas onde são maiores os números de consanguíneos matrilaterais, ou simplesmente, a influência feminina nas redes de ajuda mútua. (FONSECA, 2000, p.61).

No Gonzaga encontrei também famílias em que a autoridade da mulher era temporária e cíclica, pois essa autoridade era permitida nos espaços de tempo em que os maridos estavam presos¹³⁹. Enquanto os maridos estavam presos o papel de provedora do lar e da casa, assim como a figura de autoridade era centrada na mãe, ao passo que

¹³⁹ As prisões eram geralmente por associação ao tráfico de drogas.

quando o marido retornava da prisão ele ocupava essas posições de prover o lar e de assumir a autoridade. Nestes casos era como se temporariamente as mulheres ocupassem papéis centrais para depois devolvê-los aos maridos. Maria de Nazareth Hassen (2001) já havia refletido sobre como a condição de aprisionamento do companheiro se refletia na vida da mulher e como com a ausência do marido no lar ocorria uma inversão na hierarquia do casal e do papel da mulher do presidiário especialmente pelo dispositivo da visita íntima.

Entretanto, não obtive informações a respeito das visitas íntimas entre essas famílias no Gonzaga, já que a situação de aprisionamento não era um assunto que as mulheres gostavam de comentar e esses assuntos chegavam até mim por intermédio das crianças e vizinhos. Por ser um tema delicado entre as famílias de alguns presos preferi contorná-lo, para evitar um afastamento ainda maior com os adultos, que poucas vezes estavam dispostos a conversar comigo.

Pude perceber essa dinâmica de papéis sociais no Gonzaga pela longevidade da pesquisa, afinal estava em campo por períodos entre 2004 e 2012. Eu sabia quando alguém havia sido preso ou solto pelas próprias crianças, que não se preocupavam em omitir tais fatos, mesmo quando os envolvidos eram os seus próprios pais.

Esse era o caso de Mariana e Fernando. O casal tinha sete filhos, sendo cinco meninos e duas meninas. Fernando frequentemente estava preso e essas prisões variavam de anos a meses por tráfico de drogas. Enquanto estava preso era Mariana

quem sustentava a casa e os filhos e quem ficava responsável por cuidar de tudo, inclusive do comércio de drogas com a ajuda dos seus parentes. Essa informação me foi transmitida por dona Mariza, com quem tinha mais afinidade e evoluído uma relação de amizade.

Embora na maioria das vezes fossem os homens quem ocupavam as prisões, também havia casos em que as mulheres estavam presas e os homens eram quem cuidavam da casa e dos filhos, embora auxiliados pelas mães ou sogras. Em uma ocasião em que estive no Gonzaga fui informada que Mariana havia sido presa por tráfico, assim como seu marido também estava preso.

Desta forma, como não havia nem a mãe e nem o pai para cuidar da casa e dos filhos, esses papéis foram atribuídos temporariamente aos avós paternos, que ocuparam o lugar dos pais até o retorno da mãe. Para ilustrar, retomo outro exemplo de prisão das mulheres, narrado por Francine, uma das crianças com quem convivi durante toda a pesquisa no Gonzaga:

“Eu não gosto da minha mãe. Ela gosta de roubar. Quando ela sai da cadeia não fica um dia fora porque já sai roubando. No meu aniversário ela sempre manda uma cartinha lá da cadeia pra mim, mas eu não gosto dela. Uma vez tia, quando eu era pequenininha ela tentou me matar enfiando um saquinho plástico na minha cabeça, mas minha tia chegou bem na hora e não deixou. Ela queria que eu morresse. Hoje quem cuida de mim são meus padrinhos¹⁴⁰, mas estou sempre com meu pai que você conhece.”

¹⁴⁰ Os padrinhos de Francine também moram no Gonzaga.

O relato da menina refletia que ela conhecia bem a sua própria história e as suas famílias. Além dessas dinâmicas familiares, soube de famílias em que não havia ausência masculina propriamente dita, mas uma presença mais fluida, já que, em alguns casos a rotatividade da figura masculina caracterizada pelos “padrastos” constituía uma alternativa, entretanto, tal figura não representava necessariamente a autoridade masculina, mas sim a mãe.

Neste exemplo observei as uniões de Natália, mãe de Tatiana e filha de dona Mariza e seu Tônico. Durante o tempo em que fui ao Gonzaga, Tatiana teve cinco padrastos e se relacionou bem com todos pelo que me contava, porém, dizia que não “obedecia” a nenhum deles, afinal eles não eram nem a sua mãe e nem o seu pai¹⁴¹. Porém, como Tatiana e a mãe moravam na casa de dona Mariza e seu Tônico, as duas respeitavam ao pai e ao avô. Pude observar também que, embora a figura masculina existisse em algumas famílias, as crianças deviam respeito e obediência à mãe, à avó e à irmã mais velha. Como no caso da família de Mariana e Fernando durante o tempo em que ambos estiveram nas prisões.

Por outro lado, encontrei no Gonzaga famílias em que a autoridade e respeito estavam centralizados na figura masculina. Nessas famílias as mulheres nem sequer podiam trabalhar “fora”, pois esse comportamento “manchava” (Fonseca, 2000) a

¹⁴¹ Tatiana não mantinha relações com o pai porque sua mãe não permitia porque em todas as vezes que ele ia visitá-la estava bêbado ou sob o efeito de drogas. O pai de Tatiana morava no Cidade Aracy e fazia mais de quatro anos que não se viam.

imagem do marido, como no caso de dona Mariza e seu Tonico. Dona Mariza trabalhou apenas quando foi morar no Gonzaga, quando saiu do sul para trabalhar na plantação de laranja. Porém, quando vieram os filhos ela ficou atrelada ao ambiente doméstico, de cuidados com a casa e com os filhos porque para seu Tonico essa deveria ser a função da mulher na casa enquanto o homem deveria sustentar a família. Desta forma, o trabalho de dona Mariza fora da casa foi permitido em situação extrema, pois o trabalho e o sustento da casa cabiam ao homem. Encontramos aqui uma reafirmação dos valores tradicionais, dos papéis masculinos e femininos, pois enquanto o homem trabalha e provê a família, a mulher deve cuidar da casa e dos filhos.

Portanto, afirmar que “entre os pobres urbanos” (Sarti, 1992) o modelo patriarcal é o modelo por excelência é deixar de lado uma heterogeneidade de organizações familiares que se formam contextualmente. Com os exemplos de famílias encontradas no Gonzaga, é possível perceber que não há como estabelecer um modelo familiar dominante “entre os pobres urbanos”, pois há uma variedade de configurações familiares dentro de um mesmo contexto social e que as mulheres das classes populares não são tão dependentes assim, pelo contrário, há um protagonismo feminino entre as mulheres do Gonzaga. Não tenho a pretensão de afirmar que o modelo patriarcal inexistente nas classes populares, mas sinalizar que ele não pode ser observado como “o” modelo dominante.

De forma geral, as famílias no Gonzaga eram bastante numerosas e não eram compostas apenas por pais e filhos. Este tipo de família composta por pais e filhos e conhecida como “família nuclear” quase não existia nesse contexto, enquanto que no condomínio esse tipo de família era maioria, senão a totalidade das famílias do Jardim Paulista, diferente do Gonzaga em que as famílias são compostas por pais, filhos, avós, tios, tias, sobrinhos e parentes co-residindo.

Claude Lévi-Strauss (1980) já havia chamado a atenção para o fato da família nuclear não ser o modelo dominante na maioria das sociedades nem o centro do parentesco em todas elas, embora constitua uma das formas de organização social mais difundida no mundo resultado dos processos de transformação da sociedade moderna e contemporânea, conforme verificado em outros autores como Ariès (1978) e Costa (1983).

Segundo Lévi-Strauss (1980), o estudo comparativo da família entre diferentes povos levantou algumas das mais polêmicas discussões do pensamento antropológico. Para o autor, pertinente é construir um “modelo ideal” daquilo que pensamos quando usamos a palavra família. Assim, concluiu que o uso da denominação serve para designar um grupo social que possui ao menos três características: tem a origem no casamento (qualquer tipo que seja ele, uniões legais ou consensuais), composto por marido, esposa e filhos, além de outros parentes e os membros da família que estão

unidos por obrigações legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas etc., uma rede de direitos e proibições sexuais, além de sentimentos tais como amor, afeto, temor.

De acordo com as denominações e características encontradas pelo autor para classificar o que é família, optei nos dois contextos por manter a denominação de família e não arranjos familiares, já que entre os próprios sujeitos da pesquisa o termo utilizado por eles era família e não arranjos familiares. Portanto, podemos encontrar no condomínio a reprodução das famílias nucleares em contraposição às múltiplas representações de famílias existentes no Gonzaga, reverberando assim, dinâmicas e famílias possíveis nos contextos distintos, evidenciando ainda que o poder da família nuclear não se exerce com a mesma intensidade em todas as camadas sociais, tal como percebido por Fonseca (2002).

Entre as famílias do Gonzaga a maior parte das uniões eram consensuais (homens e mulheres moravam juntos sem casamento em cartório), enquanto nas famílias do condomínio as uniões eram legais (homens e mulheres eram casados). E, diferente dos vários tipos de famílias encontradas no Gonzaga, conforme exemplos anteriores, no condomínio Jardim Paulista havia a família nuclear, formada pelo pai, pela mãe e pelos filhos¹⁴². Nessas famílias, com as quais tive contato, a autoridade era representada pelo pai, pela mãe e pelas funcionárias, pois as crianças “*obedeciam*” as pessoas com as quais elas eram entregues para serem cuidadas.

¹⁴² Não havia separação entre pais e mães nas famílias que tive contato.

Segundo as conversas, o cuidado com os filhos era feito tanto pelas mães quanto pelos pais, sendo ambos os responsáveis pela educação das crianças, com a ajuda com as tarefas da escola, com as brincadeiras, com os cuidados de higiene e com as rotinas de dormir. Entretanto, era prática comum as mulheres reclamarem dos maridos, no sentido de mencionarem sutilmente, que as maiores responsabilidades e encargos recaíam sobre elas. Portanto, essa divisão de tarefas e “ajuda” com os filhos, em que os pais apareciam como ativos no âmbito domiciliar era mais um discurso proferido do que uma prática efetiva.

No condomínio, na maior parte das famílias era apenas o pai quem trabalhava¹⁴³ enquanto a mãe ficava em casa cuidando dos filhos e de suas atividades, às vezes dividindo esta tarefa com babás e enfermeiras. Embora muitas delas portadoras de curso superior e com experiência de trabalho antes do nascimento dos filhos, optaram por abrir mão da carreira profissional para dedicação total aos filhos. Para as mães que não trabalhavam o cuidado com os filhos era parte fundamental de suas vidas e uma atividade que faziam com prazer e satisfação, deixando a organização da casa a cargo das empregadas domésticas.

Portanto, no condomínio podemos visualizar essa estruturação da família em torno da criança, tal como analisaram Costa (1983) e Ariès (1978) e perceber também a

¹⁴³ Profissão de alguns pais: médicos, engenheiro agrônomo, promotor, dentista, empresários, gerente de banco, professor universitário.

manutenção dos papéis sociais tradicionais em que o homem trabalha fora enquanto a mulher cuida dos filhos, zelando e protegendo.

Certa vez perguntei a três mães sobre como foi o processo de deixar de lado a carreira para cuidar dos filhos, e obtive respostas similares, enfatizando que havia sido um processo delicado, de perda de identidade, pois ao se olharem no espelho após o nascimento de seus filhos não se reconheciam, mas depois da confusão de sentimentos perceberam que não conseguiriam mais voltar ao trabalho e ficar longe do filho, fazendo com que pedissem a conta e se dedicassem apenas à função de mãe, algo que elas “abominavam” antes de se tornarem mães. Segundo uma delas, antes do nascimento da filha considerava um absurdo as mulheres interromperem a carreira para ficar cuidando de crianças e imaginava que esse tipo de atitude revelava uma anulação das mulheres perante à sociedade. Entretanto, ao se tornar mãe, fez exatamente aquilo que condenava, pois só sendo mãe ela pôde entender essa atitude e percebeu que dali em diante a filha seria a sua prioridade.

Além disso, essas mães mencionaram diversas mudanças na vida pessoal, conjugal e profissional com a chegada dos filhos, porque toda uma reestruturação precisou ser feita para atender às necessidades das crianças, tais como: menos tempo com o marido, passaram a sair menos de casa e a ter menos tempo para si mesmas, mudança do ciclo de amizades porque optavam por saírem e se relacionarem com os

amigos que também tinham filhos¹⁴⁴, mudança para o condomínio, saída do trabalho ou mudanças de horários de trabalho, diminuição da carga horária na empresa, auxílio de familiares e profissionais especializados em cuidados com crianças, etc.

Em contrapartida, não encontrei esses discursos no Gonzaga. Quando indagava para os adultos o que as crianças representavam, buscando compreender como eles consideravam a noção de criança, as respostas não eram marcadas pela transformação, reestruturação familiar, mas mencionavam que seus filhos eram o futuro e que criança representava muito trabalho, porém, com a ajuda dos parentes, filhos e vizinhos o trabalho era menor.

No condomínio as famílias em que a mãe e o pai trabalhavam os cuidados com os filhos ficavam sob a responsabilidade das babás e/ou enfermeiras, mas também evidenciei a presença das avós, que cumpriam inclusive o papel de fiscalizar as próprias empregadas da casa na ausência das mães.

Esse sentido de proteção que segue a lógica da suspeição está presente em toda a dinâmica do condomínio, objetivada na presença de câmeras de segurança¹⁴⁵ internas que cumprem a função de certificar que seus filhos não estão sendo maltratados por essas funcionárias. Algumas delas, inclusive, sequer sabiam que estavam sendo filmadas e, no tempo da pesquisa não soube de casos de maus tratos.

¹⁴⁴ Uma mãe me relatou que havia feito amizade e se reunia com mães que tinha conhecido no consultório do pediatra que levava a filha.

¹⁴⁵ Por este mesmo motivo, pela preocupação com os maus tratos, muitas dessas mães optam por matricular os filhos nas escolas em que há câmeras de segurança para que possam monitorar cada passo do filho na escola.

Essas funcionárias responsáveis pelos cuidados com as crianças estavam sempre vestidas de branco para mostrar limpeza e higiene e chegavam nas casas por volta das sete horas da manhã e saíam às dezessete horas. Em algumas casas em que moravam crianças bem pequenas, quando a babá ia embora chegava a enfermeira que passava o período noturno a disposição das famílias para os cuidados com as crianças pequenas, para que os pais pudessem descansar. Percebi que muitas crianças nutriam grande afeto pelas babás e várias foram às vezes em que presenciei que preferiam brincar com as babás ao invés das mães. Mantive um bom relacionamento com as babás enquanto estava em campo, entretanto, falavam muito pouco a respeito dos “patrões” e das crianças, acredito que pelo receio da possibilidade de perder o emprego, já que algumas me contaram que após minhas idas ao condomínio elas relatavam às patroas tudo o que tinha acontecido na pesquisa.

Através dessas descrições, é possível perceber que no condomínio as famílias se reorganizavam em torno dos filhos, desde a opção das mães não trabalharem para poder dedicar tempo integral aos cuidados dos mesmos, a escolha das funcionárias e permanente vigilância em torno delas e o uso do expediente das avós como controladoras desse processo.

Mas algumas dessas funcionárias acabavam se tornando espécie de amiga ou de “pessoa da família” com quem os pais podiam contar, como se tornassem parentes pela intensa co-presença na casa. Tal proximidade, buscada, sobretudo pela ausência de

familiares próximos, muitas vezes fazia com que a relação suprisse necessidades específicas para além da relação trabalhista e não era raro as babás levarem os filhos dos empregadores para suas próprias casas em virtude de compromissos noturnos assumidos pelos pais. Em outros casos em que havia familiares na cidade, essa ajuda vinha especialmente das avós¹⁴⁶.

A presença das avós era constante no condomínio. Elas visitavam quase que diariamente os netos, averiguavam a relação das crianças com as babás, como já mencionei, buscavam os netos para levar para a escola, brincar e ajudar a filha ou a nora com tudo o que fosse preciso, reforçando a ideia de Miriam Barros (1987) de que a existência de avós em contexto de cuidados é expressiva e representa o exercício de ajudas e mediações com as crianças.

Portanto, esse compartilhamento do cuidado com as crianças era comum no condomínio e na favela do Gonzaga, pois em ambos os contextos, as famílias acionavam as pessoas com quem podiam contar para ficar com os filhos.

Diferente do arranjo presente no condomínio, no Gonzaga não eram profissionais ou apenas parentes que se prestavam a cuidar das crianças, haviam vizinhos cumpriam tal tarefa e também havia crianças que cuidavam de outras crianças, como por exemplo, dos irmãos menores. Mas, crianças vizinhas também puderam ser

¹⁴⁶ O compartilhamento dos cuidados com as crianças era tanto das mães que não trabalhavam quanto daquelas que trabalhavam.

observadas cuidando de outras, mediante pequenas quantias. Desta forma, na favela do Gonzaga as crianças não apenas recebiam cuidados, mas também os ofereciam.

Essa função de babá exercida por duas das crianças com as quais convivi, era feita por uma escolha dessas meninas e não como uma atividade compulsória. Cuidavam e olhavam crianças e por isso recebiam uma remuneração de vinte reais por mês, dinheiro gasto geralmente na compra de doces na mercearia do bairro.

Presenciei também crianças que ajudavam os pais em algumas atividades, tais como recolher papelão e latinhas pelas ruas. De acordo com José de Souza Martins (1993) crianças que trabalham vivem “falsas infâncias”, pois o trabalho não condiz com uma atividade adequada para essa etapa da vida, já que a criança deveria apenas brincar e estar imersa no universo da ludicidade, reverberando uma noção universal da concepção do que é ser criança.

Por outro lado, é recorrente na literatura sociológica a associação do trabalho infantil com as noções de diversão e brincadeira. Emilene de Sousa (2007), por exemplo, fez um trabalho sobre a infância camponesa do sertão da Paraíba e descobriu que havia uma trilogia que determinava essa condição de infância no contexto estudado: aprendizagem, ludicidade e trabalho. As crianças Capuxu eram logo misturadas ao mundo dos adultos e aprendiam a trabalhar no roçado com seus pais e essas crianças ajudavam se divertiam com os objetos de trabalho, pois “faziam das enxadas e dos

rastelos meios de transporte” (SOUSA, 2007, p. 08). Situação parecida foi verificada por Nunes (2002) ao analisar as brincadeiras das crianças *A'uwê-Xavante*:

Torrar farinha de mandioca demora horas e horas, envolve todas as mulheres da casa e também as crianças que se revezavam em vários tipos de ajudas... umas trazem lenha e avivam o fogo, enquanto outras cuidam dos bebês. As crianças menores costumam ser incumbidas de impedir que cachorros e galinhas se aproximem, tarefa que de imediato torna-se uma brincadeira de pega-pega (p. 74)

Desse modo, nos dois estudos, as autoras constataram que o chamado trabalho infantil nos dois contextos não era traduzido como forma de exploração, como diversas vezes pode ser compreendido numa visão homogeneizante do que é ser criança, mas atividade mais complexa em que formas de ludicidade se manifestavam, mostrando outros aspectos em torno da noção de trabalho infantil e suas implicações morais em contextos específicos.

Em contrapartida, na favela do Gonzaga o trabalho realizado pelas crianças não entra nessa lógica da diversão e ludicidade, mas nem por isso pode ser classificado como exploração infantil ou presença da “falsa infância”. Pois parte das próprias crianças a ideia de trabalhar e de conseguir algum dinheiro extra, não sendo obrigadas pelos pais, apontando assim que o trabalho também pode ter um valor positivo para as crianças, fora das chaves de ludicidade e exploração. Quando eu mencionava às mães do condomínio essa forma de trabalho existente no Gonzaga, elas me indagavam se eu

não havia denunciado ao Serviço Social, pois isso não era coisa de criança e se chocavam ao saber que os pais permitiam tais práticas.

Pelas afirmações, nota-se que as mães nesse contexto reproduziam a noção de uma infância ideal, universal, preconizada pelo sistema judiciário, não levando em conta que existem diversos modos de ser criança e do que é permitido ou não a elas. Contudo, para os adultos do Gonzaga, o trabalho feito pelas crianças não era visto como um problema, ou como algo necessariamente ruim ou negativo, pelo contrário, mostrava que as crianças já sabiam “se virar” (Gregori, 2000).

Nesta mesma lógica podemos articular os trabalhos domésticos feitos pelas crianças do Gonzaga. Na maioria das famílias com quem mantive contato, as crianças ajudavam na organização e manutenção da casa e geralmente essa ajuda era responsabilidade das meninas. Embora tenha encontrado meninos que ajudassem nos afazeres das casas, a maioria eram meninas e mais uma vez encontramos a questão de gênero envolvendo as dinâmicas da pesquisa. Ter meninas auxiliando na manutenção da casa reverberava a noção de que tais tarefas seriam de responsabilidade feminina, reproduzindo os papéis sociais e os valores tradicionais¹⁴⁷.

A ajuda prestada pelos meninos era cuidar dos irmãos menores, lavar louça e arrumar a cama, diferente do que encontrou Maria Luiza Heilborn (1997) em pesquisa realizada em dois bairros populares cariocas. A autora, procurando observar e calcular o

¹⁴⁷ Mas não a família patriarcal, conforme já analisado.

tempo gasto pelas crianças de ambos os sexos com o trabalho doméstico, percebeu que os meninos auxiliavam apenas nas atividades exteriores a casa, tal como a lavagem das áreas externas, limpezas da laje e recolhimento de lixos. Entretanto, pude ver que no Gonzaga eram as meninas quem se prestavam a tais atividades.

No cotidiano essas meninas ajudavam as mães, avós ou madrinhas com os afazeres domésticos. Lavavam louça, roupas e sapatos, cuidavam dos irmãos e irmãs menores dando comida e banho, varriam e limpavam a casa, ajudavam a cozinhar, levavam recados, iam à mercearia, ao bar. Algumas vezes essas tarefas eram deixadas de lado porque eu estava no bairro, gerando pequenos conflitos entre as crianças e adultos e entre os adultos e eu, pois ao mesmo tempo em que era vista como um tipo de ajuda porque tomava conta das crianças, outras vezes era vista como alguém que atrapalhava o bom andamento das atividades corriqueiras.

Atualmente não vemos esse papel desempenhado pelas crianças das classes médias, conforme me revelou a pesquisa no condomínio Jardim Paulista. Isso porque há funcionárias incumbidas dessas tarefas e porque as mães não permitem que os filhos tenham funções dessa natureza em casa. Porém, nas classes populares é imperativo que todos auxiliem na manutenção da casa.

No Gonzaga, a minha presença impedia as meninas de fazerem suas obrigações domésticas porque queriam estar em minha companhia, ocasionando certo conflito com seus familiares e dos familiares comigo, que algumas vezes pediram para da próxima

vez chegar mais tarde para que as crianças cumprissem seus afazeres. Por outro lado, no condomínio, a minha presença retirava as crianças e os adultos de suas casas e os levavam para as varandas, coisa que não faziam quando eu não estava presente¹⁴⁸. Portanto, mesmo sem intenção, a presença em campo já modificava a rotina dos interlocutores.

Conforme mencionado, as crianças moradoras do condomínio não tinham obrigações domésticas e nem trabalhavam, mas preenchiam seus dias com outras obrigações induzidas pelos adultos, mais frequentemente pelos pais: cursos, aulas de reforço, prática de esportes diária, balé, futebol etc. Muitas confessaram na presença das mães que o dia era cansativo e que gostariam de “*ter menos compromissos*”, entretanto, as mães convenciam as crianças, mesmo que momentaneamente, de que a prática de esportes e cursos de idiomas, por exemplo, eram importantes para a manutenção da saúde e para o conhecimento de outras línguas.

O valor conferido ao conhecimento desses idiomas, geralmente o inglês, era justificado como via de acesso às viagens ao exterior que as famílias realizavam. Essas viagens geralmente sugeridas pelas crianças tinham por destino a Flórida, sobretudo as cidades de Miami e Orlando, sendo esta última aquela que abriga o complexo de parques sinonimizados por Disney. Prática comum entre as famílias, e, segundo as mães que ouvi, a primeira vez que foram para Miami foi quando estavam grávidas para

¹⁴⁸ Pelos próprios relatos das mães e crianças.

comprar o enxoval e depois retornaram para o mesmo destino em companhia dos filhos. Ir para a Disney também era algo comum e aquelas crianças que ainda não tinham ido, sabiam que iriam. As fotos das viagens não raramente circulavam nas ocasiões em que estava em companhia dessas mães, dos filhos e de outros adultos.

Certa vez, uma das mães me falou que não poderia participar da pesquisa porque estaria envolvida com os preparativos para a viagem da filha mais velha que iria para a Disney em companhia de outras crianças da mesma idade e da dona da agência de turismo. Como sabia que a família já tinha viajado para Disney perguntei o porquê de viajar novamente para o mesmo lugar. Essa mãe me respondeu que a filha tinha ido com a família, mas que agora viajaria sozinha com outras amigas e ressaltou o fato de que todas as amigas da escola iriam.

Desta forma, a menina não podia ficar de fora, tinha que partilhar dos mesmos valores que as amigas. Essa prática comum entre crianças¹⁴⁹ revela parte do conjunto de valores de classe que norteiam gostos e hábitos que se reproduzem entre as pessoas que moram no condomínio. Marcador social e de classe o gosto legitimaria as diferenças sociais: “os gostos são, antes de tudo, aversão, feita de horror ou intolerância aos outros gostos, aos gostos dos outros” (BOURDIEU, 2007, p. 56). O gosto revelaria assim práticas distintivas e seria o operado prático do *habitus* de classe, que para o autor

¹⁴⁹ Prática comum de adolescentes também.

significa um sistema constituído de tendências, aptidões, inclinações e talentos que orientam pensamentos, ações e percepções.

Desta forma, viajar para a Disney marcava a distinção, diferença com outras classes sociais ao mesmo tempo em que traduzia o compartilhamento com os seus iguais nos gostos e nos *habitus* de classes. Além das escolhas das viagens, no condomínio eram as crianças que escolhiam as comidas ou os restaurantes a serem frequentados. Aos finais de semana, conforme crianças e adultos me relataram, geralmente jantavam em restaurantes ou pediam comida em casa. Essa escolha era feita pelas crianças, que também podiam escolher o tema para as suas festas de aniversários.

Festas para as quais, diga-se, nunca fui convidada, situação distinta do contexto no Gonzaga em que eu era convidada para todas as festas de aniversários. Isso reforça o modo como as relações foram travadas em campo, pois enquanto no Gonzaga estabeleci relações de proximidade e até de amizade, no condomínio a relação era entre pesquisadora e pesquisados. As festas de aniversário das crianças do Gonzaga eram norteadas por um espírito coletivo, realizadas nas próprias casas e muitos familiares participavam na preparação dos alimentos a serem servidos: salgados, tortas e bolos. Obviamente não eram “festas temáticas” e estava ausente o caráter cênico que geralmente se empresta a tais eventos, como balões infláveis coloridos ou enfeites de mesa, entretanto, a comida era farta. Em todas as festas eu procurava levar sempre o mesmo presente para que não houvesse comparações entre as crianças, que poderiam

achar que eu tinha dado um presente melhor para outra. Nessas festas de aniversários as crianças ficavam nas casas apenas para comer e assim que comiam iam brincar na rua.

Em outra dinâmica aconteciam as festas de aniversário das crianças do condomínio. Mesmo eu não sendo convidada para nenhuma delas eu presenciava as conversas e os relatos da mãe sobre os preparativos. Essas aconteciam em Buffets infantis e não nas casas. Depois de contratado o local e escolhido o tema da festa havia as preocupações com as comidas, bebidas, decoração da festa, música, convites, lembrancinhas e roupas. Uma das mães confessou ter gastado cinco mil reais só com a decoração da festa do filho, mas que tinha valido a pena porque tinha ficado “*um escândalo*”. Ela fez questão de me mostrar o álbum livro da festa e as fotos que saíram na coluna social em um dos jornais da cidade.

Essas festas também representavam claramente mais uma manifestação da dinâmica da distinção e uma disputa entre adultos, espécie de *potlach* (Mauss, 2000), onde a lógica competitiva não deixava de fora até mesmo pequenos detalhes, como a qualidade do conteúdo das lembrancinhas entregues ao final da festa.

Ao mesmo tempo em que as crianças do condomínio eram muito dependentes dos adultos, pois não podiam sair para a rua do condomínio e nem irem ao *playground* sozinhas, não arrumavam os seus brinquedos e as bagunças que faziam nas varandas em que nos reuníamos, não escolhiam as suas práticas esportivas e suas atividades, como balé, aulas de reforço e cursos de idiomas e não sabiam desempenhar atividades de

ajuda dentro das casas, essas crianças decidiam o tema de suas festas de aniversários, os destinos das viagens e a comida a ser pedida pela família, assim como os restaurantes.

Isso revelava uma ambiguidade em relação à dependência e autonomia dessas crianças do condomínio, pois ao mesmo tempo em que decidiam e protagonizavam algumas das demandas familiares, tinham obviamente suas vidas decididas pelos adultos. Ora apareciam nos discursos das mães como sujeitos de suas próprias experiências, revelando certa independência e autonomia, ora apareciam enredadas às redes de proteção impostas pela sociabilidade de condomínio.

Portanto, nesse contexto as crianças são agentes da decisão das viagens e da alimentação a ser pedida, conquistando “um papel ativo na definição de sua própria condição” (COHN, 2005a, p.21), interferindo e influenciando o universo dos adultos. Porém, na maior parte das vezes essa agência não era percebida, pois eram os adultos que escolhiam e agiam por elas, entretanto, não afirmo que inexista uma agência dessas crianças, mas saliento a existência de possibilidades de agências. Ora estavam visíveis ora invisíveis.

Nesse sentido, na favela do Gonzaga a dependência não era tão grande, pois as crianças se viravam sozinhas, cuidavam dos afazeres da casa, dos irmãos e irmãs menores, resolviam seus entreviros sem a interferência dos adultos e saíam sozinhas para ir à escola, bar, mercearias. Essa liberdade que as crianças tinham de ir e vir sem ter que falar aos adultos para onde iam em todos os momentos, assim como o

reconhecimento da dinâmica das ruas, em que sabiam exatamente em quais delas e em quais horários podiam circular, devido ao movimento do tráfico de drogas nas “bocas de fumo”, e a própria escolha do que brincar trazia à tona a agência dessas crianças que agiam e atuavam no contexto em que viviam e se relacionavam.

Portanto, a dependência das crianças em relação aos adultos não é natural, pois depende e varia de acordo com o *habitus* (Bourdieu, 2007). Desta forma, podemos encontrar famílias possíveis em que os níveis de dependência e autonomia são diferentes, tal como no Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista, reforçando a noção de agências possíveis.

3.5: Violências e Riscos.

As noções de violências e riscos¹⁵⁰ permeiam as vivências na favela do Gonzaga e no condomínio Jardim Paulista, em alguns casos com obviedade e com consciência e em outros casos de maneira implícita e indireta. Por exemplo, os interlocutores da pesquisa se mudaram para o condomínio procurando segurança e buscando a proteção contra a violência e contra a criminalidade que parecem uma ameaça constante em seus cotidianos, em contrapartida, segundo os discursos do Estado, da mídia e das classes

¹⁵⁰ Para essa discussão trouxe alguns dos apontamentos e debates travados na Reunião Equatorial de Antropologia em 2007, em que apresentei parte dessa pesquisa no Grupo de Trabalho 14: Etnografia arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo, coordenado por Alinne Bonetti e Soraya Fleischer.

privilegiadas, na favela do Gonzaga as pessoas vivem em meio à violência, à criminalidade e ao tráfico de drogas, representando assim, uma vivência permeada por riscos constantes. Entretanto, para a maioria dos moradores, aqueles com quem manteve mais contatos, a vivência no Gonzaga não era “arriscada”, apesar do convívio com o tráfico e com a “criminalidade”.

Essa preocupação com as noções de riscos, perigos e infortúnios da vida social não é exclusiva das sociedades ocidentais, pois são bem conhecidas e discutidas as pesquisas de Mary Douglas (1996) e de Edward Evans-Pritchard (2005) sobre os infortúnios entre os Azande. Neste caso, o autor percebeu que a bruxaria era uma das causas dos danos causados às pessoas:

[...] um oleiro faz questão de saber por que seus potes quebraram numa ocasião em particular, visto que ele usou os mesmos materiais e técnicas que das outras vezes; ou melhor, ele já sabe por que – a resposta é como que sabida de antemão. Se os potes quebraram, foi por causa de bruxaria (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 52).

Para os Azande a bruxaria é uma das possíveis causas e não a única causa dos infortúnios, pois “a bruxaria põe um homem em relação com eventos de uma maneira que o faz sofrer algum dano” (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 52).

Já Douglas (1966) fez uma reflexão sobre os sentidos e as conexões entre pureza, poluição e perigo nas então chamadas “sociedades primitivas”, constatando que havia uma correlação entre pureza e poluição. A autora argumenta que quando os

comportamentos, as ações e as ideias são ordenados, são classificados como puros ou impuros evitam-se os perigos da desestabilização social. Assim, a organização e a estabilidade de uma sociedade refletem o nível de consenso e legitimidade alcançado pela ordenação e hierarquização de experiências, puras ou impuras. Para Douglas (1966) a sujeira seria a desordem e sendo a sujeira, as coisas impuras, ela estaria vinculada diretamente a desordem, nesse sentido, “a desordem é pois, ao mesmo tempo, símbolo de perigo e poder” (p. 115). O perigo seria então uma ameaça à ordem social.

Essa preocupação em relação à noção de risco é recorrente no campo teórico e científico e no senso comum. Na prática e na representação cotidiana o risco pode aparecer relacionado ao consumo de determinados alimentos, como o consumo de alimentos transgênicos, com muita gordura ou muito açúcar, por exemplo, associando a noção de ser uma ameaça, um risco à saúde dos consumidores.

Por outro lado, pode estar relacionado a atravessar as ruas nas faixas de pedestres, garantindo segurança e não ameaçando a vida. (Neves, 2008). Dessa forma, de maneira geral “o risco compreende eventos de perigo, que se presta para qualificar negativamente¹⁵¹ situações, acontecimentos e indivíduos, em termos de chances de ocorrência de danos pessoal ou social” (NEVES, 2008, p. 35).

¹⁵¹ De acordo com a autora há também aspectos positivos que o risco acaba incorporando pela associação ao prazer e a superação do risco iminente, como no caso de alguns profissionais, como bombeiros, por exemplo, e praticantes de esportes radicais. Nesse sentido, o risco pode estar associado a ideia de desafio e a ideia de ameaça.

Entretanto, a noção de risco possui um caráter polissêmico, pois muitos são os sentidos atribuídos ao termo (Fleischer; Bonetti, 2010) que é de domínio coletivo e seus sentidos e significados podem ser diferentes em contextos e grupos sociais. Nesse sentido, a noção de risco é uma noção construída socialmente, pois o que é perigoso e arriscado para uns pode não ser para outros.

Pois, enquanto a noção de risco no condomínio estava associada à ameaça à segurança e ao bem estar dos filhos, na favela do Gonzaga essa noção de risco era associada à ideia de violência e atribuída pelos discursos do Estado, da mídia e das classes privilegiadas à ideia de crianças na rua, presença de criminosos e suas ligações com o tráfico de drogas. Porém, essa noção de risco não aparecia nos discursos dos moradores.

Entretanto, as referências às violências reverberavam em seus discursos, uma violência que vinha de fora e não do interior do bairro. Esse tipo de violência aparecia quando algumas pessoas saíam em busca de emprego, por exemplo. Em diversas situações alguns moradores relataram que quando mencionavam seus endereços nas entrevistas de emprego sempre surgiam desculpas de que a vaga já estava preenchida, fato que levava alguns a omitirem seus endereços, pois a maioria dos empregadores norteava sua visão do bairro pelo que liam nos jornais, e temas como os crimes, mortes

e tráfico na favela¹⁵² reforçavam os estigmas sobre o bairro (Goffman, 1988), fazendo com que muitos moradores buscassem estratégias, tal como omissão do endereço.

Outras vezes, conforme Natália, que era faxineira em uma empresa, me contou que quando acontecia algum problema ligado ao desaparecimento de objetos e dinheiro em seu ambiente de trabalho, a culpa sempre era atribuída ao morador da favela. Desta forma, há uma associação estereotipada e essencializada entre pobreza e criminalidade em relação aos moradores do Gonzaga e é acionada com intensidade no cotidiano, revelando os limites morais do bairro em relação a toda cidade.

Certo dia, depois das atividades com os desenhos, as meninas foram me ajudar a guardar os materiais que eu levava ao bairro e percebi que a maior parte dos objetos havia sumido. Fiquei chateada porque precisaria comprar os materiais e porque as crianças não haviam me pedido para ficarem com os lápis, canetas, folhas como fizeram das outras vezes. Percebendo a minha chateação, as crianças me advertiram: “*É tia, aqui na favela é assim, tem que ter cuidado senão o povo leva tudo*”.

Outra situação semelhante foi relatada por Laura ao me contar que seu irmão estava internado em uma clínica de recuperação porque a favela e as companhias tinham deixado o menino viciado: “*Ele fumava maconha e cheirava pó, ele fedia pó*”. Essa afirmação de que as más companhias eram as responsáveis pelo vício, assim como a

¹⁵² Conforme notícias no **anexo III**.

favela, reverbera um discurso comum sobre as más influências que aparecem em todas as classes sociais, conforme analisou Caldeira (2000).

Por esses relatos percebi que parte das crianças interiorizavam os estereótipos dados às pessoas moradoras do bairro, pois em certos momentos retomavam essa classificação para justificar o comportamento de alguns, fato que evidenciava que as crianças eram ativas observadoras e participantes das relações sociais que configuravam a vida social no bairro. Do sumiço do material de desenho fica claro que o discurso da criminalização também era acionado pelas crianças, não sendo, portanto, uma exclusividade do universo adulto. Tal como os discursos do Estado, que ora vitimizam as crianças moradoras de favelas e periferias pelo dispositivo da falta e da carência, ora as associam à criminalidade.

Nesta mesma lógica, a da violência dos olhares amedrontados e recriminosos das pessoas de fora, retomo a narrativa de Natália. Natália foi mãe aos quatorze anos, mas não se “*juntou*” ao pai da menina, tido por bêbado e viciado. Depois desse envolvimento que “*não deu certo*”, ela arranhou outros namorados¹⁵³ e alguns deles passaram a morar com ela na casa de seus pais. Dizia que seu namorado mais recente era de família rica, “*com casa de andar, chácara, carro importado, lancha...*” e quando ele ia ao bairro os moradores saíam nas ruas para olhar de perto o carro dele, situação que presenciei algumas vezes. Natália dizia ainda que o namorado não se importava

¹⁵³ Conforme explicado no tópico “*Famílias possíveis*”.

com as diferenças sociais entre eles, porém, ela mencionava que os amigos e as amigas dele faziam questão de apontar essas diferenças e mencionar para Natália que ela era uma moradora de favela.

Essa menção não era de forma direta, mas abordavam temas que ela desconhecia, pois “*falavam de modo difícil para que eu ficasse de fora da conversa*”. Natália se sentia muito desconfortável e magoada com a situação, apesar do namorado dizer para ela não se importar com as provocações. Porém, isso a incomodava e se importava também com a maneira como se apresentava para os amigos do namorado, pois todos estavam sempre bem vestidos. Isso fez com que Natália se endividasse em uma loja da cidade ao comprar roupas “chiques” para melhor se apresentar para essas pessoas.

Mas, mesmo adquirindo essas roupas mais apropriadas, de acordo com a concepção de Natália, ela não era aceita porque trazia nos gestos, na fala e no corpo os sinais de seu pertencimento de classe e *habitus* (Bourdieu, 2007), o que a vitimizava pela violência simbólica praticada pelas pessoas “de fora” do Gonzaga.

De acordo com seu Tônico, esses discursos da violência estavam presentes quando as pessoas se referiam ao Gonzaga por causa da fama da favela. Segundo ele, a favela era conhecida “até” na cidade de São Paulo porque tanto no Gonzaga e na Cidade Aracy, assim como na capital havia integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), que é representado pelo discurso policial e midiático como uma organização criminosa,

criada no Centro de Reabilitação da Penitenciária de Taubaté, para defender os direitos dos detentos¹⁵⁴.

Indaguei ao seu Tônico se ele conhecia alguém do PCC que morava no bairro e se essas pessoas representavam o medo. Ele me respondeu que conhecia vários integrantes que moravam no bairro e que não tinha medo, mas que não me diria quem eram essas pessoas por respeito. Nesse aspecto, os adultos evitavam visibilizar essas pessoas para mim, certamente por proteção, e possivelmente pelo resguardo e pelo anonimato das atividades. Entretanto, as crianças faziam circular mais livremente essas informações na medida em que me colocavam em circulação pelo bairro.

Em certa ocasião em que caminhava com algumas crianças ouvi alguém me chamar. Olhei e vi que o rapaz estava acenando. As crianças me olharam e disseram que iriam junto. Ao me aproximar perguntou pelo meu nome e o que eu fazia no bairro já que tinha me visto diversas vezes em companhia das crianças. Então eu me apresentei, perguntei seu nome e relatei sobre a pesquisa. De início ele não queria revelar sua identidade, mas depois a mencionou. Ficamos conversando por algum tempo e o

¹⁵⁴ A visão comum sobre o PCC é que se caracteriza como um grupo criminoso que organiza ataques fora das prisões, como por exemplo, a onda de incêndios à ônibus em diferentes cidades do estado de São Paulo em 2006 foi atribuída ao PCC. Porém, Karina Biondi (2006) fez uma etnografia “de perto e de dentro” em uma Casa de Detenção Provisória de São Paulo, analisando a lógica que normatizava o convívio entre os presos. A autora encontrou uma lógica distinta daquela veiculada cotidianamente, oferecendo uma outra perspectiva em relação ao grupo, visto como produtos de violência. A perspectiva “[...] das organizações como elementos fundantes de padrões sociais, de modalidades de organizações sociais capazes de apaziguar conflitos existentes em um ambiente de convivência forçada como a prisão” (BIONDI, 2006, p. 341).

encontro foi interpelado duas vezes por outros rapazes que se aproximaram, momento em que sacou do bolso um pacote de dinheiro e deu a eles, sem se incomodar com a minha presença. Já finalizando a conversa me mostrou onde era a sua casa e mencionou que se eu precisasse de alguma coisa ou tivesse algum problema no bairro era para entrar em contato. Agradei e voltei minha atenção às crianças que afirmaram: *“Você é louca de conversar com ele? Ele é do PCC...”*.

Em outras situações em que nos encontramos as crianças não perdiam a chance de ironizar e insinuar um possível interesse dele por mim. Pois, circulando pelo Gonzaga eu ficava inevitavelmente à mercê de sua sociabilidade e de sua economia de relações, fato que não ocorria no condomínio, cujo acesso às pessoas era por demais restrito. Além disso, assim como para o seu Tônico, para as crianças a presença de um integrante do PCC também significava respeito e por isso mesmo me advertiram. No início pensei que essa reação pudesse ser traduzida pelo medo, entretanto, percebi que o medo e o receio eram representações minhas, influenciado pelo discurso “de fora” e não dos adultos e das crianças do Gonzaga. Falar em medo em relação aos integrantes do PCC no bairro seria produzir e reproduzir uma visão simplista e reducionista sobre o contexto.

Em contrapartida, no outro contexto, os medos apareciam nos discursos. E esses medos que apareciam nos discursos das pessoas do Jardim Paulista eram compartilhados entre adultos e crianças, possivelmente porque plasmados pela forte

cisão estabelecida entre um mundo interno, que se quer homogêneo, e a diversidade do mundo externo.

Assim, no Gonzaga, como os integrantes do PCC não causavam medo e não estavam associados à ideia de risco, os traficantes também não representavam o perigo, pois eram pessoas conhecidas, amigos e vizinhos com quem partilhavam o espaço numa mesma ou próxima rede de relações. Se no caso do Gonzaga também se produzia alguma visão de que a violência vinha de fora, contudo esta geralmente estava mais associada aos policiais que eram classificados como os agentes diretamente relacionados com a repressão ao bairro, pois:

É sobre os pobres que a polícia concentra seu poder fortalecido nos últimos vinte anos: comete injustiças nunca compensadas, humilha, mata, tortura e, na rua, “vai logo dando sugestão”. A desconfiança que a presença policial desperta entre eles, mesmo quando concordam sobre a necessidade do policiamento ostensivo e sobre os bons propósitos de alguns (poucos) policiais, é notável... por isso dizem preferir, entre o policial e o bandido, a este último, que conhecem e com quem podem conversar. (ZALUAR, 2000, p. 157).

A maior invasão policial no Gonzaga aconteceu em 2007. Eu não presenciei, mas soube detalhes pelos relatos dos adultos e crianças. Uma conhecida emissora de televisão regional fez algumas reportagens a respeito do ocorrido e de acordo com as narrativas os policiais teriam invadido as casas “*certas*” onde estavam quase todas as “*bocas de fumo*”. Pelos relatos, os policiais chegaram agredindo as pessoas, homens,

mulheres e mesmo crianças. Bateram na Mariana¹⁵⁵ que carregava seu filho nos braços, atingindo as costas do menino de três anos com o cacete¹⁵⁶. Nessa mesma família colocaram um dos filhos de Mariana e Fernando de ponta cabeça no meio da rua. Segundo testemunhas, depois desse ocorrido o menino permaneceu muito tempo dentro de sua casa porque estava em choque. Evitei mencionar o caso com ele quando, enfim pode retornar às ruas para brincar.

O tratamento policial dado às mulheres não foi menos severo, muitas humilhadas com gritos de “putas” e “vagabundas”, alcançando muitas pessoas que não tinham relação com o tráfico. Portanto, para os moradores a polícia era parte do problema da violência: “o uso de métodos violentos, ilegais ou extralegais por parte da polícia é antigo e amplamente documentado”. (CALDEIRA, 200, p. 135).

Depois dessa invasão pude presenciar outras porque a partir disso o bairro era frequentemente ocupado por viaturas e carros da polícia, conforme a imagem a seguir:

¹⁵⁵ Foi nessa época que ela e o marido ficaram presos ao mesmo tempo e os avós paternos mudaram-se para a residência para cuidar dos netos.

¹⁵⁶ Nessa ocasião as pessoas foram buscar a criança para me mostrar os resultados da agressão.



Figura 26: Imagem do Gonzaga ocupado por veículos policiais. **Fonte:** <http://www.saocarlosagora.com.br/policia/noticia/2010/04/09/9272/policia-civil-faz-operacao-no-jardim-gonzaga/>

Os policiais revistavam pessoas e invadiam casas. Quando essas invasões aconteciam geralmente os moradores já não se encontravam, pois tinham avistado que o bairro estava “molhado”¹⁵⁷ Assim, dificilmente o flagrante acontecia. Abordar o tráfico de drogas não fazia parte dos objetivos dessa pesquisa, entretanto, como observei que alcançava o cotidiano das crianças, minha apreensão do fenômeno se tornou necessária.

Antes de discutir essa atividade e sua dinâmica no Gonzaga, retomo algumas análises feitas por Antonio Barbosa (1998) para ressaltar as particularidades que a noção de tráfico de drogas implicam. O autor problematiza a imagem reificada, produzida e

¹⁵⁷ Esse termo era utilizado para identificar a presença de policiais no bairro.

reproduzida por alguns agentes que significam e conceituam o tráfico de drogas em sua universalidade. Barbosa (1998) afirma que em cada caso há uma estruturação específica e diferenças entre regiões associadas à ideia de tráfico de drogas, além disso, seria um equívoco pensar que o tráfico é sempre nuclear, isso porque ele é caracterizado por sua segmentaridade e por se organizar em redes e não por ter alguém controlando tudo.

Outro ponto problematizado pelo autor é que o tráfico de drogas não é controlado apenas por organizações conhecidas como criminosas, assim como podemos ver no Gonzaga e a presença do PCC, mas também de traficantes e associações com o tráfico que não pertencem a esta organização.

No texto, os dados sobre o narcotráfico estão relacionados com as narrativas dos adultos¹⁵⁸ e das crianças. Na favela do Gonzaga existe o tráfico de maconha, cocaína e “pedra”¹⁵⁹ e o consumo dessas drogas por muitos dos moradores, enunciando que traficar e consumir eram atividades muito próximas. As “bocas de fumo” costumavam ser nas casas e funcionavam o dia todo, mas a noite o movimento era mais intenso.

No início da pesquisa de campo eu não percebia a movimentação do tráfico e parecia que não o enxergava, mas no processo de “familiarização” (VELHO, 2004) a que fui submetida, pude acompanhar uma dinâmica que me passou a ser explícita: jovens levando “drogas”¹⁶⁰ de bicicleta, passando através do aperto de mãos e jovens

¹⁵⁸ Especialmente pelas narrativas de Mariza, Tônico e Natália.

¹⁵⁹ Como o *crack* é conhecido.

¹⁶⁰ Coloquei drogas entre aspas porque não sabia se levavam maconha, cocaína ou crack.

escondidos, entregando pelos buracos nesses muros. Isso sem contar que as crianças sinalizavam a movimentação, o que de certa forma “treinou” o meu olhar: “*Olha lá tia, olha ó... passando droga*”. Pude presenciar estudantes das faculdades e universidades¹⁶¹ da cidade na favela do Gonzaga.

A maioria dos moradores do Gonzaga não recriminava a atividade do tráfico e não denominam os traficantes como “bandidos”. Este, caracterizado de um ponto de vista moral, era aquele que matava por matar e roubava dos vizinhos, atitudes que não eram atribuídas aos traficantes que também sustentavam as famílias e ajudavam os parentes e vizinhos, que se arriscavam diariamente nas constantes invasões policiais, temendo serem presos e deixarem suas famílias desamparadas. Dessa forma, o tráfico era menos criminalizado do que justificado porque provia a família. Entretanto, aqueles moradores que não se sentiam parte do bairro, do “pedaço” (Magnani, 2003) e nem compartilhavam de seus valores, como o caso de dona Fátima e dona Madalena, já ilustrados, classificavam os traficantes como bandidos.

Além da violência sofrida pelas pessoas de fora, algumas crianças também eram vítimas da violência doméstica. Certa vez estávamos desenhando e percebi que uma delas estava com as pernas machucadas e perguntei o que tinha acontecido. A resposta veio do irmão mais velho que disse que o menino não tinha um bom comportamento e que por isso apanhara de sua mãe. “*Minha mãe espanca ele tia, ele vai apanhando da*

¹⁶¹ Reconheci que eram estudantes porque em suas camisetas estavam estampados nos nomes de seus cursos e da universidade.

sala até o quarto". Na fala do menino, a atitude da mãe era justificada pelo mal comportamento do irmão. Em outro dia Tatiana já estava chorando quando cheguei ao bairro. Indaguei o que havia acontecido e ela me explicou que tinha apanhado da sua mãe porque seu sapato novo não servia mais, e a sua mãe iria amarrar seus pés para que parassem de crescer e que ela teria que usar o sapato mesmo apertado.

Outra situação de violência foi relatada por Priscila. Ela tinha cinco irmãos, mas era para ter seis se não fosse pelo chute dado por seu pai na barriga de sua mãe quando ela estava grávida de cinco meses, o que causou a separação dos pais, fazendo com que mãe e filhos voltassem a morar com os pais¹⁶².

Nesse sentido, cotidianamente as crianças e os adultos estão expostos aos riscos de acordo com as definições mais usuais, entretanto, bater nos filhos, por exemplo, fazia parte do processo de educação e menos expressão de violência gratuita. Além disso, quem sabe o que se passa no condomínio ou entre muitas famílias de classe média e de classe alta? A violência doméstica não aparece somente entre os pobres, pois ela não tem classe social, embora seja mais visível nas classes populares devido à intensa intervenção estatal e assistencial nos bairros mais pobres.

Por exemplo, os meus encontros fortemente monitorados no condomínio não permitiram que eu tivesse acesso às informações sobre violência doméstica que, como se sabe, nutre estatísticas muito imprecisas em virtude das dificuldades de se expor tais

¹⁶² Os avós de Priscila eram dona Mariza e seu Tonico.

problemas publicamente, sobretudo nas classes médias e altas que produzem redes de proteção mais eficazes contra tais denúncias. De qualquer modo, as mães eram enfáticas em dizer que a educação dos filhos vinha da conversa, da palavra e não de qualquer forma de violência física e repreensão que pudessem embasar os meios para se coibir os filhos.

A instalação de câmeras pela casa e nos vários espaços onde essas crianças circulavam ilustram o receio que se tem do emprego da violência alheia contra seus filhos, já que não tive acesso a qualquer informação sobre as formas que a intolerância podia assumir no domínio mais privado de suas vidas. E, de acordo com uma das mães as crianças do Gonzaga viviam em “situação de risco” por estarem muito próximas à criminalidade. Essas afirmações, que me surpreenderam, surgiram após uma das mães procurar informações sobre mim na internet e ter encontrado a pesquisa que fiz no Gonzaga.

Desta forma, parecia que eu mesma não escapava da concepção mais geral de risco latente que nutre o ambiente da sociabilidade de condomínio e a pesquisa sobre mim acabava balizando o cálculo que faziam sobre os riscos que seus filhos corriam na minha presença.

Portanto, nos dois contextos a noção de risco também estava associada ao fazer etnográfico (Zaluar, 2000; Fleischer; Bonetti, 2010), enquanto no condomínio eu corria o risco de não ter a autorização para desenvolver a pesquisa, pois mesmo com o termo

de consentimento assinado, essa era uma preocupação constante, no Gonzaga havia o risco de roubo, de ser confundida como consumidora de drogas ou sofrer algum constrangimento físico. Menciono o risco de apanhar, porque certa vez, as crianças e eu estávamos sentados em uma pracinha em frente ao bar da Zezinha¹⁶³, quando um homem me abordou perguntando se eu era uma jornalista, o nome dele era Rafael. Expliquei que eu não era jornalista e falei sobre a pesquisa e ele se mostrou interessado e se ofereceu para uma conversa para contar sobre a sua vida. Fiquei animada porque durante a pesquisa era eu que abordava as pessoas e não o contrário.

Marcamos a conversa na casa de Rafael para o dia seguinte. Entretanto, uma das crianças, a Paula, disse que me acompanharia na conversa porque a mulher dele era “*uma nega barraqueira*”. Indaguei a ela o que seria uma “*nega barraqueira*”. Paula narrou que diversas vezes a mulher de Rafael tinha batido em outras meninas do bairro por ciúme do marido “*que era sem-vergonha*” porque mesmo casado assediava outras mulheres. Ser barraqueira, na concepção de Paula, era gritar e bater nas pessoas. Confesso que senti certo receio, mas a possibilidade de entrar em outra casa, que não a de dona Mariza e seu Tônico, me entusiasmava.

Retornei ao bairro conforme combinado, passei na casa da Paula e fomos caminhando até a residência de Rafael. Chamamos por ele durante algum tempo e quando nos atendeu disse que estava muito ocupado e pediu que voltássemos em uma

¹⁶³ Zezinha era aquela que conheci na primeira vez em que estive no bairro pelo projeto a ser desenvolvido na disciplina de graduação.

outra hora quando sua mulher estivesse em casa. Não sei se Rafael não permitiu a minha entrada porque estava visivelmente “chapado”¹⁶⁴ ou porque eu estava acompanhada por Paula e pode ter percebido que a conversa seria de um modo diferente do que esperava. Porém, a primeira alternativa é a mais possível, pois no Gonzaga os homens eram muito respeitosos comigo e nunca sugeriram nada que os colocassem em uma postura de inquisidores ou assediadores¹⁶⁵.

Diante da frustração da conversa que não havia acontecido fui ao ponto de ônibus para voltar para casa. Enquanto eu esperava, sempre na companhia das crianças, a mulher do Rafael foi conversar comigo. Quando fomos conversar com ele, a esposa não estava na casa, mas certamente alguém, ou ele mesmo, acusou a minha presença. Alessandra, esposa de Rafael, já chegou me ofendendo e gritando para que eu não fosse procurá-lo e ameaçou me bater caso isso acontecesse e afirmou: “*Ele já tem dona e eu não quero baranga*”¹⁶⁶ *nenhuma correndo atrás dele*”. Todos que estavam naquela rua ficaram olhando para nós e comentando e algumas pessoas riam. Fui tomada pelo desespero, queria chorar, correr e me explicar, dizer os motivos pelos quais eu havia ido até sua casa, mas ela não permitia que eu fizesse. Me calei e só escutei as acusações. Nesse sentido, obviamente não voltei a procurá-lo, mas percebi que “meu lugar” no bairro era mesmo com as crianças.

¹⁶⁴ Termo usado no Gonzaga para se referir as pessoas que estavam sob o efeito de drogas.

¹⁶⁵ A exceção era o pai de Francine quando aparecia bêbedo para conversar comigo ou para ver as nossas brincadeiras. Nessas ocasiões ele era realmente desagradável com as suas jocosidades.

¹⁶⁶ Termo utilizado para se referir à mulher feia.

3.5.1: Risco e corporalidade

Houve outra ocasião em que também me senti em risco. Uma vez estava desenhando com as crianças em frente à casa de dona Francisca e algumas jovens iniciaram uma provocação. Elas me olhavam, sussurravam entre elas e riam. Até que duas delas se aproximaram e disseram que eu era “boy”, “boy da cabeça aos pés”, deixando claro que o sentido do termo, empregado na situação era para se referir a minha classe social porque “o playboy é aquele que vem de fora e, quando presente na periferia, é tido como uma espécie de aberração, como algo completamente fora de seu contexto”. (GUASCO, 2001, p.89) e era realmente isso que eu representava para elas, alguém de fora e que não tinha nada a ver com o Gonzaga.

Uma dessas jovens levantou a minha blusa e começou a passar a mão pelo meu corpo, foi uma situação constrangedora em que me senti “uma aberração”, invadida, exposta e assediada. Mas eu não conseguia reagir, fiquei imóvel. E elas riam enquanto as crianças observavam. Depois, as duas jovens pegaram a minha bolsa e jogaram tudo o que tinha dentro dela no chão.

Diante disso eu comecei a recolher minhas coisas, mas uma delas se aproximou e começou a me cheirar e chamou as outras jovens que estavam na rua para me cheirar também. Eu me sentia tola por não conseguir reagir frente à situação eu só pedia para elas pararem com aquilo, porém, pedia em vão. Depois elas soltaram o meu cabelo e

colocaram em cima da cabeça de todas as meninas que estavam por perto para verem como ficariam se tivessem o meu cabelo, afirmando: “*cuidado para não pegar piolho*”¹⁶⁷. Depois saíram, rindo e brincando. Percebi que não era bem vinda por essas jovens e como estava amedrontada pela situação vivida, tive vontade de desistir da pesquisa.

Nessa ocasião, ao manipular meu corpo, elas quiseram mostrar que eu não pertencia aquele lugar, que aquele “mundo” não era o meu, mas universo delas porque mesmo eu convivendo com as crianças as marcas das diferenças estavam estampadas em nós porque o corpo pode ser visto como uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento (Seeger; Da Matta; Viveiros de Castro, 1979).

Nesse sentido, as jovens quiseram mostrar o lugar que eu não ocupava naquele contexto. Não obstante, as crianças também manipulavam o meu corpo, mas para representar outro tipo de relação, uma relação de afeto e não somente de repreensão ou intimidação, pois passavam a mão pelo meu corpo para acariciar, faziam massagem nas minhas costas, penteavam meu cabelo, me abraçavam e me beijavam.

Portanto, no Gonzaga o corpo se tornou uma via de acesso ao meu universo sócio-cultural, um instrumento de sociabilidade, algo que, para as crianças do condomínio, era cerceado como linguagem de acesso à minha pessoa. No contexto da etnografia “vigiada” a que fui exposta ficavam mais explícitos os signos da pouca

¹⁶⁷ Essa foi uma das vezes em que peguei piolho quando estava em campo.

intimidade, pois não me beijavam, abraçavam, não manuseavam o meu corpo, enquanto no Gonzaga o corpo era “aberto” às investidas e imprevisibilidades que as relações em campo me colocavam.

Ainda nessa relação com o corpo, as dinâmicas dos piqueniques nos dois contextos também revelavam certas noções de riscos. O piquenique se tornou um hábito comum na favela do Gonzaga, em contrapartida, no condomínio foi uma estratégia de pesquisa que também não teve sucesso. Em uma ocasião, ainda no início da pesquisa no Gonzaga, tive a ideia de combinar um piquenique com as crianças, que adoraram a ideia. Cada uma ficaria responsável por levar alguma coisa, mas eu fiquei encarregada da maior parte delas: toalha, refrigerantes, copo plástico, salgadinhos, balas e pirulitos. Outras crianças levariam suco, bolachas e biscoitos. Assim que desci do ônibus vi que as crianças me aguardavam para a “brincadeira”. Fomos até um gramado e as crianças mal esperaram eu estender a toalha para organizar os alimentos e já começaram a abrir os pacotes e a comer todas as coisas. Isso acontecia em todos os nossos piqueniques, que eram ansiados pelas crianças sem esconder o entusiasmo.

Havia brigas pela comida, não porque faltasse, mas porque uma criança sempre acusava a outra de comer demais e de ser “esfomeada” ou “morta de fome”, enfim, tudo o que era levado para a “brincadeira” era consumido. Em um desses piqueniques, Emily, uma das bisnetas de dona Maria e de seu Tônico, ficou com dor de barriga. Sem hesitar, a menina pegou um copo plástico e com a ajuda de outra criança, fez cocô no

copo sem que a atitude fosse vista como algo nojento ou como falta de educação entre as crianças. Embora eu mesma visse dessa maneira nas primeiras vezes em que presenciei tal atitude. Tanto não condenavam ou estranhavam, que Leonardo aproveitou para fazer o mesmo. Os copos plásticos foram jogados à nossa volta, no mato, e as crianças colocaram novamente as suas roupas sem limpar. Foi então que eu indaguei se eles faziam isso com frequência. As crianças responderam que sim, pois em suas casas tinha apenas um banheiro e quando este estava ocupado usavam o quintal para esse fim. Isso revelava que fazer as necessidades e exibir seus corpos em público não era um problema para as crianças e que não precisavam ser feitas em uma esfera de intimidade, escondida dos olhos dos outros já que o corpo era “aberto” e que poderia ser exposto.

Nesse sentido, esse hábito de fazer as necessidades no espaço público, em se tratando das crianças, mesmo não sendo comum em outras esferas sociais, não era reprimido no Gonzaga, nem pelas crianças e nem pelos adultos, já que alguns viam essa prática sem espanto e recriminação. Tal atitude poderia ser considerada pelas pessoas de fora como um risco, um risco à saúde das crianças, que poderiam se contaminar, contrair doenças pela proximidade da comida com as fezes e por brincarem em um lugar em que era utilizado de banheiro (quintais). Entretanto, a atitude não era considerada como “arriscada” aos olhos desses adultos e dessas crianças.

Pensando na estratégia do piquenique, que tinha dado certo no Gonzaga e que revelava parte das experiências e vivências das crianças, resolvi utilizar o mesmo

expediente no condomínio. Sem avisar as mães, cheguei cheia de guloseimas: refrigerante, salgadinhos, pipoca, balas e outros doces. Esperava que as crianças viessem ao meu encontro para “disputar” as guloseimas, assim como faziam as crianças do Gonzaga. Pois, por mais que eu soubesse que as crianças eram diferentes de acordo com os contextos sociais, esperava, talvez ingenuamente, que o gostar de guloseimas fosse compartilhado nos dois contextos.

Entretanto, não houve reação por parte das crianças, diferente do esperado por mim. Parece que momentaneamente eu havia me esquecido ou não havia refletido que para aquelas crianças, as comidas que eu tinha em mãos não traziam quaisquer novidades, pois viviam com fartura e podiam comprar aquilo que quisessem, sem a necessidade de disputar ou ficarem sem experimentá-las.

Contudo, ofereci às crianças as coisas que eu havia levado. Elas apenas me olharam e observaram o saco de balas que eu tinha em mãos e, como que buscando uma aprovação, olharam para suas mães que fizeram um sinal negativo. Nesse sentido, recusaram. E eu, forçando, insisti para que pegassem apenas uma bala porque estava em uma situação em que fiquei sem graça. As mães responderam que não costumavam deixar as crianças comerem “porcarias” e doces e que só permitiam em ocasiões esporádicas, como em festas de aniversários. Questionei o porquê de tal posicionamento e elas revelaram que eram alimentos muito calóricos, gordurosos e repletos de transgênicos e que, portanto, eram prejudiciais à saúde das crianças. Elas ressaltaram

também que a ingestão frequente de doces poderia ocasionar diabetes e a obesidade infantil. Entretanto, acredito que esses discursos estavam mais associados a convencer-me sobre a preocupação com a saúde e com os cuidados em relação às crianças que propriamente uma prática consciente e usual.

As crianças do condomínio reafirmavam e reproduziam esses discursos dos adultos, dizendo que não gostariam de ser gordas e obesas. Preocupação muito diferente das crianças do Gonzaga que comiam até ficarem “*bem cheias*” enquanto no condomínio, mesmo com a possibilidade de comer tudo o que tivessem vontade, viviam em meio a restrições alimentares. Nessa ocasião, uma das mães esperou que as outras fossem embora para conversar comigo a sós e me relatou que uma das crianças tinha tido anorexia. Por causa do receio de engordar, muito enfatizado pelos pais, a menina praticamente não comia, adoeceu e ficou alguns dias sob os cuidados médicos para recuperação. Disse que atualmente a garota está bem, mas que havia passado por isso devido à preocupação com a magreza.

Relatou também outro caso em que uma mãe, que não participava da pesquisa, mas que morava no condomínio, tinha dado à filha um quarto do seu remédio para emagrecer. Indaguei sobre os riscos dessas situações que ameaçavam a saúde das crianças. Entretanto, ela respondeu que embora ela considerasse um risco, essas mães não compartilhavam da mesma ideia, senão não tomariam tais atitudes.

Nota-se no contexto do condomínio que as mães consideravam a rua como um risco permanente, assim como o convívio com as pessoas que a habitam, amparadas nas práticas da violência e da criminalidade física. Em certo sentido, o Gonzaga representava o risco para essas mães do condomínio. Contudo, a possibilidade da anorexia induzida, os regimes alimentares relacionados aos padrões estéticos, a medicalização espontânea deixavam de ser considerados como práticas de risco.

O que poderia ser tomado por expressão de alguma forma de violência para uns deixava de ser para outros. Negar comida no contexto do Gonzaga era considerado algo arriscado, pois fazia com que as crianças desenvolvessem “lombriga”. Eu tinha alguma noção biológica de como se poderia contrair tais parasitas, mas procurei especular mais sobre os significados presente na lógica infantil do Gonzaga. Explicaram que a lombriga se desenvolvia nas pessoas, especialmente em crianças, quando ficavam com vontade de comer alguma coisa. Contaram que viram muitos casos em que crianças colocaram “*lombrigas para fora*” por não terem experimentado determinado alimento que viram outras comerem e que por isso, sempre que tivessem crianças por perto era para repartir o que comiam, porque a lombriga fazia as crianças adoecerem e só melhoravam quando comiam o que havia “*dado a lombriga*”.

O crime, o tráfico de drogas e as ruas representavam menos riscos aos olhos dos adultos e crianças no Gonzaga, mas a possibilidade de gerar lombrigas no interior dos corpos pela ideia de uma vontade não satisfeita, sobretudo pelo não compartilhamento

de um bem (comida) com os outros, conformava uma espécie de risco físico. Nesse mesmo amálgama ou bricolagem de lógicas sensíveis, riscos eram corridos pelos traficantes com a ameaça das invasões policiais e possibilidade de deixar a família desamparada. A polícia também representava riscos físicos para os moradores, menos proteção, percepção mais comum em outros contextos como o do condomínio etnografado.

Obviamente não é possível aproximar parasitas e policiais, embora muitos discursos o façam no plano retórico das noções de acusação, mas não deixa de ser curioso que ambos delimitam outras expressões metafóricas locais sobre o medo de que algo esteja sendo invadido, seja o corpo físico pela vontade alimentar não satisfeita, seja o “corpo social” que vê nas investidas policiais os perigos de se entregar à fome e ao desamparo a própria família.

3.6: Compartilhar do mundo adulto.

A questão da “adultização”, ou seja, de crianças vistas como miniaturas dos adultos, é também recorrente na atualidade, tanto no âmbito da produção do conhecimento científico quanto nos discursos cotidianos, na mídia e na propaganda¹⁶⁸, que são consideradas vilãs por não promoverem a distinção entre adultos e crianças.

¹⁶⁸ Para ver algumas propagandas dessa adultização, consultar o anexo VII.

Adultos e crianças escutam as mesmas músicas, assistem aos mesmos programas de televisão¹⁶⁹, consomem os mesmos produtos, usam os mesmos tipos de roupas e participam das mesmas conversas. Esse debate se tornou comum porque as crianças frequentemente estão partilhando daquilo que seria exclusivo do universo adulto: salões de beleza, clínicas de cirurgias plásticas, trabalho, relações sexuais.

Corriqueiramente esses discursos afirmam um desaparecimento da infância (Postman, 1999) ou uma falsa infância (Martins, 1993) e buscam por uma infância idealizada, uma “verdadeira infância” que viveria imersa na fantasia, imaginação e ludicidade. Nessa lógica, esses discursos mencionam as infâncias do passado como o modelo ideal e que são recordadas com nostalgia, procurando afirmar uma noção universal, desconsiderando a pluralidade dos modos de ser criança e as transformações ocorridas nas sociedades ao longo do tempo.

Atualmente em alguns contextos ou em algumas situações não há distinções e limites definidos entre os universos geracionais, porém, isso não significa que as crianças deixaram de ser crianças ao compartilhar desse universo adulto, mas evidencia que esses dois universos estão em constante interação.

¹⁶⁹ Para exemplificar como a televisão é considerada como uma das responsáveis por essa “adultização”, reproduzo uma citação de Neil Postman (1999) “[...] a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para apreender a sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público” (2008, p. 94).

Esse compartilhamento ou esse acesso ao mundo adulto pelas crianças normalmente ocorre pelo corpo. A temática do corpo já foi bastante problematizada nas Ciências Sociais por suas dimensões históricas e simbólicas (Mauss, 2003; Foucault, 2007; Malinowski, 1982; Seeger; Da Matta; Viveiros de Castro, 1979) e a partir desses debates, analisamos o corpo como uma construção social e cultural e não como um suporte natural, portanto, a maneira de lidar com o corpo varia de acordo com os contextos sociais. Nesse sentido, as crianças do Gonzaga vivenciam o corpo de maneira diferente das crianças do condomínio, conforme exemplos analisados anteriormente. Entretanto, nesse tópico, analiso como por meio do corpo essas crianças compartilham do mundo adulto.

A própria atividade desempenhada pelas crianças do Gonzaga que as colocam num regime de responsabilidades e afazeres domésticos, como limpar a casa, lavar roupas e louças, cuidar dos irmãos menores e tomar conta das crianças dos vizinhos para ganhar dinheiro, ou ainda recolher papelão e latinhas nas ruas com os pais, enfim, podem ser consideradas atividades impróprias às crianças, tal como advertido por Martins (1999) e já discutido nesse texto. Porém, essas atividades e esses afazeres faziam parte do ser criança no bairro e não eram consideradas como adultos por conta desses arranjos. Continuavam a serem crianças, mas crianças que tinham as suas responsabilidades.

No contexto do condomínio, as crianças não auxiliavam nas atividades domésticas, funções designadas para alguns adultos. Contudo, elas estavam enredadas em outras atividades concebidas dentro de um rol de responsabilidades, tais como praticar balé ou cursos de futebol, frequentar aulas de reforços e cursos de idiomas. Essas atividades também poderiam ser consideradas inapropriadas para crianças, porque de acordo com as definições universalizantes e corriqueiras, crianças só deveriam brincar e não ter responsabilidades.

Tomados como compromissos, enredam as crianças nos regimes da responsabilidade, da seriedade, da competitividade e da distinção a que igualmente são confinados os adultos. Entretanto, assim como no Gonzaga, tais compromissos não tornavam as crianças miniaturas dos adultos, mas revelava que tais atividades faziam parte do *habitus* e do repertório de experiências das crianças em contexto de condomínio.

Para ilustrar outras possibilidades desse compartilhamento do mundo adulto, retomo um assunto muito frequente na favela do Gonzaga: as “besteirinhas” das crianças. Devido à proximidade que tinha com algumas delas, certa vez me falaram sobre as “besteirinhas”. Perguntei em que consistiam e afirmaram em meio a risadas que “*besteirinha era besteirinha*”, mas respondi que não sabia o que era e pedi para que me

explicassem o significado¹⁷⁰. A princípio elas só ficaram rindo e se negaram a me contar, mas eu insisti para que me contassem. “Besteirinhas” eram atividades e/ou brincadeiras sexuais, podia ter penetração, toque ou apenas manuseio dos órgãos genitais.

De acordo com a concepção freudiana, sexualidade é um conjunto de atividades e fenômenos que dizem respeito ao exercício das funções sexuais. Para Freud (1996), o sexual tem em sua característica proporcionar prazer, mas em um sentido mais amplo que o prazer genital, pois abrange atividades que o transcendem, como a masturbação o toque e a sucção. Nessa mesma lógica, portanto, a sexualidade é um conceito utilizado para se referir ao campo das práticas e sentimentos associados à atividade sexual dos indivíduos (GROSSI, 1998).

Contudo, mesmo com a “descoberta” da sexualidade infantil, em que Sigmund Freud¹⁷¹ (1996) foi o grande precursor¹⁷², a opinião geral desconsidera ou não reflete sobre a sexualidade nessa época da vida, mesmo que sabemos que há uma sexualidade infantil, pois:

¹⁷⁰ Sim talvez isso soe como ingenuidade de minha parte, mas eu não sabia o que significava, talvez porque eu tenha tido uma infância “controlada”.

¹⁷¹ Não sou uma grande estudiosa das obras de Freud, entretanto, para elaborar essa tese li algumas de suas obras, pois suas reflexões foram consideradas como necessárias para dialogar e ilustrar o texto, de acordo com os pareceristas de uma revista científica de antropologia.

¹⁷² Isso porque falar em sexualidade infantil era algo novo em sua época.

[...] encontramos notas acerca da atividade sexual em crianças pequenas, sobre ereções, masturbações e até mesmo atividades semelhantes ao coito. Mas elas são sempre citadas como processos excepcionais, curiosidades ou exemplos assustadores de depravação precoce (FREUD, 1996, p. 163).

Isso porque pensamos mais em uma ausência das pulsões sexuais na infância porque não reconhecemos como “normalidade” as relações sexuais das crianças, pela lógica hegemônica de que as crianças são inocentes e que não têm vida sexual e também pela visão adultocêntrica, que estabelece uma hierarquia baseada na idade, em que as verdades das crianças são colocadas à prova e como se a vida sexual e a vida social só existissem quando se é adulto. Mas,

[...] ao contrário da visão adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre as categorias cosmológicas de grande rendimento e reconhece nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade (TASSINARI, 2007, p. 11).

Nesse sentido, em alguns momentos é mais “fácil” afirmar que as crianças mentem que aceitar suas sexualidades. Freud (1982) diria que isso é resultado da moral que incute no indivíduo as noções de vergonha, de pecado e do errado frente às práticas sexuais das crianças. Além disso, quando falamos em sexualidade ou em relações sexuais envolvendo crianças ou com crianças, acabamos nos remetendo à noção de exploração sexual infantil.

Atualmente, algumas discussões sociológicas têm contribuído para problematizar a concepção de que as crianças não tem vida sexual ou que quando essas atividades sexuais ocorrem, nem sempre estão associadas à alguma noção de exploração. Tatiana Landini (2006), ao realizar uma pesquisa sobre a prostituição infantil em São Paulo, não nega a existência do crime organizado e a exploração sexual impingida às crianças, entretanto, analisa outras abordagens e representações da prostituição na visão das próprias crianças.

Em seu trabalho a autora percebeu duas concepções a respeito da prostituição. Uma era aquela em que as crianças faziam programas para ganhar a vida, mas se sentiam exploradas pela prática e a outra concepção era daquelas crianças que faziam programas esporadicamente para satisfazerem as suas necessidades de consumo e de lazer e que não se consideravam exploradas, pois recebiam dinheiro em troca do “programa”. De acordo com as análises da autora, nessa concepção o enfoque foi a prostituição associada ao prazer. Desta forma, Landini (2006) contextualizou “o fazer programa” e não o indexou automaticamente à ideia de exploração sexual, reconhecendo o desejo sexual aí envolvido.

Procurando entender melhor o que seriam as besteirinhas para as crianças do Gonzaga, perguntei o porquê de nomear as atividades e as brincadeiras sexuais como besteirinhas. Elas me responderam que falavam dessa forma para os adultos não entenderem, ou pelo menos para que eu não entendesse, pois percebi que esse termo era

conhecido por outros adultos que também nomeavam suas brincadeiras “sexuais” de “fazer besteira”.

Nesse sentido, percebi que para as crianças as besteirinhas seriam consideradas como algo errado pelos adultos. Contudo, essas besteirinhas eram incentivadas por alguns adolescentes que filmavam as crianças nessas práticas. Soube disso porque em um dos relatos dessas besteirinhas, talvez pela minha expressão de questionamento, um dos meninos disse que chamaria o irmão para que me mostrasse uma gravação de Tatiana e Bruno, duas das crianças que frequentemente estavam em minha companhia.

De acordo com as narrativas, pois eu não vi as imagens, talvez por uma questão moral mesmo, a gravação mostrava as duas crianças transando na rua, atrás de um carro. Ao contar essas histórias as crianças se excitavam e tocavam seus órgãos genitais.

Depois que as crianças perceberam que eu não revelaria essas práticas para os seus pais, essas narrativas se tornaram um assunto muito comum e recorrente em nossos encontros. Os relatos mais frequentes eram dos irmãos Leonardo, Karina e Taís, pois eram os que mais faziam “*besteirinhas*”. Eles contavam que esperavam os pais adormecerem para fazer. Leonardo descia do beliche, ia até a cama de Karina e “enfiava nela” e depois ia para a cama de Taís para fazer a mesma coisa¹⁷³. Perguntei se as meninas gostavam e elas responderam que era gostoso. Nesse sentido, os relatos revelam uma desnaturalização do ser assexuado, ideia muito associada à criança.

¹⁷³ Não havia a possibilidade das meninas engravidarem porque eram bem novas, tinham seis e sete anos. O irmão tinha nove. Fiz essa nota porque talvez o leitor pudesse se perguntar sobre o risco de engravidar.

Algumas vezes, esses irmãos e outras crianças encenavam as “besteirinhas”. Indagava com quem e onde tinham aprendido a fazer essas besteirinhas. Cada criança respondia uma coisa, mas era consensual que tinham visto outras pessoas fazerem, algumas na televisão e outras tinham visto dentro das casas. Algumas tinham observado seus pais, que dividiam o mesmo quarto e outras espiavam o “negão” que morava em frente à casa de dona Francisca e nos fundos da casa de Leonardo Karina e Taís.

Desta forma, as crianças reproduziam e produziam as suas próprias besteirinhas, que eram ocultadas dos adultos, mas não foi ocultada de mim, que de certa maneira era um adulto diferente e porque sabiam que eu não relataria aos adultos.

A centralidade das relações sexuais entre as crianças foi abordada por Priscila Calaf (2009) ao fazer uma etnografia com meninos e meninas de rua de Brasília. Na pesquisa a autora buscou compreender como a disposição ativa para o sexo era fundamental na construção das identidades dessas crianças. Esse trabalho é inovador na antropologia urbana, pois na etnologia é mais comum discorrer sobre a vida sexual das crianças, desde trabalhos como o de Malinowski (1982)¹⁷⁴, por exemplo.

Calaf problematiza que por meio do sexo os meninos e meninas de rua passam a compartilhar de um *status* de adulto e que são diferentes das outras crianças justamente

¹⁷⁴ Malinowski (1982) refletiu sobre a vida sexual das crianças trobriandesas, mas ainda sob a ótica do divertimento e da brincadeira, como ilustrado na seguinte passagem: “A manipulação dos órgãos genitais e perversões secundárias, tais como a estimulação oral dos órgãos genitais, constituem formas típicas de divertimento” (p. 82). É também revelador quando os nativos contam ao autor que aos quatro ou seis anos as meninas são penetradas e ele não acredita. Afirma que aos oito ou nove anos é mais próximo da verdade. Reverberando assim, a sua própria concepção de certo e errado.

porque “trepar”. “Trepar é um meio de se diferenciar dos nenéns e das crianças de família, é um elemento simbólico de passagem para a vida de bicho solto, e paralelamente, para a situação de não crianças” (CALAF, 2007, p. 105).

Entretanto, a autora encontrou nas falas desses meninos e meninas de rua de Brasília a reprodução da visão hegemônica e adultocêntrica porque ao fazer sexo eles não são crianças pois dialogam e passam a fazer parte do universo adulto. Portanto, a relação sexual é representada como uma prática de adultos, contudo, as crianças podem fazer sexo e continuar a serem crianças. No Gonzaga, “*besteirinhas*” era a noção que pude apurar que permitia que continuassem a serem crianças, já que “sexo” é uma noção mais atrelada à condição do ser adulto, pela própria fala das crianças e pela denominação de *besteirinha* ao invés de sexo, transar ou trepar.

Pois, para as crianças a *besteirinha* não era exatamente sexo, sexo como o dos adultos, embora a prática seja a mesma, no plano discursivo e simbólico a *besteirinha* chancelava as crianças uma atividade que no domínio adulto é chamado de sexo. *Besteirinha* seria a forma de praticar a sexualidade sem o peso da experiência adulta, isso porque fazer *besteirinhas* não as tornavam adultas. Portanto, esse termo é muito mais do que um artifício para esconder dos adultos essas atividades “ilícitas”, pois, havia sexualidade entre as crianças, mas não havia sexo no sentido adultocêntrico atribuído ao termo.

Já no condomínio, o assunto da sexualidade não fez parte de nenhuma das conversas com as mães e crianças do condomínio Jardim Paulista. Contudo, isso não quer dizer que não havia a sexualidade infantil nesse contexto e nem a falta de preocupação com a temática enquanto no Gonzaga ela era vivenciada e experienciada. Esse tema obviamente no contexto de uma etnografia vigiada não era pauta de nossas discussões, portanto, embora silenciada, a sexualidade era percebida.

Era percebida pelos olhares atentos das mães e das responsáveis pelas crianças na separação dos espaços das brincadeiras de meninos e de meninas, que reproduzia o dimorfismo sexual, e, ao vigiarem as meninas quando estavam de saias enquanto brincavam para não deixarem a calcinha à mostra. O mesmo regime de vigia se dava nas atividades da recreação, especialmente na “noite do pijama” em que meninos dormiam de um lado e meninas dormiam de outro.

De acordo com Michel Foucault (2007) esses comportamentos demonstram a vigilância frequente em relação à possibilidade dos intercursos sexuais e a preocupação cada vez mais crescente com a sexualidade. “O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios [...] tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças” (FOUCAULT, 2007, p. 30). E, segundo o autor, nunca houve tanta preocupação com a sexualidade como na sociedade moderna e esses dispositivos de vigilância em relação às crianças atestam que ela existe ativa e permanentemente, mesmo que não seja verbalizada.

Dessa forma, a partir das análises do autor, não se fala menos de sexo, mas fala-se dele de outra maneira, através de discursos institucionalizados, que falam de outros pontos de vista, como as escolas, por exemplo, que revelaria de acordo com os seus saberes o sexo para as crianças. Sendo assim, é o oposto a repressão porque nunca se preocupou tanto com a sexualidade das crianças em que os adultos, em alguns casos mais e em outros menos, se mobilizaram em torno da sexualidade das crianças, pois cabem aos pais essa constante vigilância. Desta forma, a sexualidade, embora também pertencente ao universo das crianças, é considerada como uma exclusividade do mundo dos adultos, já que apenas estes poderiam vivenciá-la plenamente.

No condomínio, embora as crianças fossem vistas como seres que deveriam ser cercados de proteção e de atenção e cuidados especiais, havia momentos em que também não havia limites claros e definidos daquilo que era para criança e para adultos. A questão do regime, de negar guloseimas pelo receio da obesidade e de tomar remédio para emagrecer, como um dos casos já analisados, revelava a não distinção entre esses universos geracionais, pois regimes estéticos, preocupação com a balança, corriqueiramente são questões atribuídas aos adultos e não às crianças, embora existam crianças que façam regimes, mas por cuidados médicos e não estéticos.

Além dos regimes puramente estéticos, as crianças, especialmente as meninas do condomínio, frequentavam espaços considerados como sendo de adultos, como salões de beleza e as clínicas de cirurgias estéticas¹⁷⁵.

Essas crianças frequentavam os salões de beleza em companhia de suas mães. Faziam escova nos cabelos, algumas tingiam ou faziam mechas de outras cores no cabelo, faziam alisamento, faziam as unhas, depilação, sobrancelha e buço. Algumas também se submetiam ao bronzamento artificial. Esses relatos vinham das mães e das crianças que nitidamente gostavam de cuidar da aparência, pois contavam e mostravam os tratamentos com alegria e não de maneira contrariada porque não eram forçadas a irem aos salões, desde bem pequenas acompanhavam as mães e pediam para pintar as unhas, arrumar o cabelo e passar maquiagem.

Quando eu indagava se os produtos utilizados não eram nocivos à saúde das crianças, se não causavam alergia ou intoxicação, as mães me respondiam surpresas, era como se elas se perguntassem como eu não sabia dessas coisas, que atualmente tinham produtos voltados especialmente para as crianças: esmaltes sem determinados produtos químicos, tinturas e maquiagens para crianças, assim como produtos para alisamento. Afirmavam também que se considerassem essas intervenções como riscos não permitiriam que as crianças se submetessem a eles e se as submetiam era justamente para cuidar das crianças e de suas aparências.

¹⁷⁵ Para visualização das noções de adultização das crianças, consultar o anexo VII.

No Gonzaga, as crianças também apreciavam os tratamentos de beleza e, embora obviamente não frequentassem salões de beleza para esses cuidados, as intervenções no corpo eram feitas em suas casas, pelas mães, avós, irmãs e cunhadas. Eu também me envolvia nessas tarefas porque eu fazia chapinha e maquiava as crianças a pedido delas mesmas. Para essas tarefas, o pai de três crianças que ficavam sob meus “cuidados” disponibilizou um espaço de sua casa, uma espécie de garagem em que guardava alguns objetos quebrados ou sem uso. Eu ficava horas fazendo chapinha nas meninas e meus braços até adormeciam, porque todas queriam passar por esse cuidado com o cabelo e ficarem bonitas com a maquiagem, o que tem, certamente, relação com os jogos da sexualidade ali presentes.

Esses objetos, a chapinha e as maquiagens, acabaram ficando com as crianças que os revezavam nos momentos em que eu não estava no bairro. Muitas pessoas passavam em frente à garagem, sentavam para conversar e ninguém questionava ou afirmava que fazer chapinha ou se maquiar era coisa para adulto.

Nesse sentido, a preocupação em torno das noções de ser adulto e ser criança e frequentar esses espaços de beleza eram preocupações minhas e não das interlocutoras da pesquisa, tanto as adultas como as crianças, revelando que escova e chapinha nos cabelos, pintar as unhas e fazer maquiagem fazia parte das experiências e vivências das crianças, tanto do condomínio quanto do Gonzaga, não representando assim um modo de adultização, pois ainda eram consideradas como crianças, embora compartilhassem

desses cuidados e com a preocupação com a aparência, frequentemente associados ao universo adulto.

Não obstante, esses cuidados de si com a aparência eram mais nítidos no condomínio, pois além de frequentar salões de beleza, duas crianças já tinham feito cirurgia plástica nas orelhas porque de acordo com as mães elas tinham orelhas “*de abano*”, havendo assim, a necessidade de fazer essa intervenção.

Desta forma, a preocupação com a aparência e com os cuidados estéticos faziam parte do universo infantil nos dois contextos, embora os investimentos sobre os corpos variassem em intensidade e mesmo em qualidade. E, mesmo que partilhem de espaços, de tratamentos e de cuidados que comumente são considerados para adultos, não deixavam de serem crianças, revelando a existência das possibilidades de ser criança, pois “contrariamente à proclamada “morte da infância”, o que a contemporaneidade tem apontado é a pluralização dos modos de ser criança” (SARMENTO, 2004, p. 09).

Portanto, a etnografia mostrou que nesses contextos, não podemos falar em desaparecimento da infância (POSTMAN, 1999) ou de falsas infâncias (Martins, 1993), pois significaria pensar em um único modelo universalizante. Nesses contextos seria temerário afirmar que por compartilharem de coisas de adultos não teriam infância, pelo contrário, de certa forma, as crianças podem compartilhar e interagir com o mundo adulto.

Assim, de modos diferentes e de acordo com as particularidades dos contextos sociais, há momentos em que não há distinções e limites claros entre os universos geracionais, revelando a nítida influência do universo adulto na vida das crianças e a influência das crianças na vida dos adultos.

Considerações Finais

Conforme salientado no início deste texto, a intenção de pesquisar crianças moradoras de dois contextos sociais distintos: condomínio e favela, foi ampliar o debate antropológico sobre as noções de infância e criança, trabalhando na interface entre a antropologia da criança e a antropologia urbana.

Porém, conforme percebido ao longo do texto, as dificuldades em estar imersa nas vivências das crianças da favela do Gonzaga e do condomínio Jardim Paulista, estiveram condicionadas às estratégias que se apresentaram ao longo do processo de acercamento dessas realidades, ao contato e às negociações em campo, que operaram de maneiras distintas nesses dois contextos etnografados. Entretanto, o esforço de observação das situações cotidianas das crianças e dos adultos nesses dois contextos foi revelando que, aquilo que a princípio se apresentava como um problema metodológico tornou-se uma estratégia em que pude vislumbrar o rendimento analítico da pesquisa, pois essas diferenças desvelavam a noção de infâncias possíveis e dos modos de ser criança em contextos distintos. Além disso, a própria pesquisa problematizou a presença possível do antropólogo em campo.

As possibilidades comparativas foram exploradas nos dois contextos desde a estratégia de aproximação, pois em ambos os casos (favela e condomínio) foram utilizadas as composições de desenhos. Enquanto no Gonzaga os desenhos eram mais

“livres” e sem a interferência direta dos adultos, embora o universo dos adultos se revelasse nos desenhos, conforme analisado, no condomínio esses desenhos eram controlados e até mesmo confeccionados pelos adultos que acompanhavam as crianças. Se no Gonzaga eu era considerada como um adulto atípico porque eu brincava com as crianças e frequentemente podia ser vista no parquinho (nas balanças e gangorras) no Jardim Paulista eu não poderia ser um adulto diferente pelo fato de brincar, pois essas crianças estavam habituadas a brincarem com os adultos e observarem os adultos no *playground*.

À medida que os dados etnográficos apareciam no texto foi sendo possível visualizar essas possibilidades de ser criança nesses dois contextos sociais distintos. Ficou perceptível que as noções de cuidados e proteção tinham sentidos diferentes nos dois lugares e, diferente dos discursos estatais e cotidianos, as crianças da favela não são descuidadas e/ou desprotegidas. Mas, esses termos, ganham ali no Gonzaga conotações distintas daquelas do condomínio e do Estado, em que proteger e cuidar estavam associados a proteger da violência, do crime, das ruas...

No Gonzaga as crianças ficavam na rua, sinal de perigo para os moradores do condomínio, entretanto, naquele contexto a rua era o espaço em que as pessoas se conheciam e se reconheciam (Magnani, 2003), além de ser o espaço privilegiado para o estabelecimento de relações sociais, bem distinto do lugar perigoso e desconhecido dessa visão mais geral sobre a rua. Desta forma, para os adultos do condomínio, com os

quais manteve contato, a rua representava sim a noção de risco e de perigo, mesmo sendo uma rua “privada” e com pouco movimento. Mas para grande parte dos moradores do Gonzaga a rua, que era pública, era o espaço de manutenção das relações de vizinhança, amizade, socialização e aprendizado; seja entre pares seja com os adultos. Nesse aspecto, estar na rua não representava a falta de proteção, abandono ou falta de cuidados, apenas formas distintas de vivenciar as noções de cuidados e proteção.

No desenrolar do texto, também foi possível observar as diferentes dinâmicas familiares nesses contextos, desde famílias pequenas no condomínio a famílias numerosas na favela. Entretanto, a rede de ajuda nos cuidados com a casa e com quem deixar os filhos foi visível nas etnografias, embora em um contexto a rede de ajuda fosse mais extensa e em outro geralmente se pagava pela ajuda. Nesse aspecto de pensar famílias possíveis vimos a ambiguidade entre a situação de dependência e autonomia das crianças, especialmente no contexto do condomínio.

Pois, em certos momentos, como na escolha do tema das festas de aniversários, viagens familiares e escolha alimentar as crianças eram as protagonistas e as agentes nessas relações. Em contrapartida, em outros momentos estavam dependentes das vontades e decisões dos adultos. Já no Gonzaga essa agência era mais nítida no cotidiano, pois as crianças eram menos dependentes dos adultos e tinham mais autonomia em suas decisões, podiam andar pelo bairro sem avisar aonde iam, saíam

para as mercearias, para os piqueniques... É óbvio que os adultos viam esse trânsito das crianças, mas simplesmente não precisar avisar todos os passos a serem dados garantia certa “liberdade”. Portanto, esses níveis de dependência e autonomia variam nos contextos. Sem contar nos casos em que as crianças tinham algum dinheiro que conseguiam com seus trabalhos. O fato de trabalhar olhando outras crianças, auxiliar nas tarefas e afazeres domésticos não as tornavam adultas, nem tampouco menos crianças, apenas revelava algumas possibilidades de vivenciar essa infância.

Assim como o fazer besteirinhas não as tornavam adultas no Gonzaga, mas permitiam que experimentassem e experienciassem a sexualidade, diferente do condomínio em que essa sexualidade era controlada e vigiada pelos adultos. Entretanto, isso não quer dizer que ela não existia entre as crianças do Jardim Gonzaga. O mesmo ocorre com o compartilhar do mundo adulto pelas crianças do condomínio: fazer intervenções plásticas, frequentar salões e fazer regimes, não era associado ao universo adulto, assim como os possíveis riscos que esses métodos poderiam causar. Pois ali, essas intervenções não eram consideradas como práticas arriscadas, pois, conforme já dito, o risco era o de fora, ou melhor dizendo, era tudo aquilo que o Gonzaga representava.

Entretanto, o Gonzaga não era considerado um risco pela maioria de seus moradores, tampouco a rua e o narcotráfico. O risco estava muito mais associado à violência policial que a violência vinda da “criminalidade” local, que ilustrava páginas

policiais e permeava os discursos das classes privilegiadas e o risco de um possível traficante deixar a família desamparada. Estes eram os riscos reais. Também não podemos nos esquecer das lombrigas, que era um risco real e físico que atacava principalmente as crianças. Negar um alimento representava um risco à saúde, especialmente em um contexto em que as crianças não podiam consumir tudo aquilo que viam nas prateleiras dos supermercados. Ao passo que, para as crianças do condomínio, a comida representava risco. O risco de engordar.

Sendo assim, por meio dessa etnografia e dessas possibilidades comparativas não encerrei as discussões sobre infâncias e crianças, pelo contrário, procurei ressaltar dessa comparação das experiências e vivenciais infantis em contextos sociais distintos, como esses conceitos são flexíveis, assim como os conceitos de proteção, cuidado, violência, risco, adulto, família e rua. Pois, o objetivo não era o de enfatizar ou mostrar uma infância ideal ou uma infância modelo em detrimento de outra, mas problematizar que não há certo ou errado entre as situações narradas e analisadas, mas há possibilidades de ser criança, assim como há possibilidades de ser adulto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena. **Cenas juvenis - punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

ALMEIDA, Ronaldo. "Religião na metrópole paulista". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 10 número 56 outubro, 2004, p. 15-27.

ALMEIDA, Ronaldo; D'ANDREA, Tiaraju. "Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana." In: **Revista Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, número 68, 2004, p. 94-106.

ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan SA, 1978.

ÁVILA, Milene Peixoto. **Periferia é periferia em qualquer lugar? Antenor Garcia: estudo de uma periferia interiorana**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCSO. Universidade Federal de São Carlos.

BARBOSA, Antonio Rafael. **Um abraço para todos os amigos. Algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Niterói: Ed. Da Universidade Federal Fluminense, 1998.

BARNABÉ, Francisco. **Transformações urbanas na cidade de São Carlos: condomínios residenciais fechados e novas formas de sociabilidade**. 2007.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCSO, Universidade Federal de São Carlos.

BARROS, Miriam. **Autoridade e afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BEGNAMI, Patrícia. **Pelos olhos das crianças: uma etnografia da favela do Gonzaga.** 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

_____. **A experiência da infância e da juventude no Jardim Gonzaga: práticas de lazer e sociabilidade num bairro periférico de São Carlos.** 2005. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

_____. “As crianças como interlocutoras das pesquisas antropológicas”. In: **Reunião Brasileira de Antropologia.** 27^a rba. *Anais de evento.* Belém/PA, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.** 2^a edição. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

BIONDI, Karina. “Tecendo as tramas do significado: as facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais”. In GROSSI, HEILBORN, MACHADO (org) **Antropologia e Direitos Humanos 4.** Florianópolis: Nova Editora, 2006, p.303-350.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho." In: Maricato (org) **A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 117-154.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: a crítica social do julgamento**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

_____. "Três estudos sobre Etnologia Cabila". In: **Esboço de uma teoria da prática – precedido de três estudos sobre etnologia Cabila**. Oeiras: Celta, 2002.

CALAF, Priscila. **Criança que faz criança: (dês) construindo sexualidade e infância com meninos e meninas de rua**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade dos Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed34/Edusp, 2000.

CANDIDO, Antonio. **The Brazilian Family**. T. Lynn Smith; Alexander Marchant (eds). Brazil: Portrait of Half a Continent. Nova York: The Dryden Press, 1951.

CARVALHO, José. "O Jogo das Bolinhas de Vidro: Uma Simbólica da Masculinidade". In: **Anuário Antropológico/87**, pp. 191-222. Brasília/Rio de Janeiro: EDUnB/Tempo Brasileiro, 1990.

CARVALHO, Maria do Rosário; NUNES, Ângela. “Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância”. In: **31º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2007 (no prelo).

CARVALHO, Ana M. Almeida; PONTES, Fernando A. R. **Brincadeira e Cultura**. Volume 1. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2000.

CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. **Research with children: perspectives and practices**. London: Falmer Press, 2000.

CODONHO, Camila. **Aprendendo entre pares: a transmissão horizontal de saberes entre as crianças indígenas Galibi-Marwono**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005a.

_____. “O desenho das crianças e o antropólogo: reflexões a partir das crianças mebengokré-xikrin”. In: **Reunião de Antropologia do Mercosul**. 2005. *Anais da VI Reunião de Antropologia do Mercosul*. Montevideu/Uruguai, 2005b.

_____. **A criança indígena. A concepção xikrin de infância e aprendizado**. 2000. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, 2000.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CORRÊA, Mariza. **Colcha de Retalhos. Estudos sobre a família no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 443-464, 2005.

COSTA, Jurandir. **Ordem médica e Norma familiar**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal edições, 1983.

DALARI, Dalmo. **Os direitos da criança**. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. **Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. Volume 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.º 39), 1966.

DURHAM, Eunice. “A pesquisa antropológica com populações urbanas”. In RUTH CARDOSO. **A Aventura Antropológica**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.17-37.

DURKEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 11ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **L' education morale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FERNANDES, Florestan. “Aspectos da educação na sociedade Tupinambá”. In: SCHADEN, Egon. **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

_____. **Folclore e Mudança social na cidade de São Paulo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

FLEISCHER, Soraya; BONETTI, Aline. “DOSSIÊ. Etnografia Arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo”. **Teoria & Pesquisa**. Revista de Ciência Política. São Carlos: UFSCar, 2010, vol. 19, número 1, p. 07-17.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2000.

_____. “Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros”. In: **Psicologia**. USP. Vol 13, número 2. São Paulo, 2002, p. 49-68.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo, Graal, 2007.

_____. **Vigiar e Punir**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

FREUD, Sigmund. **A sexualidade infantil**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996.

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 2ª edição. São Paulo: Publifolha, 2010.

FRÚGOLI, Heitor. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia”. In: **Revista Antropológica**, São Paulo: USP, 2005, vol. 48, n. 1, p. 133-165.

_____. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDMAN, Marcio. “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia”. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol 46, n. 2, p.423-444, 2003.

GREGORI, Maria. **Viração - Experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GROSSI, Mirim. “Identidade de gênero e sexualidade”. In: **Coleção Antropologia em Primeira Mão**. PPGAS – UFSC, 1998.

GUASCO, Pedro Paulo. **Num país chamado Periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS- Universidade Estadual de São Paulo.

HARDMAN, Charlotte. Can there be an Anthropology of Children? **Journal of the Anthropological Society of Oxford**. 4 (2), p. 85-99, 1973.

HASSEN, Maria de Nazareth. “Da visita íntima na prisão: a corporalidade negociada”. In: ONDINA LEAL (org), **Corpo e significado**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. “Gênero, sexualidade e saúde”. In: **Saúde, Sexualidade e Reprodução – Compartilhando responsabilidades**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110.

JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and Reconstructing Childhood**. Basingstoke: Falmer Press, 1990.

KRAMER, Sonia. “Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças”. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, n. 116, p. 41-59, 2003.

KUSCHNIR. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

LANDINI, Tatiana. **Horror, honra e direitos. Violência sexual contra adolescentes no século XX.** 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPS. Universidade de São Paulo, 2006.

LECZNIESKI, Lisiane. **Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiweu.** 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1973.

MAGNANI, José G. **Festa no pedaço. Cultura Popular e lazer na cidade.** São Paulo: Editora Unesp, 2003.

_____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais.** (ANPOCS), vol. 17, n.º 49. p. 11-29. 2002.

_____. “A rua e a evolução da sociabilidade”. In: **Cadernos de História de São Paulo** 2, jan/dez 1993.

MAGNANI, José Guilherme; MANTESE, Bruna (org.). **Jovens na metrópole. Etnografias de circuito de lazer, encontro e sociabilidade.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Editora Abril, 1978.

_____. **A vida sexual dos selvagens.** Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1982.

MANTOVANELLI, Thaís. **Crianças invisíveis da Reserva Indígena do Icatu - SP.** 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS. Universidade Federal de São Carlos.

MARQUES, Carolina. **A cidadania como metáfora: o projeto de formação e organização de meninos e meninas do movimento de meninos e meninas de rua.** 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARTINS, José de Souza. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1993.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento.** 4a edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Growing up in New Guinea.** London, Penguin Books, 1963.

MOURA, Cristina. **Condomínios no Brasil Central: expansão urbana e antropologia.** Brasília, Letras livres, Ed. Universidade de Brasília, 2012.

NEVES, Ednalva. **Antropologia e ciência: uma etnografia do fazer científico na era do risco.** São Luís: EDUFMA, 2008.

NUNES, Angela; SILVA, Aracy. Contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da criança. In: SILVA, Aracy; MACEDO, Ana; NUNES, Angela. **Crianças indígenas. Ensaios Antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

NUNES, Angela. “No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A’uwê-Xavante”. In: SILVA, Aracy; MACEDO, Ana; NUNES, Ângela. **Crianças indígenas. Ensaios Antropológicos**. São Paulo: Global, 2002.

NUNES, Brasilmar. “Notas Teóricas para o Estudo de Classes no Meio Urbano”. In: **Série Sociológica** nº 167, Brasília - DF, 1999.

PARK, Robert. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In Otávio Velho (org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PEREIRA, Alexandre. “**A maior zoeira**”: experiências juvenis na periferia de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIAGET, Jean. **Aprendizagem e conhecimento**. São Paulo: Freitas Bastos, 1974.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2008.

ROSA, Thaís. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do Gonzaga de favela a bairro de periferia**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SAMAIN, Etienne. “Balinesecharacter (re) visitado”. In: ALVES, André e SAMAIN, Etienne. **Os argonautas do mangue precedido de Balinesecharacter (re) visitado**. Campinas: Editora Unicamp/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

SANTOS, Matheus. **Projeto vivências em atividades diversificadas de lazer: um olhar nos processos educativos**. Monografia para conclusão do VII curso de Especialização em Lazer na UFMG, Belo Horizonte, 2005.

SANTOS, Carlos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa – apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. São Paulo: Projeto Editores, 1985.

SARAIVA, Marina. **A fábula da metrópole. A cidade do pondo de vistas de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPS. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SARMENTO, Manuel. “Imaginário e culturas da infância”. In: **Cadernos de Educação**. Pelotas, vol. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

_____. “As Culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade”. In: SARMENTO, M; CERISARA, A. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. Família patriarcal entre os pobres urbanos? In: **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 82, p. 37-41, agosto de 1992.

SEEGER, A.; DA MATTA, R. e VIVEIROS DE CASTRO, E. A construção da Pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: **Boletim do Museu Nacional.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, n'32, maio 1979, p. 2-19.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade; um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, Evaristo (Org.) **Simmel.** São Paulo: Ática, 1983.

SCHADEN, Egon. “Educação indígena”. In: **Problemas Brasileiros**, ano XVI, n. 152, p. 23-32, 1976.

SCHWARCZ, Lilia. “Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado”. In: **Ciência e Cultura**, vol. 64. São Paulo, p. 48-55, Jan. 2012.

SOUSA, Emilene. “A trilogia da infância camponesa: aprendizagem, ludicidade e trabalho”. In: **31º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2007 (no prelo).

SZTUTMAN, Renato. Por uma antropologia da criança. Resenha do livro *Antropologia da Criança* (Clarice Cohn). **Zero a seis**, UFSC, n. 12, 2005.

TASSINARI, Antonella. “Múltiplas Infâncias: o que a crianças indígena pode ensinar para quem já foi à escola” ou “A sociedade contra a escola”. In: **33º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2009 (no prelo).

_____. “Concepções indígenas de infância no Brasil”. In: **Tellus**, número 13, Campo Grande, 2007, p. 11-25.

TOREN, Christina. “Anthropology as the whole sciene of what is to be human”. In: FOX; KING (eds) **Anthropology Beyond Culture**. Berg: Oxford, 2002.

_____. Como sabemos o que é verdade? O caso do *mana* em Fiji. **Mana**, Rio de Janeiro, v.12, n. 02, p. 449-477, 2006.

TRAGANTE, Christiane. “Criança só faz arte?: notas de uma etnografia nas aulas de Artes”. In: **34º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2010 (no prelo).

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, 8 (1), p. 113-148, 2002.

ZALUAR, Alba. “Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas”. In RUTH CARDOSO. **A Aventura Antropológica**. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.107-126.

WAGNER, Roy. **The invention of culture**. 2a ed. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

Documentos citados

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Lei número 8069/90.

HABITAR Brasil. Prefeitura Municipal de São Carlos, Programa Habitar Brasil (BID) – Programa de urbanização integrado. Vol 3 – Trabalho e participação comunitária, maio de 2002.

Sites consultados

<<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/index.html>> Acesso em 06.07.2013.

<<http://unidosporaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>> Acesso em 05.02.2013.

<<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/secretarias-municipais/115251-secretaria-municipal-de-cidadania-e-assistencia-social.html>> Acesso em 25.02.2012.

<www.piscinaararas.blogspot.com> Acesso em 10.03.2013.

<https://fr-fr.facebook.com/permalink.php?story_fbid=403385099734492&id=19918509342837> Acesso em 26.06.2013.

<<http://www.primeirafila.net/2011/06/dario.html>> Acesso em 26.06.2013.

<<http://www.saocarlosagora.com.br>> Acessos em 2011 e 2012.

<<http://www.jornalpp.com.br>> Acessos em 2011 e 2012.

<<http://www1.folha.uol.com.br>> Acessos em 2011 e 2012.

ANEXOS

Anexo I

Algumas imagens da quadra poliesportiva da favela do Gonzaga e seu entorno



Lateral da Estação Comunitária, que contém uma USF, quadra poliesportiva, espaços para oficinas e parquinho infantil. **Fonte:** Google Earth.



Entrada da Estação Comunitária. **Fonte:** Luiz Ferreira¹⁷⁶, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>



Amplo buraco abaixo do orelhão. **Fonte:** Luiz Ferreira, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>

¹⁷⁶ Luiz Ferreira é o responsável pelo blog *Unidos por São Carlos*, cujo objetivo é informar à população sobre a aplicação da verba do orçamento público, visando orientar os moradores dos bairros sobre os seus direitos.



Parquinho sem brinquedos. **Fonte:** Luiz Ferreira, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>



Entrada para os sanitários. **Fonte:** Luiz Ferreira, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>



Entorno da quadra poliesportiva. **Fonte:** Luiz Ferreira, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporsaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>



Visão lateral da quadra. **Fonte:** Luiz Ferreira, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporsaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>



Quadra poliesportiva. **Fonte:** Luiz Ferreira, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporsaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>



Unidade de Saúde da Família (UFS). **Fonte:** Luiz Ferreira, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporsaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>



Ao fundo visualiza-se a USF. **Fonte:** Luiz Ferreira, 2011. Imagem disponível em: <http://unidosporsaocarlos.blogspot.com.br/2011/01/centro-de-lazer-do-jardim-gonzaga.html>

Anexo II

Fotos da ocupação e do processo de urbanização do Gonzaga: décadas de 70, 80 e 90.

Barracos ano de 1979.



Fonte: ROSA, 2009, p. 93.



Fonte: ROSA, 2009, p. 93.



Fonte: ROSA, 2009, p.93.



Fonte: ROSA, 2009, p. 94.



Fonte: ROSA, 2009, p. 94.



Fonte: ROSA, 2009, p. 94.



Fonte: ROSA, 2009, p. 95.



Fonte: ROSA, 2009, p. 95.



Fonte: ROSA, 2009, p. 95.



Fonte: ROSA, 2009, p. 96.



Fonte: ROSA, 2009, p. 96.



Fonte: ROSA, 2009, p. 96.



Fonte: ROSA, 2009, p. 97.



Fonte: ROSA, 2009, p. 97.



Fonte: ROSA, 2009, p. 97.



Fonte: ROSA, 2009, p. 98.

Décadas de 80 e início de 90.



Fonte: ROSA, 2009, p. 168.



Fonte: ROSA, 2009, p. 169.



Fonte: ROSA, 2009, p. 169.

Anexo III

Representações midiáticas: algumas reportagens veiculadas na mídia jornalística de São Carlos sobre a favela do Gonzaga.

28/01/2013

Força Tática descobre mais um ponto de tráfico no Jardim Gonzaga

A Força Tática da Polícia Militar descobriu na noite deste domingo (27) um ponto de tráfico de drogas, na rua Maranhão, na região do jardim Gonzaga. Duas pessoas foram detidas.

A PM fazia patrulhamento pelo local dos fatos quando avistou um adolescente de 16 anos em frente a uma residência. Com ele, os PMs encontraram dois pinos de cocaína. Na casa do menor, os policiais encontraram 15 pedras de crack, 35 pinos de cocaína, uma pedra bruta de crack, uma balança de precisão, dois celulares e mais R\$1.123,45 em dinheiro.

O adolescente disse aos policiais que a droga pertencia ao jovem J.W.P. de 23 anos que estava na casa de sua família comemorando um aniversário de uma criança. Os policiais foram até o local e o detiveram.

J.W.P. e o adolescente foram encaminhados ao Plantão Policial. O maior foi qualificado em Boletim de Ocorrência e liberado. O menor foi encaminhado ao NAI.

Notícia disponível em:

<http://www.saocarlosagora.com.br/policia/noticia/2013/01/28/38207/forca-tatica-descobre-mais-um-ponto-de-traffic-no-jardim-gonzaga/>

Terça, 27 Março 2012

Mais um jovem é preso vendendo drogas

Mais um traficante está atrás das grades em São Carlos, graças ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Polícia Militar. O fato mais recente aconteceu por volta das 2h desta terça-feira, 27, quando foi apreendido um tubo de plástico contendo 16 pedras de crack e 23 pinos de cocaína, além de 12 invólucros de maconha em poder de J.D.S., 20 anos, na escadaria do Jardim Gonzaga.

A equipe de Rádio Patrulhamento, composta pelos soldados Rodrigues e Bortolozzo, receberam a informação de que havia um rapaz vendendo drogas na travessa Oito. Quando os PMs chegaram ao local depararam com o suspeito. Ele foi detido e como a história relatada não convenceu, foi levado ao plantão e o delegado Adriano Callsen Alexandrino autuou por tráfico de entorpecentes. Ele foi recolhido ao Centro de Triagem.

Notícia disponível em:

<http://www.jornalpp.com.br/policia/itemlist/tag/jardim%20gonzaga>

Sexta, 27 Abril 2012

Traficante vai preso após vender droga a viciado

A Força Tática prendeu na noite desta quinta-feira, 16, S.V., 21 anos, quando vendia cocaína para um viciado. A prisão aconteceu na avenida Maranhão, no Jardim Gonzaga. O sargento Maurício e os soldados Ricardo Augusto e Marco Aurélio estavam em rondas quando flagraram o acusado passando algo para A.L.P., de 50 anos, que estava no interior de um carro.

Os dois homens foram abordados. Ele alegou que estava comprando droga do traficante. Quando S.V. foi revistado os policiais encontraram R\$ 48,00 e 4 pinos de cocaína. Ambos foram conduzidos ao plantão. S.V. foi autuado em flagrante por tráfico e recolhido no Centro de Triagem. O viciado foi liberado após o registro do Termo Circunstanciado.

Notícia disponível em:

<http://www.jornalpp.com.br/policia/itemlist/tag/jardim%20gonzaga>

Segunda, 30 Abril 2012

Mais um ‘vovô do tráfico’ vai preso

A Força Tática prendeu na noite deste domingo, I.A.M., 51 anos, quando vendia crack, na rua José Roberto Roda, no Jardim Gonzaga. Os policiais realizavam rondas, quando avistaram o homem em atitude suspeita vendendo drogas para um motociclista. Ele foi abordado e encontrados em seu poder 22 pedras de crack.

O ‘vovô do tráfico’ confessou que era apenas viciado e foi autuado por porte de entorpecente e foi liberado. O motociclista ao avistar a viatura fugiu.

Notícia disponível em:

<http://www.jornalpp.com.br/policia/itemlist/tag/jardim%20gonzaga>

Terça, 15 Maio 2012

Homem é baleado em sua própria casa

Um jovem de 29 anos escapou da morte, ao ser baleado dentro de sua própria casa e sobreviver. Os autores da tentativa de homicídio não foram identificados e o caso aconteceu na rua Leopoldino Galvão, no Jardim Gonzaga. A PM foi acionada na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Vila Prado onde havia dado entrada Gilvan Silva Brito, 29 anos, com ferimentos provocados por disparos de arma de fogo.

Os policiais apuraram que a vítima estava no interior de uma casa quando homens desconhecidos desferiram vários tiros em sua direção. Ele foi socorrido por populares e devido a gravidade foi levado pelo Samu até a Santa Casa onde permanece internado.

O delegado Reinaldo Lopes Machado esteve no local com sua equipe e iniciou as investigações sobre a tentativa de homicídio. O crime foi registrado no plantão policial.

Notícia disponível em:

<http://www.jornalpp.com.br/policia/itemlist/tag/jardim%20gonzaga>

Sexta, 08 Junho 2012

Galego morre em troca de tiro com a Polícia

Suspeito de ser um dos matadores de Aparecida Conceição Ratti, 50 anos, no dia 11 de março deste ano, Erivaldo José da Silva, 27 anos, conhecido como Galego morreu por volta das 21h desta sexta-feira, 8, em troca de tiros com a policiais militares da Força Tática de São Carlos. O confronto ocorreu após ele reagir a prisão expedida pela Justiça.

Foi apurado pela reportagem do portal www.jornalpp.com.br a PM recebeu denúncia de que Galego estava em uma residência na rua Pernambuco no Jardim Gonzaga.

Varias equipes da Força Tática sob o comando do tenente Rodrigo foram para o local. Para evitar qualquer chance de fuga, os policiais fizeram um cerco. Quando Galego percebeu que seria preso, começou a atirar. Os policiais revidaram e Galego levou a pior e acabou sendo alvejado. Ele foi socorrido por uma unidade do Samu até a Santa Casa. No entanto não resistiu aos ferimentos e morreu.

Os policiais encontraram com ele dois HTs, dois revólveres calibre 38, celular, dinheiro, relógios e drogas. O delegado Caio Ibere Gobato compareceu com sua equipe no local e ouviu os policiais que participaram do confronto. A ocorrência foi registrada no plantão.

O capitão Jeferson disse a reportagem que desde o homicídio as Polícias Militar e Civil vem trabalhando em conjunto para prender os acusados deste crime que vitimou Cidinha Ratti. Ele enfatizou todo o trabalho de inteligência e logística realizado pelos policiais militares da

Força Tática para prender o perigoso bandido, que é acusado de praticar vários roubos na cidade. O corpo de Galego está sendo velado no Velório Municipal e seu sepultamento será às 15h deste sábado, 9, no Cemitério Municipal Nossa Senhora do Carmo.

Notícia disponível em:

<http://www.jornalpp.com.br/policia/itemlist/tag/jardim%20gonzaga>

02/05/2011

DISE estoura ponto de tráfico no Gonzaga



Policiais da Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes (DISE) apreenderam na manhã desta segunda-feira (2) uma grande quantidade de drogas no Jardim Gonzaga. Um jovem de 18 anos foi preso em flagrante.

A apreensão aconteceu por volta das 8h40. Após um trabalho de investigação, a equipe do delegado Gilberto de Aquino foi até a travessa 2 e na casa de A.A.B., encontrou duas

balanças digitais, 490 cápsulas de cocaína vazias, material de embalagem, 120 pedras de crack, produtos para serem misturados a cocaína e um rádio comunicador.

A informação é que a droga era distribuída para pequenos traficantes, inclusive crianças e adolescentes, que vendiam o entorpecente nas ruas do bairro.

No quarto do pai do jovem, D.B.B., 53, os policiais localizaram uma pequena porção de maconha, que segundo o suspeito era para o seu consumo.

O jovem foi autuado em flagrante por tráfico de entorpecentes e em seguida recolhido ao Centro de Triagem local. O pai dele foi liberado.

<http://www.saocarlosagora.com.br/policia/noticia/2011/05/02/17320/dise-estoura-ponto-de-traffic-no-gonzaga/>

09/05/2011

Jovem é morto a enxadas no Gonzaga

Guilherme tinha apenas 18 anos e foi brutalmente assassinado.

O jovem Guilherme Felipe Oliveira, de 18 anos, foi encontrado morto, por volta das 7h desta segunda-feira (9), em uma casa na rua Júlio Rizzo, no Jardim Gonzaga. Ele recebeu várias pauladas e golpes e enxada na cabeça.

De acordo com as primeiras informações ele morava na Vila Prado, mas frequentemente utilizava a residência no Jardim Gonzaga. Dentro do imóvel foi encontrada uma balança de precisão e um caderno com anotações de venda de entorpecentes, o que aponta que o local funcionava como uma boca de fumo.



Uma briga por disputa de ponto de venda de drogas pode ter sido o motivo do crime.

A equipe do plantão policial esteve no local, mas nenhum vizinho quis dar informações sobre o crime.

Após realizado o trabalho da perícia o corpo de Oliveira foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) de São Carlos.

Notícia disponível em:

<http://www.saocarlosagora.com.br/policia/noticia/2011/05/09/17515/homem-e-morto-a-pauladas-no-gonzaga/>

Anexo IV

Termo de consentimento para os pais

Senhores Pais, eu, Patrícia dos Santos Begnami, aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal de São Carlos, pesquisadora da Capes, venho através dessa carta, solicitar aos senhores a permissão para a participação de seu(s) filho(s) na pesquisa “Infâncias possíveis: ser criança na favela e ser criança em condomínio fechado”. A intenção é que as crianças contem um pouco de suas atividades de lazer, seu dia-a-dia, suas relações com o condomínio em que moram. Ressalto que apesar do consentimento dos pais é importante que as crianças queiram participar da pesquisa. Deixo claro que os nomes não aparecerão nos resultados da pesquisa.

Qualquer dúvida ou para possíveis esclarecimentos coloco-me à disposição.

Patrícia dos Santos Begnami
Telefone: (19) 8119-5379
E-mail: patycso@yahoo.com.br

Concordo com a participação do(s) meu(s) filho(s) na pesquisa.

Assinatura do Pai, da Mãe ou Responsável

Anexo V

Algumas fotos¹⁷⁷ do álbum de família de dona Mariza e seu Tônico¹⁷⁸



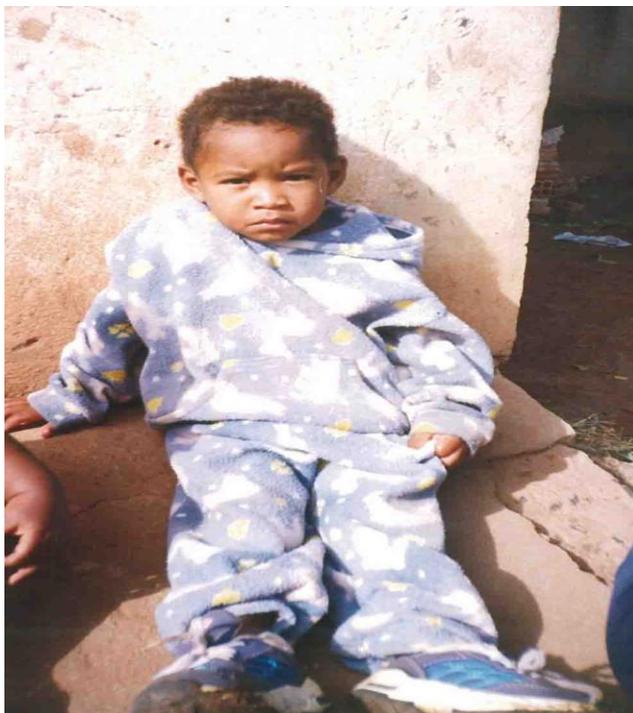
Mãe com os filhos. **Fonte:** arquivo pessoal

¹⁷⁷ Como eram fotos para o álbum todas foram posadas.

¹⁷⁸ As imagens das crianças aparecem no texto a pedido do casal que queriam que seus netos aparecessem na pesquisa, por isso as feições não foram desfocadas.



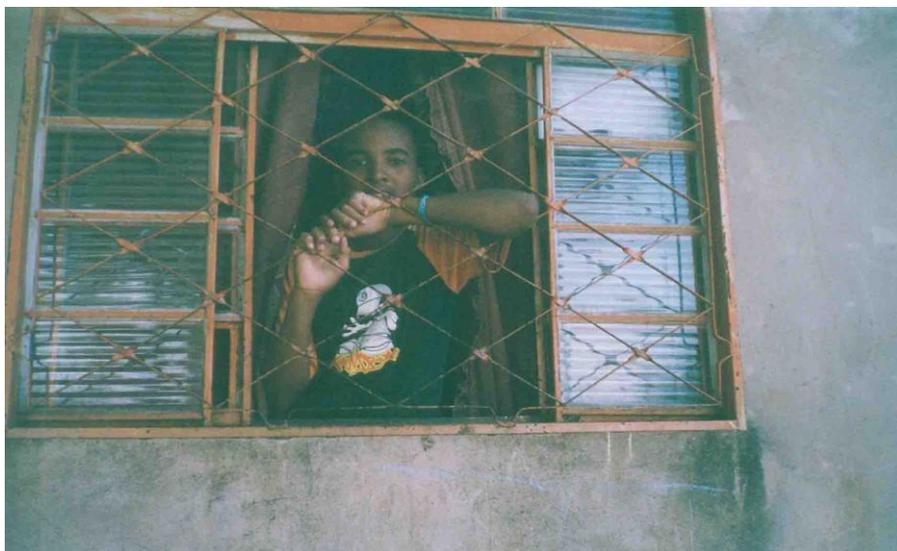
Neta. **Fonte:** arquivo pessoal



Neto. **Fonte:** arquivo pessoal



Netos do casal. **Fonte:** arquivo pessoal



Neto. **Fonte:** arquivo pessoal



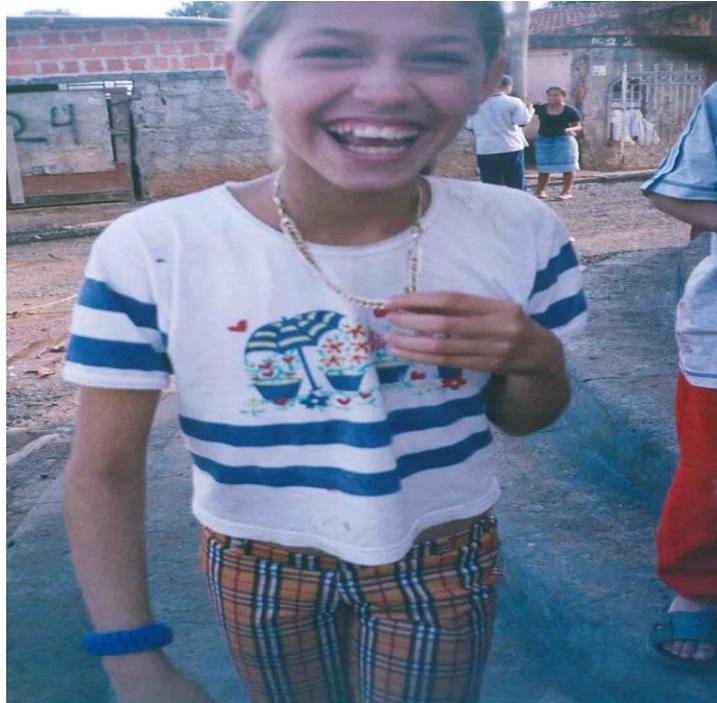
Neto do casal acompanhado por dois amigos. **Fonte:** arquivo pessoal



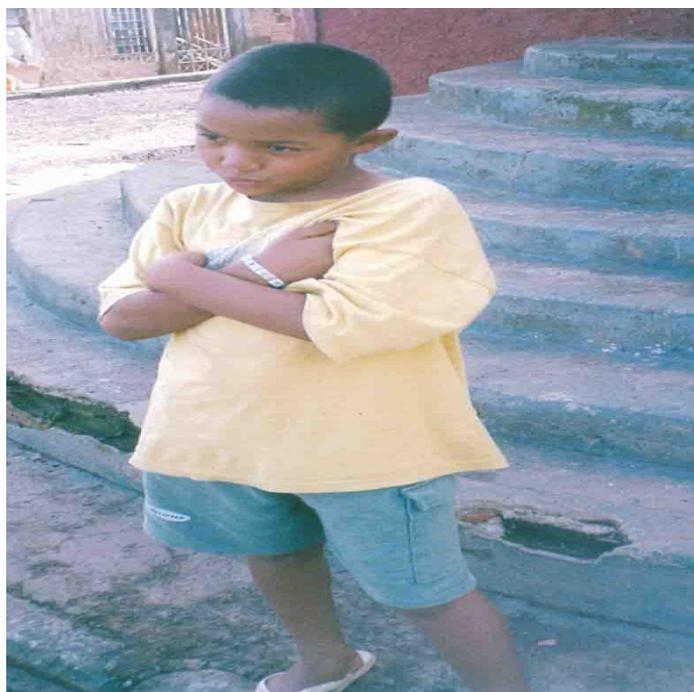
Neta do casal e duas amigas. **Fonte:** arquivo pessoal



Neta e filha do casal. A menina vestiu a roupa que fez primeira comunhão para poder guardar uma recordação, já que no dia em que fez a primeira comunhão a família não tinha máquina fotográfica e nem celular para registrar o momento. **Fonte:** arquivo pessoal



Neta. **Fonte:** arquivo pessoal



Neto. **Fonte:** arquivo pessoal



Neta. **Fonte:** arquivo pessoal



Amiga. **Fonte:** arquivo pessoal



Crianças simulando uma brincadeira. **Fonte:** arquivo pessoal



Meninas jogando vôlei. **Fonte:** arquivo pessoal



Jogando bolinhas de gude. **Fonte:** arquivo pessoal



Brincando com barro. **Fonte:** arquivo pessoal



Brincando com barro. **Fonte:** arquivo pessoal

Anexo VI

Imagens do clube e da RecreAAAção que as crianças do condomínio frequentavam



Imagem de uma das piscinas do clube. Fonte: www.piscinaararas.blogspot.com

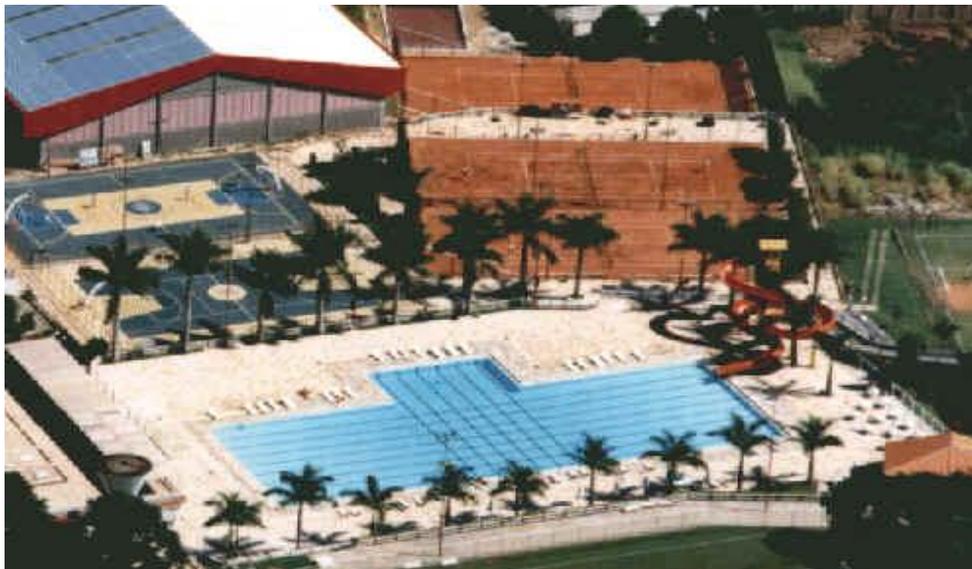


Imagem aérea de uma das áreas do clube. Fonte: www.piscinaararas.blogspot.com



Imagem de uma das competições de natação realizada no clube. **Fonte:** www.piscinaararas.blogspot.com



Imagem dos alunos e do professor de natação. **Fonte:** www.piscinaararas.blogspot.com



Imagem da Recreação 2010. Fonte: www.piscinaararas.blogspot.com



Imagem da Recreação 2012. Fonte: www.piscinaararas.blogspot.com



Imagem da Recreação 2012. Fonte: www.piscinaararas.blogspot.com



Imagem da Recreação 2012. Fonte: www.piscinaararas.blogspot.com

Anexo VII

Algumas imagens relacionadas à adultização das crianças



Fonte: https://fr-fr.facebook.com/permalink.php?story_fbid=403385099734492&id=199185093428374

GENTE GRANDE?



Fonte: <http://www.primeirafila.net/2011/06/dario.html>

Adultos em miniatura

Alcides Pires



Troque uma boneca por um estojo de maquiagem, e um par de tênis por sapatos de salto. O excesso de vaidade de algumas mães acabou comprometendo a infância de suas filhas

A infância dos pais no comportamento dos filhos como "mãe adulta" ganhou destaque que se intensificou mundialmente quando, em março de 2011, o tabloide britânico The Sun publicou a história de uma mãe que aplicava batom na filha de 8 anos de idade. Kelly Campbell, uma esteticista americana de San Francisco,

que, talvez, cachem. Tudo para buscar o padrão estético perfeito - do seu ponto de vista. Um exemplo é o caso de Poppy, a menina britânica de 7 anos que ganhou como presente de aniversário um vale-salão de maquiagem. Sarah Burge, a "barbie humana", como Sarah se auto-proclama, afirma que já ganhou mais de US\$ 1 milhão em prêmios, e suas filhas, mesmo jovens, seguem o mesmo caminho. Ela conta que Poppy ficou muito feliz com o presente, mas só vai poder mostrar o resultado pela cirurgia quando completar 16 anos, a idade legal para o procedimento segundo a lei britânica.

A palavra "vaidade" tem conotação sempre negativa. Significa "de-

gum... Assim diz, ironia para que o auto-avaliamento não apague a doce criança que é minha filha."

O acesso à tecnologia

Atual, a modelo online, também é uma jovem americana. Adora jogar online. Já aprendeu a digitar "papo de Barbie" no Google e a entrar em vídeos do Justin Bieber, sempre acompanhada pela mãe coruja. É Sabrina, a "pequena popstar" da escola, sem perfil em redes sociais, como o Orkut, Facebook e Twitter. "Se eu não acho uma ideia muito legal", comenta a mãe, Marli. Uma pesquisa realizada pelo Ni-

Fonte: <http://www.primeirafila.net/2011/06/dario.html>